

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

STEFANIA LAPOLLA CANTONI

Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil:
(O que) mudou nas últimas décadas?

São Paulo

2016

STEFANIA LAPOLLA CANTONI

**Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil:
(O que) mudou nas últimas décadas?**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Política brasileira e política comparada.

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro Moisés

São Paulo

2016

Folha de aprovação

Nome: CANTONI, Stefania Lapolla

Título: Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil: (O que) mudou nas últimas décadas?

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Política brasileira e política comparada.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Álvaro Moisés (Orientador) Instituição: DCP/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Começando pelos que estão mais longe, agradeço à minha família, especialmente meus pais, que sempre me apoiaram em todo o que me propus e confiaram na minha capacidade e responsabilidade para consegui-lo.

À pessoa que me ajudou de múltiplas formas desde o começo até o final desse mestrado. Meu amor, não há palavras para descrever o quanto você foi importante para eu começar, continuar e acabar essa etapa da minha vida. Qualquer agradecimento será pouco.

Já no mundo da Ciência Política, agradeço aos meus coleguinhos do DCP, com quem compartilhei horas e horas resolvendo as famosas “listas”, além de algumas brejas e caipirinhas. Mas, especialmente ao Victor, o “melhor cientista político da nossa geração”, meu amigo e um dos meus mineiros favoritos. Obrigada pelas corridas e por cada coisa que com sua calma me ajudou a resolver.

Há mais dois “quase” mineiros à quem eu agradeço. Mário, obrigada por ter me incentivado para fazer o mestrado, se hoje eu estou aqui é graças a você, que colocou na minha cabeça a sementinha do Comportamento Político, e depois a ideia de fazer o mestrado (e desculpas por não tê-lo feito na UFMG!). E Nath, minha primeira amiga brasileira, a pessoa mais dedicada e apaixonada pelas Ciências Sociais que eu conheço, com quem entrei no mundo do Comportamento Político e quem me ajudou tantas vezes através do Skype.

Agradeço à Gabriela, que com sua boa disposição e simpatia me ajudou a resolver o temido capítulo 3, além das valiosas contribuições no exame de qualificação. Ao Marquinho, também pelas suas contribuições na qualificação, mas especialmente pela portinha que me abriu na FGV e pelos incentivos, especialmente com o doutorado.

E, obviamente, ao Prof. José Álvaro por ter aceitado me orientar, pela confiança depositada e especialmente nessa última fase por correr com a leitura e as observações para eu conseguir depositar em tempo.

Não posso deixar de mencionar e agradecer pelas oportunidades que meu querido Brasil me deu, oportunidade de um estrangeiro vir, estudar numa universidade pública e se tornar Mestre. Estendo esse agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, à Universidade de São Paulo, e ao querido Departamento de Ciência Política. Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para tornar possível esta conquista.

The spirit of democracy resides in the inherently emancipatory idea that the people themselves should be the masters of their lives and have a legitimate right for this reason to make their preferences heard and count in collective decisions that affect everyone (Sen, 1999; Diamond, 2008, apud Welzel e Dalton, 2014: 289).

RESUMO

CANTONI, S. L. **Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil: (O que) mudou nas últimas décadas?** 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente trabalho traz um estudo sobre um tema importante para a qualidade da democracia, especialmente para novas democracias, como são o Brasil e a Argentina. Referimo-nos à participação política não eleitoral, materializada em abaixo-assinados, manifestações, greves, boicotes e atividade partidária. Distintas teorias buscam entender os determinantes que levam os indivíduos a se envolverem nesses modos de participação, dentre os quais destacamos as características individuais, a cultura política, a experiência com o sistema político e a racionalidade da ação. Diante disso, nosso objetivo é investigar a dinâmica da participação política desses países nos últimos vinte anos, visando explicar como se relacionam fatores sociodemográficos, políticos, econômicos e de cultura política com as diferentes modalidades de participação, assumindo-se que qualquer mudança que mexa nesse conjunto de fatores, junto com o funcionamento efetivo da democracia, afeta também as percepções e comportamentos dos indivíduos, fornecendo as bases para uma reaproximação dos cidadãos com o sistema político e tornando-os mais críticos acerca do que demandam da democracia. Para isso, no primeiro capítulo revisamos o debate teórico a respeito dos condicionantes da participação, lançando mão das abordagens clássicas da cultura política e daquelas que defendem uma mudança rumo a sociedades pós-materialistas, críticas e comprometidas politicamente; das perspectivas que focam nos fatores político-institucionais; das abordagens que levam em conta os recursos para participar; e da teoria da escolha racional. Reconhecendo a necessidade de se considerar a realidade das sociedades onde a participação política ocorre, no segundo capítulo identificamos características da cultura política local e as principais mudanças estruturais ocorridas. Utilizando dados produzidos pelo projeto *World Values Survey*, no terceiro capítulo analisamos empiricamente – por meio de regressão logística – como um conjunto de fatores afeta a participação em 1991, 2006 e 2013. Sem encontrar diferenças significativas entre Argentina e Brasil, destacamos quatro pontos principais. Verificou-se a importância da educação, o interesse político e o pós-materialismo em todos os tipos de participação, o que apresenta um cenário promissor uma vez que ambos os países tendem cada vez mais à universalização da educação, fator desencadeante de um círculo virtuoso. Ainda, apesar do aumento das capacidades e a diminuição dos custos para participar, ao olhar para as motivações confirmamos a necessidade de se considerar as expectativas quanto ao funcionamento institucional, que encorajam ou desestimulam o comportamento, sendo que o bom desempenho da democracia aumenta as chances de o indivíduo participar. Terceiro, à exceção da atividade partidária, são os jovens nascidos em democracia que participam mais, e apesar de existirem várias particularidades que não se encaixam nos modelos teóricos tradicionais, confirma-se uma mudança na cultura política que traz boas notícias para a qualidade da democracia. Finalmente, a despeito de a educação, o interesse e as preferências ideológicas – especialmente de esquerda – afetarem positivamente todas as modalidades de participação, verificamos que há diferenças entre elas, sendo que os abaixo-assinados e as manifestações foram as melhor explicadas pelos nossos modelos, sugerindo que nos outros tipos pesaram mais os fatores contextuais.

Palavras-chave: participação política não eleitoral; qualidade da democracia; cultura política; pós-materialismo; desempenho democrático.

ABSTRACT

CANTONI, S. L. **Non-electoral political participation in Argentine and Brazil: (What) changes in the last two decades?** 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This paper presents a study of an important issue for the quality of democracy, especially for new democracies, as are Brazil and Argentina. We refer to the non-electoral political participation, through petitions, demonstrations, strikes, boycotts and partisan activity. Different theories seek to understand the determinants that lead individuals to engage in these forms of participation, among which we highlight the individual characteristics, the political culture, the experience with the political system and the rationality of action. Therefore, our aim is to investigate the dynamics of the political participation of these countries in the last twenty years, trying to explain how socio-demographic, political, economic and of political culture factors relate with the different forms of participation, on the assumption that any changes that modifies this set of factors, along with the effective functioning of democracy also affects the perceptions and behaviors of individuals, providing the basis for a rapprochement between citizens and the political system and making them more critical about what they expect from democracy. In order to do that, in the first chapter we reviewed the theoretical debate about the conditions of participation, making use of traditional approaches to political culture and those who advocate a shift towards post-materialist, critical and politically committed societies; perspectives that focus on political and institutional factors; approaches that take into account the resources to participate; and the theory of rational choice. Acknowledging the need to consider the reality of societies where political participation takes place, in the second chapter we identify some local political culture characteristics and the major structural changes. Using data gathered by the World Values Survey project, in the third chapter we analyze empirically - through logistic regression - how a set of factors affects participation in 1991, 2006 and 2013. Without finding significant differences between Argentina and Brazil, we highlight four main points. We confirm the importance of education, political interest and post-materialism in all kinds of participation, which provides a promising scenario since both countries increasingly tend to universalize education, trigger of a virtuous circle. Still, despite the increased capacities and lower costs for participating, looking at the motivations we confirm the need to consider the expectations regarding the institutional functioning that encourage or discourage the behavior, and it is the good performance of democracy that increases the chances of the individual to participate. Third, except for partisan activity are young people born in democracy that participate more, and although there are several characteristics that do not fit the traditional theoretical models, we confirm a change in the political culture that brings good news for the quality of democracy. Finally, regardless of education, interests and ideological preferences - especially the left side - positively affect all modes of participation, we find that there are differences between them, and the petitions and demonstrations were best explained by our models, suggesting that in other types of participation contextual factors weighed more.

Keywords: non-electoral political participation; quality of democracy; political culture; post-materialism; democratic performance.

RESUMEN

CANTONI, S. L. **Participación política no electoral en Argentina y Brasil: ¿(que) cambió en las últimas dos décadas?** 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabajo presenta un estudio sobre un tema importante para la calidad de la democracia, especialmente para las nuevas democracias, como lo son Brasil y Argentina. Nos referimos a la participación política no electoral, materializada en peticiones, manifestaciones, huelgas, boicots y actividad partidaria. Distintas teorías buscan entender los determinantes que llevan a los individuos a involucrarse en esos modos de participación, entre los cuales destacamos las características individuales, la cultura política, la experiencia con el sistema político y la racionalidad de la acción. Nuestro objetivo es investigar la dinámica de la participación de esos países en los últimos veinte años, tratando de explicar cómo se relacionan factores sociodemográficos, políticos, económicos y de cultura política con diferentes tipos de participación, asumiendo que cualquier cambio que afecte aquellos factores, junto con el efectivo funcionamiento de la democracia, afecta también percepciones y comportamientos, proporcionando las bases para una reaproximación de los ciudadanos hacia el sistema político, y volviéndolos más críticos sobre lo que demandan de la democracia. En el primer capítulo revisamos el debate teórico respecto de los condicionantes de la participación, recurriendo a abordajes clásicos de la cultura política y a aquellos que defienden un cambio hacia una sociedad postmaterialista, crítica y comprometida políticamente; a las perspectivas que se concentran en los factores político-institucionales; a los abordajes que tienen en cuenta los recursos; y a la teoría de la elección racional. Reconociendo la necesidad de considerar la realidad de las sociedades donde acontece la participación, en el segundo capítulo identificamos características de la cultura política local y las principales transformaciones estructurales. Utilizando datos producidos por el proyecto *World Values Survey*, en el tercer capítulo analizamos empíricamente – por medio de regresión logística – cómo un conjunto de factores afecta la participación en 1991, 2006 y 2013. Sin encontrar diferencias significativas entre Argentina y Brasil, destacamos cuatro puntos principales. Primero, verificamos la importancia de la educación, el interés político y el postmaterialismo en todas las modalidades, presentando un escenario prometedor dado que ambos países tienden a la universalización de la educación, factor desencadenante de un círculo virtuoso. Pese al aumento de las capacidades y la disminución de los costos, al analizar las motivaciones confirmamos la necesidad de considerar las expectativas sobre el funcionamiento institucional, que alientan o desalientan la participación, y es el buen desempeño democrático que aumenta las chances de participar. Tercero, con excepción de la actividad partidaria, los jóvenes nacidos en democracia participan más y, aunque existan características que no se ajustan a los modelos teóricos tradicionales, confirmamos un cambio en la cultura política que trae buenas noticias para la calidad democrática. Finalmente, aunque la educación, el interés político y las preferencias ideológicas – especialmente de izquierda – afecten positivamente todas las modalidades de participación, constatamos que hay diferencias entre ellas, pues los modelos explicaron mejor las peticiones y manifestaciones, sugiriendo que en los otros tipos pesaron más los factores contextuales.

Palabras claves: participación política no electoral; calidad de la democracia; cultura política; postmaterialismo; desempeño democrático.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Argentina: Indicadores socioeconômicos.....	42
Tabela 2 - Participação política na Argentina, 1990/1.....	43
Tabela 3 - Participação política na Argentina, 2005/6.....	45
Tabela 4 - Participação política na Argentina, 2012/3.....	47
Tabela 5 - Brasil: Indicadores socioeconômicos.....	48
Tabela 6 - Participação política no Brasil, 1990/1.....	49
Tabela 7 - Participação política no Brasil, 2005/6.....	51
Tabela 8 - Participação política no Brasil, 2013/4.....	52
Tabela 9 - Preditores da participação em abaixo-assinados (1991).....	68
Tabela 10 - Preditores da participação em manifestações (1991).....	70
Tabela 11 - Preditores da participação em greves (1991).....	72
Tabela 12 - Preditores da participação em boicotes (1991).....	74
Tabela 13 - Preditores da participação em partidos políticos (1991).....	75
Tabela 14 - Preditores da participação em abaixo-assinados (2006).....	82
Tabela 15 - Preditores da participação em manifestações (2006).....	84
Tabela 16 - Preditores da participação em boicotes (2006).....	86
Tabela 17 - Preditores da participação em partidos políticos (2006).....	89
Tabela 18 - Preditores da participação em abaixo-assinados (2013/4).....	95
Tabela 19 - Preditores da participação em manifestações (2013/4).....	98
Tabela 20 - Preditores da participação em greves (2013/4).....	100
Tabela 21 - Preditores da participação em boicotes (2013/4).....	103
Tabela 22 - Preditores da participação em partidos políticos (2013/4).....	105
Tabela C.1. – Ajuste e especificação dos modelos: Hosmer-Lemeshow e Linktest.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo das abordagens teóricas sobre a participação política.....	31
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB per capita, 1985/2014.....	54
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano, 1990/2014.....	55
Gráfico 3 - Índice de Gini.....	55
Gráfico 4 - Escolaridade média em anos de estudo - Brasil, 1992/2013.....	56
Gráfico 5 - Escolaridade média em anos de estudo - Argentina, 1980/2012.....	57
Gráfico 6 - Porcentagem da população de +20 anos com ensino médio completo, 1993/2014...58	
Gráfico 7 - Porcentagem da população de +25 anos com ensino superior completo, 1998/2014.....	58
Gráfico 8 - Posse de aparelho de televisão, Brasil 1992/2011.....	60
Gráfico 9 - Usuários de Internet, 2000/2014.....	60
Gráfico 10 - Assinaturas de telefonia celular, 2000/2014.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPV	Frente para la Victoria
ICI	Índice de confiança nas instituições
IIP	Índice de interesse político
IPC	Índice de Preços ao consumidor
IPM	Índice pós-materialista
MVC	Modelo do Voluntarismo Cívico
ONG	Organização não governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
WVS	<i>World Values Survey</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. QUALIDADE DA DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	. 1
CAPÍTULO 1. AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 10
1.1. PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA 11
1.1.1. MUDANÇAS NOS PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS 16
1.2. FATORES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E O DESEMPENHO DEMOCRÁTICO 20
1.3. FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS E PSICOSSOCIAIS: A PROPÓSITO DA DESIGUALDADE POLÍTICA 25
1.4. BREVE GLOSA: UMA ESCOLHA RACIONAL? 29
CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZANDO: ARGENTINA E BRASIL 33
2.1. TRAÇOS DA CULTURA POLÍTICA LATINO-AMERICANA 33
2.2. CONTEXTUALIZANDO: ASPECTOS CONJUNTURAIS NA ARGENTINA E NO BRASIL 41
2.2.1. Indicadores da conjuntura argentina: 1991, 2006 e 2013 41
2.2.2. Indicadores da conjuntura brasileira: 1991, 2006 e 2014 47
2.2. MUDANÇAS ESTRUTURAIS AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS 53
CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS DADOS 63
3.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS 63
3.2. TESTANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MODELOS ESTATÍSTICOS 65
Preditores da participação política em 1991 68
Preditores da participação política em 2006 81
Preditores da participação política em 2013/4 94
CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES 115
REFERÊNCIAS 122
APÊNDICES 128

INTRODUÇÃO. QUALIDADE DA DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

Quase todos os países latino-americanos, incluindo as duas sociedades a serem discutidas neste texto - Argentina e Brasil¹ -, são democracias novas, conseguidas após muitos anos de ditaduras cívico-militares. Assim sendo, a preocupação central pela transição, estabilidade política, garantia de liberdades e direitos etc., foi seguida pela preocupação acerca da qualidade destes novos regimes democráticos (Levine e Molina, 2011; Baquero, 2013).

A abordagem da qualidade da democracia² redefine a participação política - tema desta dissertação - como uma condição do bom funcionamento da representação política e, assim, da própria qualidade do regime. Para Diamond e Morlino (2004), uma democracia de qualidade é um regime amplamente legitimado que satisfaz as expectativas do governo dos cidadãos (qualidade em termos de resultados), na qual os cidadãos, associações e comunidades desfrutam de ampla liberdade e igualdade política (qualidade em termos de conteúdo), e na qual os próprios cidadãos têm o poder soberano de avaliar se o governo fornece a liberdade e a igualdade de acordo com o Estado de Direito. Neste sentido, cidadãos, organizações e partidos participam para manter os representantes eleitos responsáveis pelas suas políticas e ações. Eles monitoram a eficácia e a equidade da aplicação das leis, a eficácia das decisões do governo e a responsabilidade política e *responsiveness* das autoridades eleitas. As instituições governamentais também permanecem *accountable* umas a outras perante a lei e a constituição (qualidade em termos de procedimento)³.

Já segundo Levine e Molina (2011) o estudo da qualidade da democracia não implica na consideração da efetividade do governo ou dos resultados, uma vez que o conceito de

¹ Embora no capítulo II ampliemos o conhecimento dos países sob estudo, vale dizer algo acerca do nosso recorte empírico: Argentina e Brasil são os maiores países em extensão territorial e importância econômica do cone sul; apresentam maior riqueza de dados de cultura política construídos nas últimas duas décadas; representam as duas tradições colonizadoras da América Latina; e apresentam características históricas, sociais, culturais e políticas em comum apropriadas a um estudo desta natureza.

² Outros estudos sobre qualidade da democracia são, entre outros, o de Altman e Perez-Linan (2001), que refere a três aspectos que decorrem do conceito de poliarquia dahlsiano (direitos civis, participação e competição), e o de Lijphart (1999) que inclui indicadores tais como a representação feminina, a participação eleitoral, a satisfação com a democracia e a corrupção.

³ Os autores propõem oito dimensões a partir das quais a qualidade pode variar. Referindo-se ao nível dos procedimentos as cinco primeiras são: primado da lei, participação, competição, *accountability* vertical e horizontal. No campo dos conteúdos estão o respeito às liberdades civis e políticas e a progressiva implantação de medidas que aumentem a igualdade política, social e econômica. A oitava dimensão, que corresponde ao nível dos resultados, é a *responsiveness* dos governos e representantes (Diamond e Morlino, 2004).

democracia do qual partem é procedimental⁴. Para eles, a qualidade da democracia depende da operação de processos pelos quais a população seleciona e controla seu governo e influencia nas políticas públicas, e não da eficácia do governo na solução dos problemas do país (p.4). Ao considerar a democracia como conjunto de procedimentos e direitos para: i) escolher àqueles que governam; ii) influenciar nas decisões desses eleitos; e iii) mantê-los *accountable*, a participação política aparece não apenas na dimensão eleitoral, mas também nas formas não eleitorais.

Deste modo, dentre as dimensões empíricas que estes autores estabelecem para avaliar o nível de qualidade de uma democracia⁵, enfatizamos três que, também presentes na argumentação de Diamond e Morlino, guardam estreita relação com nosso objeto de estudo. A primeira é a participação, mecanismo através do qual os cidadãos escolhem seus governantes, os controlam e influenciam no *policymaking* diretamente ou através dos representantes: quanto maior participação, maior a probabilidade de que o governo e suas decisões sejam sensíveis à vontade do povo. Assim, a *responsiveness* é outras das dimensões, entendida em termos de políticas e não necessariamente de resultados, que acontece quando o processo democrático induz o governo a formular e implementar políticas que os cidadãos querem (Levine e Molina, 2011: 7). A terceira é a *accountability*, não apenas a vertical exercida pelos cidadãos através do voto, nem a horizontal, praticada entre as próprias instituições, mas também a social, quando os cidadãos e os grupos organizados e outros elementos da sociedade civil levantam *issues*, mudam as agendas públicas, pressionam para reparar injustiças, organizam demonstrações e, ocasionalmente, fornecem meios alternativos para monitorar as atividades dos representantes (Levine e Molina, 2011: 8).

Pelo até aqui exposto, fica claro que a qualidade de uma democracia é superior se a participação dos cidadãos é alta, não apenas eleitoralmente, mas na vida dos partidos políticos e das organizações da sociedade civil, na discussão de questões de políticas públicas, ao se comunicar com e demandar *accountability* dos representantes eleitos, ao monitorar a conduta dos titulares de cargos públicos, e no engajamento direto com assuntos públicos (Diamond e Morlino, 2004: 10). Nesse sentido, ao falar das mudanças comportamentais acontecidas nas democracias contemporâneas, onde os cidadãos já não se limitariam a punir ou compensar o

⁴ “If the procedures involve free and fair elections and full citizen participation, respond to the predominant view of the citizenry, and can be subjected to institutional social and electoral control and accountability, then the quality of democracy would be high, even if the results of the policies do not resolve the problems at hand, including social inequality” (Levine e Molina, 2011: 13).

⁵ As outras duas dimensões são *electoral decision* e *sovereignty*.

governo a cada quatro anos, Dalton (2008) observa que “*greater citizen involvement reduces the impunity of officials and makes possible greater societal influence or control over governments*” (p. 29).

Por conseguinte, a participação política é importante. Mas como explicá-la e classificá-la⁶? Como apontam Ribeiro e Borba (2011), uma revisão da vasta literatura revela certo consenso no que diz respeito ao conceito de participação⁷ e alguma convergência entre os modelos preditores, isto é, os condicionantes do engajamento; todavia, o mesmo não ocorre quando no campo das classificações. Diferentes pesquisadores têm proposto distintas tipologias classificatórias para descrever e agrupar as várias modalidades de envolvimento dos cidadãos das democracias contemporâneas. A fim de classificá-las, estudiosos elencaram duas modalidades de participação política, a participação convencional e a não convencional (Barnes e Kaase, 1979), que tornou-se a distinção mais comum na literatura sobre o tema. A maioria dos itens destinados a avaliar a participação convencional estão referidos, como acontecia nos primeiros estudos sobre tema – a exemplo do seminal trabalho de Milbrath e Goel (1967), a circunstâncias relacionadas com o processo eleitoral, sendo incluídas questões ligadas ao voto, partidos políticos, campanhas eleitorais, ocupação de cargos eletivos públicos etc. No que diz respeito à participação não convencional, abrange as ações políticas que vão além do processo eleitoral, como, por exemplo, movimentos sociais, greves, passeatas, manifestações, boicotes, ocupações de prédios públicos, bloqueios de tráfego, petições, danos à propriedade e violência contra as pessoas.

Paralelamente, a tradição da participação política, a partir dos anos 60, enfatizou vários conjuntos inter-relacionados de fatores para explicar por que os cidadãos são ativos nos diferentes modos de participação política. O trabalho inicial de Verba e seus colegas (1972; 1995) destacou a influência de recursos estruturais que facilitariam a participação, nomeadamente o nível de instrução, estatuto profissional, e renda, que estão estreitamente relacionadas com a etnia e o gênero. Este *baseline model*, o Modelo dos Recursos, acrescentou atitudes culturais, estreitamente relacionadas com o nível socioeconômico e a educação, exemplificadas pelo senso de eficácia interna (capacidade de influenciar os assuntos públicos), eficácia externa (capacidade de resposta do sistema), conhecimento e interesse político,

⁶ Um dos primeiros esforços de sistematização nesse sentido foi feito por Milbrath (1965). Esse trabalho é retomado por Delfino e Zubieta (2010), na Argentina, e por Borba e Ribeiro (2012), no Brasil. Anos depois, Verba, Scholozman e Brady (1995) publicaram o que seria considerado (Borba e Ribeiro, 2012) o maior esforço teórico e metodológico na construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada.

⁷ Um trabalho que aborda em detalhe os diferentes conceitos da participação política é Fialho, F.M. (2008). Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais.

relacionados com a propensão para se tornar ativo: as pessoas são mais propensas a participar se elas sentem-se informadas, interessadas, e eficazes, se preocupam-se fortemente sobre o resultado e se pensam que podem fazer alguma diferença. Segundo Norris (2007), nos últimos anos foi dada menos ênfase às capacidades e qualidades inerentes a cada cidadão, derivadas de processos de socialização, e mais aos fatores contextuais encontrados dentro de determinadas sociedades, que desencadeiam ou desestimulam essas propensões. Dentre estes, distinguimos os fatores políticos tais como o funcionamento das instituições representativas e da democracia como um todo, o desempenho do governo, a legitimidade com que conta o sistema político, entre outras.

Destes argumentos, seguem-se dois desdobramentos, que servem de pontapé inicial para enquadrar nosso trabalho. A apatia dos cidadãos, que solapa a participação política, deve ser relativizada uma vez que aceitemos que a propensão a participar não está distribuída de modo aleatório (Milbrath e Goel, 1967; Verba et al., 1995; Dahl, 2008), mas há condicionantes estruturais que incentivam ou dificultam tal propensão; ou seja, a “falta de interesse” por política está relacionada com um conjunto intrincado de fatores, entre eles os socioeconômicos. Assim sendo, qualquer mudança que mexa nesse conjunto de fatores, afetará também as percepções, atitudes e comportamentos dos indivíduos. Ao mesmo tempo, o funcionamento da democracia e a legitimidade dada ao sistema – seja às dimensões mais difusas ou às mais específicas do sistema – também têm um efeito nas percepções e logo na participação, pois esta pode ser subvertida diante de uma cidadania alienada do processo democrático, decorrente da baixa qualidade da democracia respeito de, por exemplo, a corrupção, o abuso de poder etc. (Diamond e Morlino, 2004: 11).

Respeito disso, Diamond e Morlino (2004) argumentam que parte do desencantamento atual com a democracia está relacionada com os procedimentos e as instituições, e derivaria não apenas da maior informação disponível acerca das falhas do governo, mas também das expectativas mais altas que os cidadãos têm sobre o que a democracia pode proporcionar processual e substantivamente, assim como em termos de resultados. É o caso dos cidadãos quererem maior espaço para participar, mais *accountability* e transparência, mais igualdade e liberdade, um governo mais responsivo? Embora não são estas perguntas que iremos responder, elas emergem no debate acerca do padrão do comportamento político numa sociedade. De fato, Diamond e Morlino (2004) alegam que a evolução da democracia sugere que se os cidadãos se mobilizam efetivamente, tais aspirações por uma maior qualidade da democracia pode ser gradualmente conseguida. Mas é isto certo também para o Brasil e a Argentina?

Fazendo jus à crescente literatura, são vários os argumentos em torno de como mudanças econômicas, culturais, tecnológicas e sociais se relacionam com comportamentos políticos em mutação, condições que fomentam uma gradual transformação na participação política. Haveria uma *cidadania engajada* (Dalton, 2008), *crítica* (Norris, 1999; 2007), portadora de *valores pós-materialistas* (Inglehart e Welzel, 2005). A transformação nas normas, valores e orientações dos cidadãos se traduz não só no descontento e insatisfação com as instituições tradicionais e a classe política, mas também cobrando mais da democracia e agindo com atividades contestatárias.

Em 1984, ainda sem a *revolução* da internet, Dalton comentava que, devido à generalização dos meios de comunicação massiva e à expansão da educação, as habilidades políticas foram se desenvolvendo e os custos de obtenção de informação e para a ação política diminuindo. O resultado seria a mobilização cognitiva através da qual mais cidadãos seriam capazes de enfrentar complexidades da política, tomar suas próprias decisões políticas e se comprometer politicamente, com pouca dependência de ajudas externas e expandindo sua participação além dos marcos partidários das campanhas e eleições.

Um processo paralelo é explicado por Inglehart e colaboradores (1997; 2002; 2005), para quem transformações econômicas permitiram o aumento dos recursos materiais, cognitivos e sociais, tornando os indivíduos mais independentes material, cognitiva e socialmente, e assim sendo capazes de expressar as suas preferências por si mesmos. A mudança de valores e atitudes, mais congruentes com a democracia, priorizam a auto-expressão, acarretam uma visão crítica das instituições políticas, o questionamento dos mecanismos tradicionais de representação, etc. Ou seja, tais processos mexem com as capacidades assim como com as motivações para a ativação política: o foco nas questões materiais – principalmente de subsistência, abre espaço para a valorização da auto-expressão e para prioridades post-materialistas, incluindo *issues* tais como a globalização, o meio ambiente, o multiculturalismo, a igualdade de gênero, etc. Ao mesmo tempo, mais do que se engajar em estruturas formais, fixas e de natureza hierárquica – como os partidos políticos –, os cidadãos pós-modernos prefeririam modos mais individualizados e diretos para participar nas decisões que afetam a vida de cada um.

Embasando nossa pesquisa nos argumentos sinteticamente apresentados até aqui, partimos da seguinte interrogação geral: (como) se deu a transformação das orientações e

atitudes de brasileiros e argentinos⁸ em relação à participação política no período pós-transição? Mais especificamente, perguntamo-nos se é o caso (e como) de os argentinos e brasileiros estarem mais engajados e ativos no sistema político, devido às mudanças que têm acontecido nas últimas décadas, em ambos os países. Disso decorre nosso objetivo geral, isto é, investigar a dinâmica da participação política de dois países latino-americanos nos últimos vinte anos, visando explicar se e como fatores tais como os sociodemográficos, políticos, econômicos e de cultura política estão relacionados com os comportamentos políticos encontrados. Nessa busca, não pretendemos traçar e esgotar todos os determinantes que levam os indivíduos a participar nem “explicar” o fenômeno na sua totalidade, uma vez que reconhecemos a impossibilidade disto. Dependendo do enquadramento teórico adotado, numerosas variáveis poderiam ser postuladas como “causais” ou “explicativas”. Pretendemos identificar algumas hipóteses e variáveis importantes que permitam avançar na compreensão de um tema tão caro à qualidade do regime democrático. Dentre os objetivos específicos, pretendemos revisar o debate teórico a respeito dos condicionantes da participação política não eleitoral; identificar características da cultura política local e as principais mudanças estruturais ocorridas nesses países que, segundo a literatura, podem ser traduzidas no comportamento político; analisar empiricamente como um conjunto de fatores afeta diferentes tipos de participação política; verificar a existência de um padrão de transformação da cultura política em relação à participação política por meio de dados empíricos; avaliar a aplicabilidade de algumas perspectivas em dois contextos específicos, distintos daqueles existentes nas nações desenvolvidas economicamente e com longa tradição democrática, para as quais os modelos teóricos foram predominantemente elaborados.

Quando referimo-nos às mudanças, estamos pensando em transformações sociais e legais, que mexeram com a pobreza, a educação, a desigualdade, os direitos, entre outros progressos. Também há transformações econômicas, políticas e, claro, algumas mudanças globais, tais como a difusão e popularização das tecnologias de informação e comunicação.

Junto com isso, ambos os países apresentam várias particularidades que tornam o nosso estudo mais oportuno. Nestas sociedades, ainda muito desiguais, há demandas materiais não resolvidas, assim como assuntos que até então não foram canalizados pelas instituições tradicionais. Há, todavia, cada vez mais baixos níveis de interesse político, e os cidadãos

⁸ Uma vez que a análise se dará no nível agregado, estamos nos referindo aos argentinos e brasileiros “médios”. Isto, por sua vez, não está isento de críticas, já que não dá conta da grande diversidade –em múltiplas dimensões– presente em ambos os países. Para os fins deste trabalho, porém, é suficiente trabalhar com valores agregados.

desconfiam das principais instituições democráticas, nomeadamente o Congresso e os partidos políticos. Se somarmos o crescente absentismo eleitoral e o *votobranquismo*, fica um contexto complexo que precisa de explicações, ou no mínimo de hipóteses a serem testadas.

Por outro lado, olhando apenas para o Brasil, em 2013 presenciamos um protesto multitudinário com caráter apartidário, onde demandava-se mais democracia, mais qualidade dos serviços básicos, mais *qualidade da classe política*, cenário que levou muitos a pesquisarem situações estruturais e conjunturais para dar explicações do acontecido, uma vez que o país não tem uma forte tradição de protesto (excepcionalmente as *Diretas Já* e o *impeachment* ao então presidente Collor de Melo). No caso da Argentina, há uma cultura do protesto mais estabelecida, porém com forte base popular, embora *panelaços de elite* também tenham tido lugar nos últimos anos.

O panorama apresentado até aqui nos fez pensar em certas questões, algumas das quais tentaremos responder neste trabalho: Como entender o agir dos cidadãos diante do desempenho das instituições? Os fatores relacionados à participação estão mudando o padrão do comportamento político dos cidadãos? Se há condições que mudam, também podem ter mudado as percepções. Logo, como se distribuem tais percepções ao longo da população? Como outros elementos intermediam tais “mudanças”?

É preciso, primeiro, tornar visível os fatores associados aos diferentes tipos de participação nestes países. São sempre os mesmos, ou há alguns que vão adquirindo mais peso e diminuindo a importância de outros? Ou, ainda, estes países estão acompanhando a tendência observada em outras sociedades, isto é, estão mudando os repertórios da participação? Assim, é possível verificar como a conduta desses fatores é transferida ao comportamento político.

As hipóteses que orientam este trabalho decorrem principalmente da teoria pós-materialista de Inglehart e a do processo de mobilização cognitiva de Dalton, mas não apenas delas. Podemos considerar que, junto à modernização e os seus efeitos, o funcionamento efetivo das democracias e suas distorções também limitam ou condicionam a participação das pessoas, especialmente dos jovens "desencantados". Em outras palavras, aquelas teorias dão uma medida desta mudança de valores e atitudes, mas são insuficientes para caracterizar completamente os fenômenos que sublinham as diferenças na cultura política – e nas democracias em geral. Além da existência dos recursos necessários para participar, o descontentamento dos cidadãos (com os serviços públicos, a percepção da corrupção, o apoio ao sistema e a sensação de eficácia

política) criaram uma sociedade mais fácil de mobilizar, principalmente nos modos contenciosos de participação (Moseley e Layton, 2013).

Neste sentido, a hipótese central é que aquelas mudanças acontecidas ao longo das últimas décadas em ambos os países, junto com certos fatores políticos-institucionais e com o funcionamento efetivo da democracia, forneceram as bases para uma reaproximação dos cidadãos para o sistema político, tornando-os mais críticos acerca do que esperam da democracia e o que demandam dela. Especificamente, isto tem um efeito nos tipos e níveis de participação política, a nossa variável de interesse. Deveríamos observar, entre outras coisas, um aumento na participação não convencional, a exemplo das manifestações e boicotes, uma queda nas formas tradicionais de participação partidária, novos assuntos e clivagens políticas, e mudanças nos fatores associados aos tipos de participação, assim como mudanças na postura em relação às instituições políticas. Em linhas gerais, além das altas e quedas nos tipos de participação, deveríamos ver certas relações entre as opiniões, as atitudes e os perfis de *quem* participa, *como* e *por quê*.

Embora a escolha dos momentos de análise estivesse condicionada pela disponibilidade de dados⁹, acreditamos que a consideração de três momentos – e não apenas um primeiro ponto logo depois do retorno à democracia e um segundo ponto no momento atual – seja necessária para levar em conta as diferentes conjunturas e expectativas em relação ao sistema democrático. Assim, a partir de dados do *World Values Survey*, usando as ondas de 1990-1994, 2005-2009 e 2010-2014, a nossa principal variável de interesse, a participação política, é composta pelos seguintes modos de participação: peticionar, unir-se a greves, participar de manifestações pacíficas, unir-se a boicotes e participar em atividades partidárias. Já nossas variáveis explicativas podem ser agrupadas naquelas relativas aos recursos, político-institucionais, de avaliação da economia, de cultura política, e a bateria de variáveis vinculadas ao índice de materialismo-pós-materialismo.

Tendo em vista os objetivos propostos, dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos uma revisão da literatura sobre a participação política não eleitoral. Nela procuramos dar ênfase às abordagens que dialogam direta ou indiretamente com nosso recorte de pesquisa. No segundo capítulo é feita uma caracterização do contexto argentino e brasileiro, prestando atenção tanto aos traços históricos que subjazem na cultura política desses

⁹ Até a atualidade existem seis ondas de pesquisas desenvolvidas pelo *World Values Survey*. Infelizmente o Brasil só foi incluído em três delas, aqui consideradas. Já a Argentina fez parte do reduzido grupo de países que integrou todas as ondas.

países, quanto a alguns aspectos conjunturais dos três momentos estudados e às mudanças que acreditamos estarem relacionadas com os condicionantes da participação política, acontecidas nas últimas duas décadas. O terceiro capítulo, voltado para a dimensão empírica da investigação, está dividido em três partes. Inicialmente, em uma seção metodológica, descrevemos as bases de dados utilizadas, as variáveis e os procedimentos empregados. Na seção seguinte elencamos as hipóteses de trabalho, explicitamos a conformação dos modelos estatísticos e, por meio destes, tratamos dos atributos individuais relacionados à participação política para cada ano e país em estudo. Por fim, sintetizamos os resultados encontrados desde uma visão mais geral, à luz dos diferentes contextos estudados. No quarto e último capítulo não só tecemos uma análise geral, como também trazemos à tona alguns comentários finais e as linhas de pesquisa que ficam em aberto após a realização desta dissertação.

CAPÍTULO 1. AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

Uma vez que o objetivo desta seção resume-se em debater, em alguma medida, os fatores que estão atrelados à participação política, primeiro é preciso explicitar de que estamos falando quando fazemos referência a este conceito. Embora na introdução mostrássemos como a participação política é cara à (literatura sobre) qualidade do regime democrático, os primeiros estudos sobre a participação política não eleitoral¹⁰ desde uma abordagem behaviorista emergiram com mais peso no âmbito anglo-saxão na década dos anos 60¹¹. O trabalho seminal de Almond e Verba (1963), *The Civic Culture*, comparando a cultura política de cinco nações e, com isso, o caráter participativo presente nas mesmas, assim como o estudo de Milbrath e Goel (1967) enfatizando os condicionantes individuais da participação política, foram chaves no desenvolvimento da literatura que buscaria explicar quem, como e por que participam os indivíduos.

Vale destacar que a participação política é pensada dentro de contextos democráticos e representativos, sobre a base da fórmula “uma pessoa, um voto”. Contudo, o voto tem limites e, como argumentado na introdução ao falarmos acerca da abordagem da qualidade da democracia, o voto é limitado para a expressão das preferências. Diante disso, Dahl (1997; 2008) conclui que a igualdade política é o ideal da democracia, toda vez que onde há um governo democrático, este deve responder às preferências dos seus cidadãos e considerá-las equitativamente. Verba, Schlozman e Brady (1995) derivam daqui a importância da participação política, definida como o modo de comunicar informação sobre as preferências e necessidades dos cidadãos aos funcionários políticos e de exercer pressão neles para que respondam ao que ouvem (p. 12). Entretanto, estes autores analisam os vieses na capacidade de ativação e usufruto desse direito, emergindo assim as abordagens voltadas para a

¹⁰ É importante esclarecer que, dentro da literatura sobre participação política, neste trabalho focamos na participação voluntária, enquanto que o voto, mesmo quando não é obrigatório (dependendo do sistema eleitoral), sim é mais habitual e está mais institucionalizado. Além disso, decidimos excluí-lo porque consideramos que o *simple* ato de exercer o direito ao voto responde, sobretudo, a um procedimento eleitoral, sem dizer muito a respeito do interesse e a vontade do indivíduo pra se engajar e envolver na vida política. A nossa delimitação é mesmo endossada pela própria tradição bibliográfica, que identifica e divide a participação em “eleitoral” e “não eleitoral”.

¹¹ O trabalho *The People's Choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) pode-se considerar como a origem dos estudos de comportamento político e eleitoral, diante da expansão, desenvolvimento e sofisticação das metodologias de pesquisa social quantitativa.

compreensão do impacto das desigualdades sociais sobre a participação política. Ou seja, a propensão à participação não seria aleatoriamente distribuída no interior de uma população.

Nesta revisão da bibliografia sobre a participação política não eleitoral, inicialmente apresentamos como o fenômeno tem sido estudado, isto é, quais as abordagens e qual o foco de cada uma delas. Com isso não estaremos esgotando o campo teórico que tem contribuído ao estudo da participação política, porém além de os argumentos apresentados serem os que dominaram até hoje as discussões, diálogos e debates em torno do fenômeno em questão, tais contribuições têm algo a dizer acerca da nossa pergunta de pesquisa e serão recuperadas em capítulos subsequentes. Nós partimos do pressuposto de que o conjunto dos valores, sentimentos, avaliações e atitudes dos indivíduos que vivem sob um determinado sistema político são relevantes para explicar os fenômenos que nele ocorrem, e que as mudanças na cultura política nas sociedades contemporâneas afetam o comportamento político. Deste modo, apresentamos o debate no qual se insere esta dissertação.

1.1. PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA.

Muitos fenômenos e processos políticos, entre eles a extensão e o caráter da participação na política, têm sido analisados e continuam sendo objeto de estudo dos *culturalistas*. Embora não exista uma teoria só da cultura política (Almond, 1992; Almond e Verba, 1989), senão que ela diz respeito de um *set* de variáveis que podem ser usadas na construção de teorias e, portanto, sobre ela há distintas correntes e novas contribuições, sim podemos situar uma matriz direcional, constituída pela inicial obra de Almond e Verba em 1963, *The Civic Culture*. Foi apenas na segunda metade do século XX que se constituiu um programa de pesquisas consistente sobre o que se convencionou chamar de cultura política, e tal institucionalização se deu principalmente a partir da publicação daquela obra (Ribeiro, 2008). Esta se constituiu como o primeiro trabalho empírico baseado na perspectiva almondiana de que o sistema político está inserido em padrões de orientações para a ação política e que a mensuração (via opinião pública) desses padrões é metodologicamente possível de ser realizada no nível individual. Como afirma Castro (2014:14), a maior qualidade do trabalho *The Civic Culture* foi a comprovação da existência de relação entre o que as pessoas pensam e a organização da sociedade, subvertendo

o caminho usual da análise política de até então, isto é, deslocando o centro explicativo da política desde as instituições políticas para a população, com suas atitudes e ações. Ou seja, o conceito de cultura política relaciona-se na sua origem com o conhecimento das atitudes da população em relação ao sistema político, seja no todo ou em suas partes¹², e em relação ao papel do indivíduo no sistema, sendo que a participação política está relacionada com esse segundo tipo de orientações que os cidadãos manifestam em relação a si mesmos como atores políticos, e que também inclui o interesse e conhecimento por política.

Assim, partindo do pressuposto de que os valores, sentimentos, crenças e conhecimentos são relevantes para explicar os padrões de comportamento político adotados pelos indivíduos, o objetivo fundamental do trabalho de Almond e Verba (1963) foi identificar o grau de congruência entre este conjunto de variáveis subjetivas e o sistema político, para o qual apresentaram resultados de cinco países, sendo eles Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México. Eles advertiram diferenças nacionais¹³ entre a distribuição de orientações cognitivas (conhecimentos do e crenças no sistema político), afetivas (sentimentos sobre o sistema político, suas funções, o pessoal e desempenho) e avaliativas (julgamentos e opiniões sobre objetos políticos que envolvem a combinação de critérios de valor com a informação e os sentimentos). A conjunção destas daria identidade a culturas políticas que ressaltam papéis paroquiais (caracterizadas por uma estrutura de valores tradicionais, onde não há uma clara diferenciação entre os papéis políticos e geralmente se desconhecem ou conhecem vagamente os aspectos políticos), papéis de súbditos (estrutura autoritária, há diferenciação institucional e de papéis na vida política, mas os cidadãos direcionam-se para esta de modo passivo, ou seja, orientados para o “lado *output*” do governo) ou papéis participantes (as relações entre as instituições especializadas e a opinião e atividade dos cidadãos é interativa, há completa inclusão na esfera pública e os cidadãos informados sobre o sistema político em todos os seus aspectos). O eixo central de análise foi o conceito de cultura cívica¹⁴, como uma forma específica de cultura política, que seria a mais propensa ao surgimento e desenvolvimento estável de regimes democráticos e que, não por acaso, era a predominante nos países anglo-

¹² Em seção posterior aprofundamos na questão do apoio político em termos multidimensionais, diferenciando o apoio aos elementos mais difusos e mais particulares do sistema político, proposta por autores como Norris (1999, 2011).

¹³ Em tanto Almond e Verba (1963) se referem às diferenças culturais entre nações, Putnam (1996) indica também a existência de padrões culturais bem diferenciados ao interior de uma nação, como é o caso das regiões norte e sul na Itália.

¹⁴ “A cultura cívica é uma cultura leal de participação (...). Os indivíduos se convertem em participantes do processo político, mas sem abandonar suas orientações paroquiais e de súbdito (...). As orientações políticas não participantes, más tradicionais, tendem a limitar e a reduzir a entrega do indivíduo aos assuntos políticos. (...) Deste modo, as atitudes favoráveis à participação dentro do sistema político desempenham um papel mais importante na cultura cívica, mas igualmente influem outras atitudes não políticas, como a confiança em outras pessoas e a participação social em geral” (Almond e Verba, 1963: 185. Tradução livre).

saxões. Como veremos a seguir, as análises teóricas e empíricas desses autores não estiveram isentas de críticas¹⁵.

Como comenta Ribeiro (2008), a adoção da democracia liberal anglo-saxônica como modelo ideal trouxe significativas implicações ideológicas, teóricas e metodológicas. O vasto conjunto de críticas levou os autores a revisar o conceito de cultura cívica em trabalho publicado mais de vinte anos depois¹⁶. Interessamo-nos aqui em três críticas inter-relacionadas que consideramos chaves para pensarmos na participação política nas duas sociedades latino-americanas estudadas nesta pesquisa.

A primeira tem a ver com o etnocentrismo implícito no conceito de cultura cívica, que a literatura posterior “resolveu” ao interpretar a cultura política de cada nação em suas particularidades, buscando entender suas origens e relações com a estrutura política, sem a pretensão de classificar essas configurações como paroquiais, sujeitas, participativas ou qualquer outra categoria arbitrária (Ribeiro, 2008). Assim, Castro (2014) propôs sair da lógica dedutiva, alegando que o uso do instrumental da cultura política devia ser mais indutivo, ou seja, procurar conhecer a realidade das sociedades, e não aplicar um conceito determinado. Para ele, o conhecimento da cultura política passaria pela compreensão das origens históricas de determinada sociedade, com ênfase nos aspectos que podem ser relacionados com o comportamento político da população.

O grande equívoco dessa forma de compreensão da realidade seria a desconsideração da realidade que engendra as atitudes (Baquero, 2013; Castro, 2014). Baquero (2013) questiona, por exemplo, como ser favorável às instituições quando elas não são confiáveis ou não funcionam? Frente a tal situação, as pessoas agem de forma reativa e não com aquela moderação própria do cidadão ideal de *The Civic Culture*. O argumento de Booth e Seligson (2009) está alinhado com essa ideia, uma vez que para eles as experiências negativas com instituições formais conformam a matriz sobre a qual se materializa o pensamento dos cidadãos.

Aquela crítica leva implícita a ideia de que a estrutura também condicionaria a cultura política, o que nos introduz a uma segunda crítica direcionada a *The Civic Culture*. Para Castro (2014), há duas posições dos estudos que relacionam cultura política e estrutura política. A primeira, que seria inaugurada pela obra de Almond e Verba, supõe um caminho unilinear, onde

¹⁵ Para aprofundar nas críticas direcionadas à obra de Almond e Verba (1963), ver Barry, B. (1970); Pateman, C. (1989), Moisés, J.A. (1995); Rennó, L.R. (1998); Castro, H.C.(2014).

¹⁶ Ver Almond, G. e Verba, S. (coords.) (1989). *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park: Sage.

só a cultura política tem efeito sobre a democracia. Já a segunda propõe um caminho bidirecional: a cultura política também pode ser influenciada pela democracia; posição encontrada, por exemplo, em Catterberg (1991) e Moisés (1995; 2008). Nesta segunda visão, da qual está mais próxima nossa pesquisa, a experiência com o regime democrático também moldaria a cultura política e, logo, o comportamento político. Todavia, a estrutura e a cultura se influenciariam mutuamente, ou seja, “*valores afetam a escolha de instituições e o funcionamento positivo ou negativo destas molda a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança. Nessa relação, caracterizada por uma causalidade cruzada entre as duas dimensões, a estrutura institucional seria causa e efeito da cultura política, e vice-versa* (Lijphart, 1980; Street, 1994; Rennó, 1998, *apud* Moisés, 2008: 17)”. Para Catterberg, escrevendo no início dos anos 90, a rotina democrática seria o principal fator para a constituição da cultura cívica (1991: 32). Posição semelhante é encontrada em Moisés (1995: 110), para quem a tendência na mudança nos padrões da cultura política brasileira seria a do aumento do interesse e da importância dada à política no período pós-transição democrática; tais mudanças apontariam não apenas para a formação de uma opinião pública mais atenta aos processos políticos, mas também para um maior reconhecimento da importância das instituições democráticas *per se*.

Nesse sentido, Castro aporta evidência nacional ao mostrar o aumento da adesão à democracia entre 1990 e 1995, que vai ao encontro da tese de que a existência de instituições democráticas favorece a criação de hábitos e de atitudes favoráveis em relação à democracia. Vale salientar que se bem na primeira obra Almond e Verba assumiram um determinismo cultural, na obra posterior reconheceram que “*as normas às que o cidadão adere são em grande parte determinadas pelo papel que o sistema lhe aceita jogar, mas pela sua vez estas normas têm efeito feedback na estrutura*” (1996: 125), ou seja, que a causalidade operava em ambos os sentidos: as atitudes influíam na estrutura assim como o desempenho e a estrutura exerciam influência sobre as atitudes.

Para Ribeiro (2008), aquela associação teria levado Almond e Verba a fundirem as variáveis independentes e intervenientes em um único corpo denominado *cultura política*, e a raiz desta questão poderia ser encontrada, segundo ele, no entendimento sobre quais as esferas onde o processo de socialização se daria. Considerando apenas os processos que têm curso no período infantil como os responsáveis pela transmissão dos valores, crenças e conhecimentos que irão estruturar as orientações e as atitudes dos atores para com os objetos, tender-se-ia a encarar a cultura política como variável determinante na configuração das estruturas políticas.

Se, porém, também forem levados em conta os processos de socialização política da fase adulta, a determinação deixaria de ser automática e o unilateralismo perderia o sentido (Ribeiro, 2008: 48). Nós aderimos à segunda interpretação, uma vez que, como vimos em relação às experiências dos indivíduos com as instituições e, como veremos a seguir, os fatores político-institucionais são relevantes para compreender o comportamento político de uma sociedade. Isto cobrará maior relevância quando focarmos na questão da baixa confiança dos argentinos e brasileiros nas instituições representativas da democracia, entre outras características próprias destas sociedades.

A última e principal crítica tem a ver com a mudança na cultura política, elemento central na nossa pesquisa, e se aplica não apenas à obra de Almond e Verba, como também à argumentação teórica de Robert Putnam, outro representante dos culturalistas. Este autor também supõe como ideal democrático um “*allegiant model of citizenship*”. Para ele, o padrão cultural é fruto de um conjunto de experiências de ações coletivas de longa duração, uma vez que tais experiências acabam por construir um capital social que funciona como reservatório de padrões de comportamentos, favorecendo a confiança mútua entre os atores e minimizando os dilemas que envolvem as ações coletivas. Ou seja, quanto maior é este capital social, maiores são as possibilidades de cooperação mútua, de confiança generalizada e, em consequência, maiores são os incentivos para a participação e maiores as chances das instituições democráticas se tornarem eficientes. Putnam (1996, 2000) atribui grande importância aos valores de solidariedade, confiança e tolerância e vê as organizações como estruturas de cooperação, indicando que a participação responde à busca perseverante pelo bem público. O autor dedica um livro (*Bowling Alone*, 2000) para argumentar como a queda dos níveis de participação política nos Estados Unidos nas últimas décadas – especialmente nas suas formas cooperativas –, está associada à perda do capital social nesta sociedade¹⁷. Na teorização dele, a confiança interpessoal aparece como um elemento que é ao mesmo tempo consequência de uma sociedade civil forte – e logo, da participação política no sentido mais tradicional – e requisito da mesma. Isto abriu espaço para o desenvolvimento do debate em torno da queda *versus* a mudança nas formas de capital social – dentre outras mudanças – e, logo, no comportamento político dos

¹⁷ Putnam (2000) observa que a adesão a organizações sociais, ONGs, clubes, entre outras, tem diminuído nas últimas três décadas e, segundo o autor, as consequências são vistas também no declínio de muitas formas de ativação política, se bem a advertência é feita especialmente no que diz respeito às atividades comunitárias. Segundo os dados apresentados por Putnam, as formas de participação política que mais rápido diminuíram (entre 1973 e 1994) foram as “comunitárias”, que precisam da participação de outros para ter efeito – e as mais propensas ao *free riding*.

americanos¹⁸. Uma vez que deste ponto crítico decorre parte da hipótese central da dissertação, a continuação é tratado *in extenso*.

1.1.1. MUDANÇAS NOS PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS.

Embora na abordagem culturalista esteja implícita uma visão de continuidade, no sentido de os fenômenos que tenta explicar terem comportamentos estáveis, pelo menos no longo prazo, há espaço para mudanças na cultura política de uma sociedade, e não somente a estrutura política, mas as estrutura social, econômica e cultural são influentes no processo de mudança. Para os fins do nosso trabalho, damos especial ênfase a duas contribuições da literatura internacional que, inseridas dentro da abordagem da cultura política, apontam para as mudanças estruturais acontecidas nas democracias mais consolidadas – onde foram observadas as primeiras evidências que deram origem às suas argumentações, embora hoje possam ser expandidas para além daquelas sociedades. Tais contribuições são as fornecidas por Ronald Inglehart e Russel Dalton.

Na mesma linha dos argumentos elencados até agora, já no *Political Action Study* de Barnes et al. (1979), a participação política, do modo como tinha sido entendida na obra de Almond e Verba, é ressignificada, uma vez que esse estudo abre o caminho para a Ciência Política considerar atos de participação política não institucionalizados não como uma ameaça às democracias pluralistas, mas como uma extensão do repertório político dos cidadãos. A discussão em torno das formas de participação convencionais e não convencionais, porém, entra em um novo cenário a partir da obra de Ronald Inglehart. Para este autor, um dos responsáveis pela retomada dos estudos de cultura política no final da década de 1970, a cultura importa, embora junto com outras variáveis intervenientes, como a economia. A cultura política, desta forma, representa uma importante variável de ligação entre o desenvolvimento econômico e a estabilidade democrática. Esta interpretação torna possível associar a mudança cultural à modernização socioeconômica. Ou seja, no começo da linha causal localiza-se o

¹⁸ Apesar de ter se originado como uma análise da sociedade norte-americana, esse argumento foi incorporado em subsequentes debates em torno de diferentes aspectos do comportamento político de diversas sociedades.

desenvolvimento socioeconómico; este conduz mudanças culturais que, por sua vez, incidem na arena política.

Uma vez que este é um eixo fundamental da hipótese sustentada nesta dissertação, é preciso deter-se e explicar como opera tal mecanismo causal¹⁹.

No começo situam-se as mudanças no nível do sistema, especificamente, o desenvolvimento econômico e tecnológico – levando à satisfação das necessidades de subsistência em uma crescente parte da população –; o aumento nos níveis educacionais; as experiências distintas de coortes; a expansão da comunicação em massa. Tais transformações têm efeito no nível individual, tanto no que diz respeito aos valores – aumento da ênfase na necessidade de pertencimento, autoestima e auto realização – quanto às habilidades – aumento da proporção da população que possui habilidades para lidar com a política. Isto é, a transformação econômica reduz as restrições externas para a escolha humana, ao incrementar os recursos materiais, cognitivos e sociais, tornando os indivíduos mais independentes material, intelectual e socialmente. Superando estas preocupações materiais – o que Inglehart tinha relacionado já em 1977 com *valores materialistas* –, os indivíduos começam a manifestar *valores de auto-expressão*, os quais reforçariam as instituições democráticas. Assim, crescem as demandas públicas pelas liberdades civis e políticas, pela igualdade de gênero e por um governo sensível às demandas (Inglehart e Welzel, 2005: 2). Adicionalmente, esta mudança cultural também ocorre na passagem da disciplina coletiva à liberdade individual, da autoridade estatal à autonomia individual. Quer dizer, este ênfase nos valores de auto-expressão teria repercussão tanto no âmbito privado (valores familiares, religiosidade, motivações laborais, relação do homem com o meio ambiente, etc.) quanto na esfera pública, nas atividades comunitárias e na participação política (p. 3).

Sintetizando as consequências daqueles processos experimentados no nível individual sobre o nível do sistema²⁰, destacam-se: i) Mudança nos principais assuntos políticos, onde a população estaria expressando diretamente suas preferências em assuntos específicos, tais como o aborto, os direitos das mulheres e os homossexuais, a corrupção das elites e as questões ambientais; em geral, assuntos relacionados com “estilos de vida”. ii) Mudança na base social

¹⁹ As variáveis escolhidas para representar a mudança cultural estão associadas a um tipo particular de cultura política – erro já apontado com as críticas a Almond e Verba. Ou seja, há um viés na operacionalização do conceito (Seligson, 2002: 287), que obrigatoriamente terá consequências diretas nos resultados empíricos. Isto nos compele a ter cautela na hora de analisar os resultados da pesquisa para o Brasil e a Argentina. Como já apontado por Castro (2014), deve-se incorporar o contexto histórico, social e político das nações como fatores determinantes da formação e mudança da cultura política.

²⁰ A mudança tornar-se-ia “visível” a partir da alternância geracional, já que grupos humanos mais jovens, educados e pós-materialistas substituem àqueles de idade adulta, trazendo junto a transformação dos valores mencionada (Inglehart e Welzel, 2005: 18).

do conflito político: relativo declínio do conflito de classes sociais. iii) Mudanças no apoio a instituições nacionais estabelecidas, declínio da legitimidade do estado-nação, aumento das legitimidades supranacionais e “tribais”. iv) Mudanças nos principais tipos de participação política: declínio da mobilização política dirigida pela elite, ascensão de grupos “temáticos” desafiadores da elite.

Neste último ponto, Inglehart e Welzel (2005) expressam que embora tenham declinado as formas de participação burocratizadas e direcionadas às elites, como o voto e a adesão em partidos políticos, formas de participação expressivas e desafiantes das elites têm aumentado dramaticamente. No raciocínio deles, tal processo “*reflete a natureza mutável do capital social: este não tem se desgastado, mas tem tomado uma forma nova, conduzindo a mudanças nos tipos de ação coletiva*” (p. 116. Tradução livre). A tese do pós-materialismo afirma que ao invés de engajar-se em *formal fixed membership structures*, os cidadãos pós-modernos preferem formas mais individualizadas de estar envolvidos na esfera política, de preferência sem muitos compromissos forçados e por fora da política partidária (Inglehart, 1997).

Em uma das suas obras, Dalton (2008) refere-se às normas que conformariam a cidadania de acordo com a descrição de cultura política de Almond e Verba, como um set de normas sociais e orientações compartilhadas. Assim, identificando o que se espera do indivíduo no âmbito público e o que o indivíduo espera do governo, a cidadania – o conjunto dessas normas – influenciaria atitudes e comportamentos. A cultura política de uma nação, então, conteria uma combinação de atitudes e orientações, entre elas as imagens do papel do cidadão (Dalton, 2008: 78). O aumento nas últimas décadas dos níveis de educação, os recursos econômicos e o acesso à informação política, em paralelo ao processo de transformação de valores do qual já fizemos referência, trouxe com ele, segundo Dalton, uma acentuação das normas de uma cidadania comprometida, engajada na arena política. O que tem se desgastado é a *duty-based citizenship*, que já Almond e Verba (1963) tinham identificado como as orientações próprias do cidadão *súbdito*. Enquanto estas se exteriorizam em formas de participação institucionalizadas – ou dever cidadão – como o voto e a atividade partidária, a *engaged citizenship* enfatiza formas de ação mais diretas e individualizadas (Dalton, 2008: 86). Esta ampliaria o abanico de atividades políticas, já que os cidadãos engajados procurariam vias alternativas para se expressar politicamente. As eleições, por exemplo, teriam um escasso poder de influência, toda vez que ante a insatisfação com a administração do governo de turno, deveria se esperar vários anos até exercer o voto. Meios mais diretos de influenciar aos responsáveis

políticos seriam trabalhar com grupos de interesse público, o contato direto, a ação política contenciosa, os boicotes, o consumismo político e outros métodos similares (p.85).

Reforçando esse argumento, Welzel e Dalton (2014), aceitam o conceito de “*allegiant cultures*” implícito no modelo de Almond e Verba, porém objetam que a introdução e durabilidade da democracia tende a tornar os cidadãos mais críticos das elites políticas e do processo político. Logo, o contraste das culturas políticas entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas não seria mais tão aparente. Em parte, argumentam os autores, isso seria reflexo das mudanças nos padrões de comunicação e consciência política, provocadas pela globalização e pelo aumento do acesso à informação nas sociedades de hoje. Mas há também um *link* com os valores que variariam de públicos contemporâneos – a partir das normas políticas *allegiant* do passado para uma nova cidadania *assertive* (Dalton e Shin, 2014, *apud* Welzel e Dalton, 2014).

De novo, não só há uma transformação dos valores, como também das habilidades: devido à generalização dos meios de comunicação massiva e à expansão da educação, as habilidades políticas foram se desenvolvendo e os custos de obtenção da informação diminuindo. O resultado implicaria numa mobilização cognitiva, através da qual mais cidadãos seriam capazes de enfrentar complexidades da política, tomar suas próprias decisões políticas e se comprometer politicamente, com pouca dependência de ajudas externas e expandindo sua participação além dos marcos partidários das campanhas e eleições (Dalton, 1984: 265, 266, 267). Para Dalton, essa falta de dependência das ajudas externas (*party-cues*), tipicamente fornecidas pelos partidos políticos²¹, estaria vinculada com a queda das taxas de identificação partidária e o aumento da volatilidade eleitoral nos anos oitenta.

O autor denomina aos indivíduos mobilizados no processo político primariamente por estes fortes laços com partidos políticos como *partidários rituais*. Estes apoiam a política partidária e estão envolvidos em atividades partidárias, como as campanhas e eleições, com pouca probabilidade de se estender a áreas onde as *cues* partidárias estão ausentes (Dalton, 1984: 270). No outro extremo estariam aqueles indivíduos que fazem parte de uma categoria em permanente expansão: os *apartidários*. Estes não estão vinculados a partidos políticos, porém são politicamente ativos. Possuem habilidades políticas necessárias para se orientar

²¹ “Os assuntos e eventos políticos frequentemente são apresentados ao público em termos partidários, toda vez que estes tomam posições nas questões políticas do dia ou reagem às declarações de outros atores políticos. Também, o partidarismo pode agir como mobilizador, o fato de aderir a um partido pode atrair a um indivíduo ao processo político” (Dalton, 1984: 264. Tradução livre). Embora o argumento central procure chamar a atenção acerca da “perda de funções” dos partidos políticos, não deixa de ser certo que a identificação partidária tem sido vinculada ao comportamento eleitoral, ao posicionamento sobre assuntos políticos, ao interesse na política, à participação em atividades de campanha, e a outras formas de participação política.

sozinhos sem depender de rótulos partidários, por isso além de estarem implicados em atividades de tipo partidário (e sendo menos favoráveis a estas), estendem a sua participação política para outras modalidades (p. 271). Assim, seriam capazes de organizar efetivamente grupos de ação cidadã, *lobby* cidadão, manifestações de protesto e outros tipos de participação política não convencional (p. 282).

Na mesma direção, Pippa Norris (1999; 2011) adota o conceito de legitimidade e apoio político de Easton (1965) –do qual falaremos na próxima seção– e argumenta que os cidadãos ainda são, e cada vez mais, favoráveis à democracia, porém tornaram-se mais críticos da forma como a democracia está funcionando hoje em dia. Como resultado, os cidadãos ainda querem se envolver em política, mas não nos modos de participação convencionais. A autora mostra que aqueles com aspirações democráticas são significativamente mais propensos a se envolver na participação de protesto (incluindo aderir a uma manifestação legal, assinar uma petição e boicotar produtos de consumo). Ao mesmo tempo, os mais insatisfeitos com a maneira que a democracia funciona também estão mais dispostos a protestar. Esta combinação de atitudes sugere, segundo a autora, que há uma distinção importante entre estes tipos de ativismo: a participação convencional reflete um contentamento mais amplo com a maneira que a democracia funciona; por outro lado, atos de protesto são melhor previstos pela insatisfação com a democracia (Norris, 2011, cap 11: 4). Ou seja, o déficit democrático²², resultante das aspirações democráticas menos a avaliação do desempenho do regime, não conseguiria prever o interesse do cidadão (incluindo o interesse na política, a importância da política, e o voto em uma eleição parlamentar recente), que decorre principalmente de outros fatores, tais como educação e conhecimento político.

1.2. FATORES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS²³ E O DESEMPENHO DEMOCRÁTICO.

²² Na próxima seção será abordado com mais detalhe esse argumento, quando falarmos do desempenho democrático e o apoio dado ao sistema.

²³ É preciso deixar claro que não estamos adotando a abordagem institucionalista. Do mesmo modo, esclarecemos que nesta seção referimo-nos a trabalhos que olham para variáveis políticas; embora saibamos que os autores que estudam a participação política sob a égide da cultura política, certamente levam em consideração atitudes, valores e normas respeito do político.

Nos estudos sobre a participação política tanto os fatores sociodemográficos (educação, renda, idade, sexo, entre outros), psicossociais (motivações, atitudes, emoções, conhecimento e interesse pela política, entre outros), como estritamente políticos (apoio às instituições e atores políticos, avaliação do desempenho do governo, entre outros), têm sido variáveis de grande importância na hora de pensar quem (não) participa e por que (não) o faz. Lembrando que a cultura política diz respeito das orientações dos cidadãos *toward government* – entre outros aspectos –, há estudos que, embora inseridos dentro da abordagem da cultura política, colocam ênfase no âmbito político, onde fatores tais como a legitimidade de que goza o sistema político de uma determinada nação, as características do sistema de partidos próprio de outra etc., são especialmente consideradas quando se aborda o fenômeno da participação política. Há, assim, explicações contextuais, onde o ambiente político e as estruturas institucionais são fatores que podem afetar as percepções e cognições dos cidadãos (Dalton, 2000) e, com isso, ter consequências na participação política. Entretanto, como apontado por Moisés (1995; 2008), em vez de tratar as instituições apenas como variáveis independentes, aqui são consideradas sob a influência de outras, como, por exemplo, valores e cultura política.

De um lado, as atitudes em relação ao regime político e às suas instituições impactariam na participação política e ainda teriam consequências sobre a definição dos canais por onde ela acontece.

Nesse sentido, o conceito de “apoio ao sistema” de Pippa Norris (1999, 2011) diz respeito das orientações *towards* o Estado-nação, suas agências e seus atores. Sendo um conceito multidimensional, os indicadores do apoio ao sistema, indo do mais difuso ao mais específico, seriam: identidade nacional (sentimentos de patriotismo e orgulho nacional), aprovação dos princípios e valores do regime (apoio aos ideais democráticos, rejeição aos princípios autocráticos), avaliação do desempenho democrático (satisfação com o desempenho do governo, avaliações positivas do processo de *decision-making* e das políticas), confiança nas instituições (judiciário, executivo, legislativo, forças armadas, governo local, estadual e central), aprovação dos *office-holders* (avaliações positivas da honestidade e *responsiveness* dos políticos, aprovação dos presidentes e primeiros ministros, líderes partidários, representantes eleitos e funcionários públicos) .

O elemento central no argumento da autora, e relevante para pensarmos na experiência dos argentinos e brasileiros com o funcionamento da democracia, é a emergência de um déficit democrático, que surge porque hoje muitos cidadãos acreditam que é importante viver num Estado democrático, ainda que permaneçam insatisfeitos ao avaliar o desempenho do mesmo.

Uma vez que essa síndrome atitudinal se traduz em ações e no comportamento, o déficit seria potencialmente um recurso importante para a mobilização de movimentos sociais buscando aprofundar a participação, a *accountability* e a transparência nas democracias (Norris, 2011, cap. 2: 1).

Na mesma direção, John Booth e Mitchell Seligson (2009) levam a cabo análises em vários países latino-americanos visando analisar os efeitos da legitimidade do sistema político sobre a participação política. Assim como Norris, esses autores retomam a definição eastoniana de legitimidade política como o apoio dado ao sistema político, tanto a aprovação dada a certos componentes gerais como a outros mais específicos do sistema, para identificar seis dimensões da legitimidade política, cada uma das quais teria efeitos diferenciados sobre a participação política, e especificamente, sobre diferentes modalidades de participação. Estas são: existência de uma comunidade política (a dimensão mais básica e difusa); apoio aos princípios fundamentais do regime; apoio a suas instituições; avaliação do seu desempenho; apoio ao governo local; e apoio a atores políticos (avaliação da eficácia destes) (p.49).

Booth e Seligson se posicionam contra duas proposições que dizem respeito dos efeitos comportamentais da legitimidade, que tenderiam a estabelecer dicotomias ao focar na participação *within channels* ou *outside of channels*. De acordo à primeira posição, os cidadãos que expressam altos valores de legitimidade para o sistema seriam mais propensos a se involucrarem nas formas de participação política *convencionais*, quer dizer, dentro dos canais mais institucionalizados. Os indivíduos descontentes politicamente, por sua vez, se manteriam alheios da arena política, sem efetuar nenhum tipo de demandas. Por outro lado, o segundo argumento afirma que os cidadãos que expressam baixa legitimidade seriam mais propensos a se involucrarem em formas de participação *não convencionais* ou em protestos (p. 20). Em contraposição, Booth e Seligson apontam que várias relações possíveis entre legitimidade e participação política ficam sem ser analisadas, como por exemplo, quais são os efeitos que causam que os indivíduos descontentes escolham entre quatro possíveis opções: intensificar o seu engajamento na política nacional; afastar-se da política a nível nacional e ficar politicamente passivos; mudar a sua participação desde a política a nível nacional para arenas comunais ou da sociedade civil; ou participar de protestos (2009: 23).

O achado mais importante destes autores é que o principal padrão de relações entre a legitimidade e a participação política se da em forma de U, quer dizer, os cidadãos que expressam maiores e menores níveis de apoio ao sistema político, em contraposição aos “moderados”, são quem mais participam. Assim, os dados contradizem aquelas posturas que

afirmam que os cidadãos críticos (baixa legitimidade) não participam em política, enquanto que os cidadãos pró-apoio (alta legitimidade) são os mais ativos (p. 171). Embora desde outra aproximação, Inglehart e Welzel se direcionam no mesmo sentido quando afirmam que naquelas sociedades “decepcionadas” com o sistema político nas quais está difundida uma forte ênfase nos valores de auto expressão, é muito provável que cresçam ações massivas desafiantes das elites (*elite-challenging mass action*) (2005: 120). Ainda mais, testando várias formas de participação política (votação, ativismo em campanhas; contato com funcionários públicos; ativismo comunal; ativismo na sociedade civil; e comportamento de protesto), Booth e Seligson (2009) identificam que a avaliação dos cidadãos sobre o desempenho do regime impacta de maneira muito significativa sobre a participação; afetando quatro dos seis modos de participação, seguido pelo apoio ao governo local, que afeta três modalidades de participação. Já a percepção de uma comunidade política é a dimensão de legitimidade que apresenta menos efeitos, influenciando somente no ato do voto (p. 157).

Tais argumentos são interessantes para se pensar nas manifestações que tiveram lugar nos últimos anos em vários países –ainda quando muito dissimilares entre si–, à luz desta relação entre a avaliação que os indivíduos fazem do sistema político e os níveis de ação política, toda vez que, como comentam os autores e já mencionamos acima, os cidadãos que expressam menos apoio para o sistema não rejeitam os princípios do regime democrático (anomia), mas aos atores políticos, às instituições, ao governo local e ao desempenho econômico nacional (cinismo) (Booth e Seligson, 2009; Milbrath e Goel, 1967).

Contudo, consideramos que os canais disponíveis no ambiente político para que os cidadãos possam manifestar as suas demandas também são muito significativos. Além da necessidade de se pensar nas características individuais dos cidadãos, entra em jogo o papel das instituições políticas: o desejo de participar nas decisões que afetam a vida de cada um pode ser comum em todo o mundo, mas as instituições políticas podem moldar se esses desejos são expressos e como (Inglehart e Welzel, 2005). Em particular, se as pessoas percebem que têm certo impacto na política pública serão mais propensas a comunicar as suas preferências aos funcionários, se comparados com aqueles que acham que não terão mais do que um escasso ou inexistente impacto (Milbrath, 1977: 142). Isto tem a ver tanto com o sentimento de eficácia política interna, ou seja, o sentimento de ser capaz de exercer uma influência na arena política, que está atravessada por vários fatores demográficos e psicossociais, como principalmente pela percepção de eficácia externa: a percepção da capacidade de resposta das instituições, da sua vontade de responder às necessidades e satisfazer as petições dos cidadãos (Mannarini et al.,

2008: 99), a qual evidentemente está atravessada por características próprias de cada sistema político.

De igual modo que o sentido de eficácia política externa, a confiança nas instituições é outro fator que consideramos chave para entender como se dá a participação política nas duas sociedades estudadas. Isto será trazido novamente quando falarmos especificamente da Argentina e do Brasil, mas é importante deixar explícito que, assim como falamos das mudanças na cultura política que trariam “novidades” à participação política, a (des)confiança cada vez mais alta nas instituições também afeta não apenas a magnitude da participação, como também como os cidadãos escolhem vincular-se ao sistema político. Todavia, essa desconfiança diz respeito aos partidos políticos e ao Congresso, duas instituições centrais da representação no sistema democrático que atuam, entre outras funções, na canalização de demandas da sociedade.

Já na segunda crítica direcionada à obra de Almond e Verba (1963) deixamos claro que era preciso considerar como o desempenho das instituições afeta também às orientações políticas – e logo, o comportamento. A confiança nas instituições traduz a expectativa quanto à probabilidade de o sistema político produzir os resultados esperados pelos cidadãos. Para Moisés (2010) essa confiança dependeria, dessa maneira, da coerência das instituições quanto à sua justificação normativa, portanto, *“a percepção dos cidadãos a respeito das orientações normativas das instituições, decorrente da sua experiência prática com elas, e esses seriam fatores decisivos de determinação de confiança”* (p. 54). Dessa maneira, o julgamento do cidadão para confiar ou não nas instituições só dependeria do desempenho delas mesmas.

Baquero (2013) também defende que certas “não-realizações” das democracias latino-americanas, junto com o legado histórico de ineficiência administrativa e a corrupção, levariam a uma percepção de que as instituições políticas não funcionam, gerando um crescente mal estar e descontentamento com o sistema político. Vale lembrar, entretanto, que é possível distinguir entre os elementos mais difusos e mais específicos do sistema político, sendo que a desconfiança nas instituições seria traduzida na baixa legitimidade nesse nível, e não necessariamente na diminuição do apoio normativo à democracia.

1.3. FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS E PSICOSSOCIAIS: A PROPÓSITO DA DESIGUALDADE POLÍTICA.

Lester Milbrath e Madan Goel (1967) e especialmente Verba, Schlozman e Brady (1995), são referências chaves a considerar na questão da desigualdade política²⁴. Tanto o Modelo da Centralidade dos primeiros, quanto o Modelo do Voluntarismo Cívico (MVC) dos segundos, convergem na direção da existência de fatores, objetivos e subjetivos, capazes de interferir no processo de ativação política, gerando assimetrias favoráveis aos indivíduos de posição social mais elevada (Fialho, 2008: 13).

Segundo Verba et al. (1995), “*as condições iniciais que conduzem à acumulação dos recursos políticos também levam ao engajamento político e a se estar numa posição tal que são prováveis os pedidos para agir politicamente*” (p. 16. Tradução livre). O modelo explicativo destes autores, centrado nos recursos, mostra como a classe e o status moldam os recursos que, no seu tempo, constroem as escolhas sobre a ativação política (1995: 287). Em outras palavras, a preferência do indivíduo para ser ativo politicamente é ela mesma o resultado de processos sociais e da aprendizagem social. Sinteticamente, o MVC examina os condicionantes da participação política, a saber: 1) três tipos de recursos: tempo, dinheiro e habilidades cívicas (medidas com a educação, a oportunidade de desenvolver habilidades cívicas no local de trabalho, em organizações não políticas e nas igrejas); 2) engajamento (medido com o interesse político, a informação política, a percepção sobre potencial de eficácia política, a posição partidária e a tolerância); 3) recrutamento (medido através dos convites recebidos para participar). Este último fator tem a ver com a proximidade do indivíduo às redes que são capazes de elevar suas chances de participar politicamente, que geralmente tem lugar nas instituições não políticas às que os indivíduos se associam ao longo de suas vidas (local de trabalho, associações voluntárias, igrejas). Segundo estes autores, são os recursos, no entanto, os principais condicionantes da participação, por constituírem o fator necessário para que os outros dois fatores – engajamento e recrutamento – sejam convertidos em atividade política.

A questão chave no esquema teórico de Verba e seus colaboradores é a transmissão inter-geracional e o papel da educação na acumulação de recursos participativos, associados ao engajamento e ao recrutamento. Assim, diante da pergunta que estes autores fazem acerca de

²⁴ Outro autor que dedica um livro ao tema da desigualdade política é Robert Dahl (2008), para quem as barreiras para a igualdade política encontram-se, entre outras fontes, na distribuição de recursos, habilidades e incentivos políticos.

por que aqueles que são inativos não tomam parte na política, no livro propõem três possíveis razões: “*eles não podem, não querem ou ninguém os convidou. O que temos mostrado é que os cidadãos que têm os recursos podem ser ativos; aqueles que estão engajados querem ser ativos; e aqueles que são recrutados com frequência dizem que sim*” (Verba et al., 1995: 390. Tradução livre).

De modo semelhante, a principal proposição do modelo de Milbrath e Goel (1967) indica que quanto mais próximo um indivíduo estiver do centro de um sistema político, maior será a sua probabilidade de ativação política. Uma dimensão objetiva estaria composta por atributos como renda, escolaridade, status ocupacional, lugar de residência, extensão das redes sociais, etc. (aspectos socioeconômicos). Outra dimensão, subjetiva, estaria relacionada a opiniões, crenças e habilidades cognitivas como, por exemplo, auto-percepção de competência política, informação e conhecimento fatural, identificação partidária, etc. O “estar no centro” condensaria a posição de um indivíduo em relação a todos esses atributos, que – evidências mediante – estão associados a uma maior ativação política.

Os indivíduos de posição social alta têm mais oportunidades para participar – recebem mais estímulos políticos –; têm os recursos – informação, habilidades e competência –; e possuem as “normas necessárias” – sentimento de obrigação e dever – (Milbrath e Goel, 1967: 92). Como comentado, os fatores sociodemográficos e psicossociais estão estritamente entrelaçados: crianças crescendo em lares próximos ao centro são mais propensas a desenvolver personalidades, crenças e atitudes que facilitam o seu acesso na política na vida adulta²⁵ (p. 90).

Para os autores, a eficácia política torna-se um dos fatores mais importantes na hora de pensar os níveis de ativismo político que se encontram em cada sociedade. Se alguém *crê* que pode influenciar, é muito provável que tente *fazê-lo* (Almond e Verba, 1963:139), assim seja tentando “somar a outros na causa”, agregando interesses (o que para Putnam seria mais positivo, uma vez que implica cooperação), ou agindo solitariamente. Ainda mais, o sentimento de competência estaria positivamente correlacionado com a probabilidade de se-envolver em discussões políticas – as quais agem como estímulos para a atividade (Milbrath e Goel, 1967: 190). Já pessoas com menos recursos são menos propensas a participar em política e a se sentir eficazes sobre a sua ação política. Desse modo, sua falta de participação contribui para o seu sentido de impotência política, e sua carência de sentido de eficácia diminui sua probabilidade

²⁵ Nesta ideia está implícita a questão da socialização política mencionada quando falamos acerca da cultura política, o que torna a abordagem teórica que foca nos condicionantes sociodemográficos e psicossociais muito próxima do enfoque da cultura política.

de participar (Milbrath e Goel, 1967: 59). O mesmo padrão de causalidade acontece com o engajamento: o interesse político e o sentido de eficácia política provavelmente conduzem à atividade política, mas, presumivelmente, a participação em política também aumenta o interesse político e cultiva os sentimentos de eficácia política; e também a direção de causalidade é intrincada respeito aos convites para participar (Verba et al., 1995: 276).

Além disso, pessoas com baixos níveis de educação e sofisticação política, menos propensas a receberem estímulos políticos, os rejeitariam quando se lhes apresentam, como um meio de se proteger de mensagens que não entendem e não podem absorver (Milbrath e Goel, 1977; Almond e Verba, 1963). Também seriam mais propensos a rejeitá-los quem percebem a política como uma ameaça (seja real ou percebida), e indivíduos confundidos entre um cúmulo de estímulos que apontam em diferentes direções, disputando a atenção do indivíduo²⁶.

Um ponto importante nestes argumentos é que o impacto da adesão partidária sobre a participação política seria, segundo Milbrath e Goel, independente do impacto das variáveis socioeconômicas. Deste modo, sem importar os níveis de renda e educação, aqueles que são fortes partidários seriam mais ativos que aqueles independentes ou debilmente partidários, levando em conta que isto pode variar segundo o modo de atividade. Em efeito, já comentávamos na seção anterior sobre o argumento de Dalton respeito das “pistas” que os partidos fornecem aos indivíduos. Quer dizer, o partidarismo agiria como atalho para quem possui baixos níveis de sofisticação política, seja providenciando indícios claros e de baixo custo para o voto, ou agindo além deste. Se, não obstante, seriam as formas menos institucionalizadas e “por fora das vias partidárias” as que estão em alta –como discutido na seção anterior–, pode se esperar que sejam esses os modos de se obter maior influência na esfera política. Marien et al. (2010) vão nessa direção ao afirmarem que as formas de participação não institucionalizadas [e ainda podemos falar das novas formas de ação mais diretas das quais fala Russel Dalton] requerem mais habilidades cognitivas, tornando-as acessíveis apenas aos grupos mais privilegiados da sociedade. Quanto mais intensiva em termos de competências, tempo, energia e recursos a participação é, mais desigual se torna.

O protesto é, nessa lógica, um modo de participação que leva a conclusões opostas. Por um lado, não estaria correlacionado com a educação de igual modo que as demais formas de

²⁶ Um indivíduo pode frequentar diversos grupos nos quais as opiniões e preferências não são convergentes, e ante esta situação de angústia ou confusão acabar se afastando do jogo político. É o que os autores, entre eles Milbrath e Goel, chamam de “*Conflict or cross pressure among one’s membership groups*”. Naturalmente, os vários grupos de referência aos que um indivíduo pertence também podem agir de modo contrário, reforçando preferências e consolidando opiniões. Sobre este tema, ver Therriault, A. et al. (2011). “Cross-Pressures and Political Participation”. Conference Proceedings, Paper 23.

participação, como também não exigiria muitos recursos (em sentido amplo) para ser realizado (Verba et al., 1995; Dalton, 2008). Apesar disto, segundo Dalton (1984), os mobilizados cognitivamente seriam os que mais tenderiam a protestar –entre outras formas de participação *não convencionais*– pois possuem as ferramentas e a capacidade de se expressar por fora da via partidária. Ainda, segundo Milbrath e Goel (1967), os indivíduos inclinados para o protesto são aqueles de alto status socioeconómico, porque possuem os recursos (educação, habilidades organizacionais, informação) que lhes facilita sua participação em atividades *radicais* e por serem menos propensos a se sentir vulneráveis às represálias sociais e económicas que o sistema possa lhes trazer em contra (p. 70). De modo sugestivo, Inglehart e Welzel (2005) comentam que “*o protesto político não se dá simplesmente em função do que as pessoas têm pra reclamar objetivamente. Se assim fosse, estas atividades seriam maiores nas sociedades mais pobres e menores nas sociedades mais ricas, mas o contrário é o certo*” (p. 120. Tradução livre).

Aqui, contudo, é preciso fazer três ressalvas. A primeira diz respeito do contexto. É possível assumir que o perfil das pessoas que saíram às ruas em 2001 na Argentina é semelhante ao perfil das pessoas que fizeram manifestações e passeatas em 2008? Parece mais conveniente pensar nas demandas e bandeiras levantadas em cada protesto, assim como a resposta institucional às mesmas. Ainda, o próprio Verba e seus colaboradores adverte que alguns indivíduos podem ter interesse numa determinada política ou assunto público, assim seja por receberem algum benefício social do governo ou por serem ferventes defensores de uma causa *x* (como o aborto). Este tipo de participação temática (*issue engagement*), tem um impacto *adicional* na probabilidade de um indivíduo ser ativo –em assuntos relacionados com essa política, além de quão dotado esteja com os outros fatores que impulsionam a participação política. Finalmente, é preciso levar em conta os incentivos criados por instituições formais do Estado para a participação²⁷ (Conselhos, Orçamentos Participativos), que reduziram o impacto dos condicionantes apontados pela literatura como inibidores da participação política. Segundo Hahn Lüchmann (2007), dados de experiências do Orçamento Participativo mostram que setores da população que ocupam lugares mais baixos na hierarquia social participam de experiências participativas, de diferentes formas e momentos, quando elas se constituem em oportunidades efetivas de participação.

²⁷ Lúcio Rennó (2003) faz uma análise das *estruturas de oportunidade política*, fatores exógenos à sociedade civil que afetam a capacidade de mobilização e recrutamento de grupos sociais. Quando tais estruturas reduzem os custos da participação, a mobilização social se vê “facilitada”.

1.4. BREVE GLOSA: UMA ESCOLHA RACIONAL?

Uma vez que assumimos a existência de padrões de cultura política que, embora possam mudar ao longo do tempo²⁸, explicam comportamentos em longo prazo, seria incompatível aludir à Teoria da Escolha Racional, a qual pressupõe explicações comportamentais *ad hoc* e ahistóricas. Entretanto, é necessário trazer alguns elementos dessa abordagem toda vez que referimo-nos aos custos da participação. E não apenas. Sendo amplamente aceita a ideia dos valores que estão por trás das intenções, escolhas e ações políticas²⁹, também há um certo grau de racionalidade na avaliação que os indivíduos fazem acerca do desempenho institucional. Nesse sentido, a questão já trazida por Baquero (2008) ganha relevância: as atitudes em relação às instituições, quando não são confiáveis ou não funcionam, não necessariamente serão as esperadas pelo cidadão ideal de *The Civic Culture*. O apoio dos cidadãos ao regime político depende da avaliação de curto prazo, baseada no cálculo de custos/benefícios, do desempenho das instituições.

Entretanto, umas das principais questões da teoria da *rational choice* (Downs, 1957; Olson, 1965), diz respeito às razões que um indivíduo teria para se envolver e participar politicamente, toda vez que, seguindo este argumento, sua participação implica *custos* que deverão ser assumidos por um ator racional, quem é considerado isoladamente. Esta teoria parte das análises económicas sobre a ação social, e postula que, como explica Paramio “*as pessoas (...) tendem a desenvolver (...) estratégias para conseguir satisfazer seus interesses o mais possível, em função dos recursos com os quais contam de antemão*” (2005: 16. Tradução livre). Assim, se fala de *racional* no sentido de o indivíduo agir equilibrando custos e benefícios para se chegar a uma ação que maximiza a vantagem pessoal. Os indivíduos devem antecipar os resultados das ações e calcular qual será a melhor alternativa ou a que lhes trará maior satisfação. Levando isso em consideração, autores como Downs (1973) e Olson (1985) visam explicar os comportamentos políticos desses indivíduos racionais, egoístas e maximizadores de benefícios. No caso do primeiro autor, uma questão central e de importância para se pensar o fenômeno da participação política (mesmo que não eleitoral), passa pelo entendimento das razões que teria uma pessoa para *suportar* os custos – em sentido geral: de tempo, de

²⁸ Essa abordagem postula que as orientações têm longa duração no tempo e, assim, que elas influenciam os cidadãos nas suas escolhas políticas. Mas isso não quer dizer que mudanças de orientação não possam ocorrer, neste caso, sob a pressão de efeitos de transformações geracionais e/ou de processos de modernização econômica e social sobre os valores políticos, como vimos acima.

²⁹ O próprio Downs (1991) reconheceu que os valores sociais são importantes para a sociedade e a democracia. Ver Downs, A. (1991) *Social value and democracy*. Em: Monroe, K. R. (ed.), *The economic approach to politics*. New York: Harper Collins Publishers.

informação, de transporte, etc.– para depositar seu voto na urna. Em sua obra *Uma Teoria Econômica da Democracia*, de 1957, procura associar a decisão do voto a uma decisão econômica. Embora não incluamos o comportamento eleitoral dentro das análises comportamentais que ensaiamos, poderíamos pensar na extensão daqueles postulados às implicações sobre outras formas de participação política.

Todavia, o comportamento coletivo se constitui como problema a partir do momento em que o foco da teoria está colocado sobre a explicação de condutas individuais, considerando indivíduos isolados. Aqui arribamos num ponto fundamental: o paradoxo do *free rider*, apresentado na *Teoria da Ação Coletiva*, de Marcur Olson (1985). Considerando que em muitas situações os benefícios procurados por uma ação são públicos, gerais, seria *racional* esperar que sejam outros os que se mobilizem (participem) para alcançá-los, sem ter que afrontar os custos individuais da ação e, no entanto usufruando dos mesmos resultados daqueles que se mobilizaram conforme interesses idênticos aos meus.

Vários dos argumentos elencados nas seções anteriores parecem apontar para a diminuição dos custos, o que aumentaria os incentivos para a participação. Tal diminuição decorreria da própria experiência e aprendizagem democrática, o aumento dos níveis de educação e o acesso e expansão das formas de obtenção de informação e da “novidade” da internet. Isto último porque, além de permitir a própria participação *online*, com a internet também muda o acesso à informação, considerada fundamental na hora de explicar o engajamento; e ainda porque a exposição aos estímulos para a atividade política é aumentada.

Enfim, através dessa síntese teórica buscou-se mostrar a diversidade de abordagens que procuram explicar os fatores que levam os indivíduos a se engajar politicamente. Algumas dessas perspectivas enfatizam aspectos estruturais ou macrossociais, enquanto que outras – predominantes neste trabalho – consideram atributos individuais ou microssociais como determinantes desse fenômeno³⁰.

No Quadro 1 são enumeradas as principais vertentes que embasam esta dissertação, assim como o tratamento dado a cada uma.

³⁰ Cabe salientar que uma significativa parte da literatura sobre participação política foca na dimensão macro, a exemplo de Tarrow (2009), Rennó (2003) e Borba e Lüchmann (2007), que olham para o contexto de oportunidades e ameaças para a participação – em termos de oportunidades políticas, e de Gurr (1968), Dalton e Sickle (2005) e Inglehart e Welzel (2005), que consideram o contexto econômico.

Quadro 1. Resumo das abordagens teóricas sobre a participação política

Autor (ano)	Conceito vinculado à participação	Variáveis	Variáveis Seleccionadas	Obs.
Almond e Verba 1963	Cultura política	Afetivas Avaliativas Cognitivas	Interesse por política** Importância da política** Consumo de informação**	<p><i>Críticas:</i></p> <p>1ra: Etnocentrismo → Contexto, origens históricas[Cap. 2.1]</p> <p>2da: Estrutura/cultura → Contexto sociopolítico[Cap. 2.2] Análise de 3 momentos: 1991, 2006 e 2013/4. Experiência com democracia</p> <p>3ra: Mudança → Mudanças estruturais (Arg e Brasil)[Cap. 2.3] Mudança de valores</p>
Norris 2011	Legitimidade política	Identidade nacional Aprovação dos princípios e valores do regime	Aceitação de valores e ideais democráticos Avaliação do desempenho democrático	←
Booth e Seligson 2009	e déficit democrático	Avaliação do desempenho democrático Confiança nas instituições Aprovação de <i>office-holders</i>	Identificação partidária Confiança no governo Confiança no congresso Confiança na justiça Confiança nos partidos políticos	
Inglehart e Welzel 2005	Valores pós-materialistas	Modernização socioeconômica	Índice de pós-materialismo Satisfação financeira Idade	←
Dalton 2008	Mobilização cognitiva	Recursos econômicos Educação Acesso à informação política	Renda** Educação** Consumo de informação** Uso de computador**	
Verba et al. 1995	Recursos para a participação	Socioeconômicas	Educação**	
Milbrath e Goel 1967		Habilidades cívicas Engajamento Recrutamento	Renda** Sexo Etnia Identificação partidária Consumo de informação** Ideologia	
Downs 1957	Racionalidade da ação	Custos	Consumo de informação**	
Olson 1985		Benefícios Percepção de eficácia	Uso de computador** Educação** Mudanças [Cap. 2.3] Internet [Cap. 2.3.1]	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: As variáveis identificadas com (**) são aquelas que, embora semelhantes, fazem parte de diferentes modelos teóricos.

Como pode ser visto no quadro, há variáveis independentes empregadas por nós que correspondem a mais de uma abordagem teórica. É, por exemplo, o caso da variável educação, fator fundamental para a obtenção dos recursos necessários para participar (habilidades, dinheiro e tempo) no modelo de Verba e seus colegas (1995), e também fator cuja expansão – junto com o aumento da renda e do acesso a informação – explica mudanças no comportamento político, de acordo com Dalton (2008).

Sendo que as premissas da cultura política são alicerces para esta pesquisa, vimos que há três críticas direcionadas à obra pioneira de Almond e Verba (1963) que são relevantes para

pensarmos nosso recorte de pesquisa. Adotamos o princípio de que estrutura e cultura estão em relação mútua, e que além das orientações valorativas, as experiências práticas dos indivíduos com as instituições e os fatores político-institucionais também são relevantes para compreender o comportamento político de uma sociedade. Ou seja, são orientações da cultura política afetivas, avaliativas e cognitivas, sujeitas a mudanças.

Assim, outras variáveis que usaremos ao longo do terceiro capítulo são interesse por política e importância da política; acesso e consumo de informação política; uso de computador; aceitação de valores e ideais democráticos; satisfação com a democracia “de turno”; confiança nas instituições democráticas; ideologia e identificação partidária. Todavia, a terceira crítica àqueles autores, acerca da mudança nos padrões de cultura política, é norteada pela ideia de modernização socioeconômica argumentada por Inglehart e Welzel (2005), de quem empregaremos o índice de pós-materialismo como variável independente, após tratarmos das mudanças estruturais acontecidas na Argentina e no Brasil. A idade e a satisfação com a própria situação financeira também são empregadas a fim de observar o efeito das mudanças estruturais. Ainda, além de serem variáveis de controle, incluímos nível de educação, sexo, idade, renda e etnia, a fim de observar tanto a questão dos recursos (em sentido amplo) quanto dos custos para participar – custos que contrapesam os benefícios da ação, segundo a teoria da escolha racional.

Finalmente, a primeira crítica direcionada a Almond e Verba (1963), sobre a origem histórica das atitudes e o etnocentrismo implícito na origem da teorização deles, é abordada apenas na interpretação dos resultados, através da contextualização das sociedades estudadas nesta dissertação.

No capítulo 3 apresentamos a descrição e tratamento tanto daquelas variáveis quanto das variáveis dependentes, isto é, os cinco tipos de participação política – manifestação, abaixo-assinado, greve, boicote e atividade partidária. Prévio a isso, é realizado um trabalho de contextualização do fenômeno em estudo, quer dizer, da Argentina e do Brasil como países onde ocorre a participação dos indivíduos.

CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZANDO: ARGENTINA E BRASIL.

Na primeira seção deste capítulo elencamos algumas características, compartilhadas pela maioria dos países da região, que estão impregnadas na cultura política dessas sociedades e, por conseguinte, fundamentam atitudes e comportamentos dos cidadãos. Entre estes elementos destacamos o populismo, as instituições “informais” e o clientelismo, o rasgo delegativo das democracias – no dizer de O’Donnell (1994), o regime autoritário, a transição, as expectativas e experiências com a democracia, isso todo num contexto de persistente desigualdade social.

Na sequência, expomos alguns aspectos do contexto socioeconômico e político do Brasil e da Argentina, observados nos três momentos de análise, assim como dos diferentes tipos de participação em cada um deles. A última parte deste capítulo concentra-se especificamente nas mudanças que têm acontecido em ambos os países – embora não se limitem a eles –, que sustentam algumas das hipóteses abordadas no primeiro capítulo, assim como nossa hipótese geral acerca da mudança na participação política. Assim, aludimos ao desenvolvimento socioeconômico, à educação, à trajetória da desigualdade e, por fim, ao acesso aos meios de comunicação.

2.1. TRAÇOS DA CULTURA POLÍTICA LATINO-AMERICANA.

Os estudos da participação política têm assistido a uma adaptação das teorias formuladas, predominantemente, no contexto anglo-saxão. Neste sentido, conceitos tais como “cultura cívica” (Almond e Verba, 1963) apareceram como tipos ideais dos quais América Latina se encontrava muito longe, especialmente se considera-se que a cultura cívica teria como características a passividade, a moderação e a participação (em certos níveis) –atitudes próximas do cidadão inglês típico (Castro, 2014:121). Ou seja, estes autores, como visto no Capítulo 1, teorizaram sobre tipos puros de cultura política (paroquial, súbdita e participativa), cuja combinação, com preeminência da cultura participativa, daria lugar à cultura cívica, a qual se identificava com a registrada nos Estados Unidos principalmente, e no Reino Unido, em

segundo lugar. Neste esquema, consideramos, o restante dos países apareceriam como sociedades com culturas políticas “desviadas”. Em outras palavras, a partir do trabalho de Almond e Verba, que continua sendo referente básico para a caracterização das culturas políticas, se configurariam os “padrões” de comportamentos democráticos – em termos empíricos, entre eles a participação política.

Entretanto, como afirma Lagos (2000), a cultura política de América Latina, apesar do seu significativo grau de heterogeneidade, apresenta muitos traços socioculturais comuns, que estando profundamente arraigados, permanecem altamente relevantes para a democracia nesta região. A Argentina e o Brasil, apesar de terem sido colonizados por países ibéricos, tiveram formações históricas diversas, que deixaram marcas nas culturas políticas dos dois países, porém ambos os países conviveram com regimes autoritários a partir da década de 1970 e, em diferentes momentos, transitaram para uma institucionalidade democrática na sua história recente (Castro, 2014: 10). Embora esses países sejam os de interesse nesta dissertação, começamos expondo certos fatores compartilhados na região, que subjazem no comportamento político dos latino-americanos e que consideramos relevante levá-los em conta na hora de interpretar os dados desta dissertação.

A temática do populismo na América Latina (Di Tella, 1965; Germani, 1977; Vilas, 2003; Panizza, 2008), é “*uno de los conceptos más empleados para definir la política latinoamericana*” (Freidenberg, 2013:2) que adquire uma dimensão significativa ao se-pensar na relação entre os cidadãos e o sistema político. Com a eleição de Getúlio Vargas em 1959, com 49 % dos votos, e de Juan Perón em 1951, com 62 % dos votos, inaugura-se um período de consolidação da imagem populista dos dois líderes e da aprovação da opinião pública.

A persistência do conceito é a melhor prova de que constitui um conjunto de valores e significados sedimentados, uma forma distinta de gerir os assuntos públicos, “uma cultura política” (Minetti, 2015). Além do vínculo entre a identidade e a cidadania, a verticalidade da concessão dos direitos reforça a imagem providencial dos líderes agindo através do Estado, onde há um vínculo de tipo pessoal e direto com a autoridade política da qual se recebem benefícios. Todavia, se bem enquadrados formalmente na democracia representativa, os populismos adiantaram ingredientes do que O’Donnell iria chamar, nos anos noventa, de “democracia delegativa”, na qual o apoio eleitoral massivo aos líderes os dota com uma potestade política não consultiva.

Las democracias delegativas se basan en la premisa de quien sea que gane una elección presidencial tendrá el derecho a gobernar como él (o ella) considere apropiado, restringido sólo por la dura realidad de las relaciones de poder existentes y por un período en funciones limitado constitucionalmente. El presidente es considerado como la encarnación del país, principal custodio e intérprete de sus intereses (O'Donnell, 1994: 12).

Para O'Donnell, uma vez que mediante as eleições fica constituída uma maioria que capacita alguém para tornar-se “o intérprete dos interesses da nação”, após a eleição, os eleitores (que delegam) devem tornar-se uma audiência passiva, mas que aplauda o que o presidente faz.

Por outro lado, há outra particularidade impregnada na cultura e nos *estilos* políticos da nossa região, que tem muito a dizer quanto às atitudes e os comportamentos que os latino-americanos absorberam ou absorvem mediante a socialização. América Latina tem sido lugar comum para a emergência e persistência das instituições informais, o que O'Donnell (1996) chamou de “outra institucionalização”. A prevalência de valores culturais junto à resistência para serem modificadas faz com que ajam (às vezes) como elementos que constroem o efetivo desenvolvimento das instituições formais (Baquero, 2013: 27). A aceitação social permite que tais instituições informais tenham certo grau de legitimidade, uma vez que sua base encontrar-se-ia nas atitudes e crenças dos indivíduos.

Estas características histórico-culturais se refletem em sociedades cujos níveis de confiança interpessoal são reduzidos – segundo o documentam pesquisas e relatórios de opinião pública –, o qual deriva numa baixíssima confiança nas instituições (Lagos, 2000; Rennó, 2001; Moisés, 2010) e, como afirma Lagos (2000), uma tendência a produzir contatos extra-institucionais. Se por um lado esta prática requer contar com um “contato” para resolver demandas, resultando num círculo vicioso de desigualdade política, também é terreno fértil para as relações clientelares. Isto é, entre as poderosas normas não escritas que estruturam a vida social e governam grande parte da atividade política, encontra-se o intercâmbio de votos por bens particulares, habitualmente rotulado como clientelismo político (Leiras, 2004). Levando em conta que na região há uma significativa porcentagem de indivíduos que não contam com serviços básicos, um dos meios mais eficazes para satisfazer necessidades básicas tais como alimentação e saúde é “através do partido político que tem acesso direto aos recursos do Estado”

(Auyero, 2000: 63. Tradução livre). Ou seja, o clientelismo político acontece como uma relação assimétrica de recursos (serviços, dinheiro, informação), cedidos por atores políticos (que controlam recursos públicos) e seus mediadores em favor de cidadãos que, como clientes, sua contraprestação (como condição necessária para obter benefícios) é através de apoio político (votos, participação em atividades políticas, etc.) (Auyero, 1997; Maíz, 1994, *apud* García Ojeda, 2009:128).

De fato, a América Latina é uma das regiões que registram as maiores desigualdades do mundo na distribuição de recursos e de poder (O'Donnell, 2004, *apud* PNUD, 2004), onde à escassez econômica se agregam a falta de acesso às necessidades e aos serviços básicos, a falta de oportunidade, a exclusão social e a discriminação, dados não pouco relevantes quando se pensa no modo em que tem se analisado quem, como e por que participam politicamente. Em palavras de Castro (2014), “as sociedades latino-americanas são, por sua constituição e essência, excludoras. Mais que isso, a maior parte das pessoas sequer tem acesso ao mínimo que a condição animal requer para a sua subsistência. Assim, um estudo sobre cultura política na América Latina tem que considerar a desigualdade, que para a grande maioria é anterior ao nascimento e que deixa marcas indelévels” (p. 122).

Embora esse fenômeno seja comum na região, segundo Montero (2011) no Brasil as instituições e práticas da democracia reforçam o poderio de elites oligárquicas e clientelistas mesmo enquanto expandem as oportunidades para a organização e participação de uma crescente diversidade de grupos sociais. Para o autor, isso é possível devido a que duas dimensões da qualidade da democracia –o *electoral decisionmaking* e a participação política– não têm desenvolvido formas coerentes, autônomas, equitativas e sustentáveis de ação social civil. Conseqüentemente, outros dois aspectos da qualidade da democracia têm se visto prejudicados: *accountability* e *responsiveness* (Montero, *apud* Levine e Molina: 2011: 112). Todavia, a persistência do elemento delegativo na relação entre a classe política e a sociedade civil estaria no centro do problema da *responsiveness* (p. 130).

Por outro lado, um fator que não tem relação direta com a posição social que os indivíduos ocupam, e que teve sequelas sobre os valores e as normas internalizadas pelos cidadãos, foi o regime autoritário. Isto é, atendendo à importância da socialização como processo através do qual o indivíduo interioriza o sistema político em que vive, grande parte das atitudes e comportamentos dos latino-americanos estaria influenciada pelos fatores culturais que foram internalizados durante a ditadura e que implicaram na formação de uma particular cultura política democrática (Duarte Moller e Jaramillo Cardona, 2009).

Segundo Moisés (2008), mesmo quando a mudança do autoritarismo para a democracia foi apoiada por movimentos da sociedade civil, isso não é suficiente para que a maioria dos cidadãos abandonasse, total ou parcialmente, as orientações autoritárias que, por significativo lapso de tempo, serviram de referência para suas escolhas políticas (p. 19). Todavia, as incertezas podem dar origem a atitudes de ambivalência política, e os seus efeitos podem influenciar os níveis de adesão ao novo regime. Nos casos em que a democratização não resolveu completamente questões institucionais herdadas do período autoritário ou não assegurou a qualidade do novo regime democrático, isto seria ainda mais importante. De fato, questão relevante nesta dissertação, o autor comprova que a sobrevivência de traços autoritários entre os cidadãos impactam as tendências de adesão ao regime democrático e, ao mesmo tempo, as distorções do funcionamento das instituições democráticas, com repercussões sobre a qualidade do regime democrático, afetam de diferentes modos a experiência dos indivíduos e pesam sobre suas orientações políticas.

Entretanto, tais efeitos, ou ainda a despolitização das massas, decorrente da natureza desmobilizadora da ditadura – especialmente na Argentina, onde foi mais violenta –, seria mais visível no grupo etário que vivenciou o regime autoritário, e não nos indivíduos nascidos no período democrático.

Vale salientar que, como comentam Booth e Seligson (2009), a socialização tem tanto aspectos micro como macrosociais. Os indivíduos existem dentro de uma cultura política em parte definida pela história nacional e mediada por instituições como o sistema educativo e o regime político; mas ao mesmo tempo derivam suas atitudes e valorações de experiências pessoais baseadas na escolarização, situação econômica, e acontecimentos da vida e problemas que enfrentaram (inclusive ter sido vítima de crime ou corrupção) (p.107). Porém, longe de adotar uma posição determinista, na qual o contexto histórico, social, cultural ou econômico do indivíduo afete completamente o seu comportamento político, deve se levar em conta que a raiz de experiências posteriores, vinculadas com a arena política, os códigos valorativos, os esquemas perceptivos e as atitudes podem sofrer modificações.

Com o processo de transição à democracia, quando houve, no dizer de O'Donnell, uma “ressurreição da sociedade civil”, eram altas as expectativas em torno do que o regime democrático podia trazer. Assim foi expressado por Raúl Alfonsín, ex presidente argentino que assumiu o poder no primeiro governo democrático após a ditadura cívico-militar que teve lugar entre 1976 e 1983: “con la democracia se come, con la democracia se educa, con la democracia se cura”.

Nesse sentido, Moisés (1995) argumenta que os processos de transição podem ter criado uma expectativa exagerada sobre a sua possibilidade real de resolução dos problemas sociais, o que poderia gerar um processo de frustração com a própria democracia. Catterberg (1991, *apud* Castro, 2014) chega a resultados semelhantes para o caso argentino: “a transição democrática por si só naturalmente não poderia solucioná-los [os problemas sociais]. Desta forma, abre-se caminho para o desencanto, para a apatia ou mesmo para uma hostilidade em relação ao regime que não consegue resolver os problemas vividos pela população” (p. 45)³¹.

Na mesma direção aponta Baquero (2013: 55), para quem os países latino-americanos têm mostrado que, uma vez que os procedimentos democráticos se normalizam e, especialmente, o processo eleitoral se torna rotineiro, se o mesmo não está acompanhado de ganhos sociais mínimos, o cidadão começa a questionar a validade desse regime. Em consonância com a distinção feita por Easton (1965) e posteriormente por Norris (1999; 2011) acerca do apoio difuso e específico, para Baquero os cidadãos não necessariamente tenderiam a apoiar retrocessos institucionais, mas sim haveria o desenvolvimento de sentimentos de cetismo, indiferença e até hostilidade em relação aos valores e às instituições democráticas, comprometendo a estabilidade e legitimidade do Estado democrático. Ademais, segundo Baquero (2013), esse cenário torna mais provável a personalização das relações com burocratas, o suborno, assim como a corrupção, fenômeno que não corresponde apenas a América Latina, embora aqui seja mais impune. Isto, por sua vez, impactaria na confiança e no civismo e na descrença da participação política como meio para se comunicar com os gestores públicos, além de comprometer a satisfação das pessoas com o desempenho do governo, minando a legitimidade da democracia (Seligson, 2006, *apud* Baquero, 2013).

Nesse sentido, Argentina e Brasil vivem um “paradoxo da legitimidade democrática” (Moises, 1995). A democracia enquanto um tipo de regime político recebeu um apoio normativo crescente após o período de transição. Contudo, a insatisfação da opinião pública com relação aos políticos e a algumas instituições democráticas levou alguns autores a considerarem a possibilidade de reversão ou de legitimação a regimes autoritários (Capistrano, 2008: 77).

Ou seja, é geral a ideia de que há avanços formais (da democracia) que convive com a deslegitimação do Estado e das instituições políticas e com práticas políticas corrosivas da

³¹ É o fenômeno vivido na maioria das democracias da terceira onda, que Inglehart e Catterberg (2002) denominaram como “efeito periódico de declínio post-*honeymoon*”: após a transição, a maioria das novas democracias experimentaram uma fase pós-lua de mel de desilusão com a democracia, na qual a ação política direta sofreu uma queda (p.2).

democracia. Estes “movimentos opostos” têm implicações nas atitudes e comportamentos dos cidadãos, conforme os argumentos apresentados no primeiro capítulo acerca da legitimidade multidimensional do sistema político. Nesse debate acerca dos efeitos comportamentais da legitimidade – afastamento ou aumento de atividade de protesto –, acreditamos, junto com Norris (2011) e Dalton (2008; 2014), que a rotina democrática, com os avanços formais e experiências práticas negativas, experimentada por cidadãos com mais acesso a informação, capacidades e habilidades, não necessariamente os afasta da arena política. No seguinte capítulo tentaremos verificar tal hipótese.

Uma vez que aceitamos a ideia de que além da socialização nas fases iniciais da vida, as experiências com as instituições também moldam os comportamentos, uma última menção deve ser feita. O estudo da participação política na América Latina adquiriu, nos últimos anos, uma importância notável devido às experiências democráticas orientadas por modelos mais diretos de atuação política, como são as dos Conselhos populares e Orçamentos Participativos, que se instalaram a partir dos anos 90. O estabelecimento de conselhos gestores de políticas públicas, em várias cidades do Brasil, abriu o caminho para a institucionalização de formas participativas no *policymaking*. Embora nesta pesquisa não seja diretamente testado esse tipo de participação, devido à ausência de dados, importa ressaltar as implicações para a cultura política – lembrando a relação mútua entre cultura política e instituições.

Tais iniciativas, que estabelecem outro tipo de aproximação dos cidadãos para a vida política, têm elementos comuns. São resultado de movimentos sociais fortes, têm como objetivo o melhoramento da qualidade de vida, as capacidades e a autonomia de seus participantes. E, “embora se desenvolvam num contexto de cultura patrimonialista, representam uma clara ruptura com os mecanismos de distribuição populista, uma prática comum na América Latina que leva à cooptação política” (PNUD, 2004: 97. Tradução livre). Para Montero (2011, *apud* Levine e Molina), tais experiências cultivam laços horizontais entre grupos da sociedade civil, enfraquecendo assim os incentivos para se envolver em trocas clientelistas e permitindo alianças que tornem a mobilização social e a participação mais robusta (p. 119).

De fato, tanto os brasileiros como os argentinos são pouco participativos em organizações da sociedade civil, porém conforme argumenta Castro (2014) não faz parte da nossa tradição, diferentemente dos países anglo-saxões com a sua ética protestante e comunitária, de onde se origina a teoria que relaciona esse tipo de participação com a democracia – especialmente nas teorias do capital social, onde o cidadão participativo seria propenso a ter uma cultura política cívica. Na Argentina, por outro lado, nos anos noventa e,

principalmente, na crise de 2001, eclodiram as formas não convencionais de participação, dentre elas o *piquete*, diante da incapacidade das instituições típicas da democracia representativa para processar os conflitos (Ribeiro e Borba, 2010.). Como comentávamos no começo deste capítulo, uma leitura desses dados com uma visão tradicional de cultura política levaria à conclusão de que se confirma o senso comum de falta de uma cultura democrática entre nós. No entanto, a leitura pode ser feita em sentido absolutamente inverso, uma vez que esse achado é completamente coerente com a realidade latino-americana, na medida em que a ineficácia destes governos em resolver os problemas sociais – por limitações estruturais, corrupção ou incompetência – torna o protesto uma atividade cotidiana (Castro, 2014: 92). Assim, seria o modelo de cultura cívica que deve ser repensado, ao invés de tentarmos enquadrar as nossas sociedades em um modelo construído em outra realidade.

Uma vez que os traços da cultura política latino-americana brevemente descritos até aqui são de caráter macro, isto é, a sua observação se dá no nível sistêmico e não no individual, como as abordagens comentadas no primeiro capítulo, é importante salientar que a inclusão dessa contextualização visa a ajudar na interpretação dos resultados³². Assim também o expressa Capistrano (2008), para quem a relevância da contextualização na interpretação dos resultados está em relação com o fato de os estudos acerca da mudança cultural serem fruto de uma determinada visão de modernização e de uma conceituação de cultura política que enfatiza aspectos comuns desse processo em todas as sociedades, negligenciando características peculiares da formação histórica, social e política de cada caso (p. 33). Nessa direção, como argumentado por Castro (2014) e Baquero (2013), a desconsideração das origens das atitudes dos cidadãos, pode levar à falácia, por exemplo, de adjudicar um comportamento “contestatário” e de falta de “civismo” a indivíduos que estão agindo racionalmente diante da situação e possibilidades institucionais.

³² Devido às limitações metodológicas e de escopo deste trabalho, decidimos testar com precedimentos estatísticos apenas variáveis no nível do indivíduo, deixando os fatores macro para serem tratados apenas descritivamente e, *a posteriori*, na análise mais geral dos resultados. Acreditamos que um estudo que inclua ambos os tipos de variáveis através de modelos multinível (ver, por exemplo, o de Norris, 2011) pode oferecer uma análise muito mais complexa e completa do fenômeno da participação política.

2.2. CONTEXTUALIZANDO: ASPECTOS CONJUNTURAIS NA ARGENTINA E NO BRASIL.

Focando especificamente na Argentina e no Brasil, e com o intuito de contextualizar os três momentos em que foram conduzidas os *surveys* do WVS – 1991, 2006 e 2013/4 –, assim como as mudanças estruturais que aconteceram ao longo dessas duas décadas, nesta seção são apresentados alguns fatos políticos e indicadores socioeconômicos – taxa de desemprego, inflação e pobreza – de ambos os países, e exibe-se a atividade política nesses três momentos. Da mesma forma que com as mudanças estruturais tratadas na seção seguinte, vale destacar que tais evidências não serão introduzidas diretamente nos modelos estatísticos, uma vez que assume-se que o efeito dessas mudanças pode ser observado indiretamente através das pesquisas de opinião pública.

2.2.1. Indicadores da conjuntura argentina: 1991, 2006 e 2013

Ainda quando nesta dissertação adota-se uma abordagem que olha para tendências de longo prazo, como é a cultura política das sociedades estudadas, consideramos necessário pensar a participação política no espaço e no tempo em que se desenvolve, e levar isso em consideração ao analisar o fenômeno empiricamente. Primeiramente são apresentados alguns elementos que revelam o contexto político e econômico vivenciado pela população argentina nos períodos correspondentes às ondas do WVS escolhidas neste trabalho, assim como alguns acontecimentos que marcaram a década – de 90´ e de 00´ – e não podem ser desconsiderados ao pensarmos na relação da sociedade civil com o Estado.

A década de 1990 foi marcada pelas duas presidências de Carlos Saúl Menem (Partido Justicialista, 1989-1999), quem assumiu após Raúl Alfonsín (Unión Cívica Radical, 1983-1989) renunciar à presidência cinco meses antes que seu mandato finalizasse – sendo que Menem já havia sido eleito no momento da renúncia de Alfonsín. A grave situação econômica na qual sai Alfonsín – com um surto inflacionário e saques a supermercados – também não consegue ser controlada por Menem.

Tabela 1 - Argentina: Indicadores socioeconômicos

	1990	1991	2005	2006	2012	2013
Desemprego (% da força de trabalho)(1)	7,6	6,48	11,57	10,17	7,2	7,07
Inflação (taxa de inflação anual, com base no IPC)(2)	2313,96	171,67	9,64	10,89	10,04	10,62
Pobreza (índice de incidência da pobreza, base \$3,10/dia)(**)(3)	(*)	3,90	11,40	8,70	3,70	3,60

Fontes: (1) (2) World Economic Outlook Database, 2014 – IMF. Disponível em <http://www.imf.org/external/data.htm> . Acesso em fevereiro de 2016. (3) Poverty and Equity Database - TWB. Disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.2DAY>. Acesso em fevereiro de 2016.

Notas: (*) Não há informação disponível. (**) O índice de incidência da pobreza com base de \$3,10 por dia é a porcentagem da população vivendo com menos de \$3,10 por dia, nos valores internacionais de 2011.

Conforme mostra-se na Tabela 1, em 1990 a crise inflacionária (uma das tantas que o país experimentou) exibiu uma taxa de inflação anual de 2.313,96 %, segundo dados do Fundo Monetário Internacional. Em 1991, ainda alta, foi de 171,67%. Nesse ano foi anunciado o “Plan de Convertibilidad”³³, sendo que o período em que teve espaço a lei de conversibilidade chamou-se popularmente “el uno a uno”, em referência à igualdade do peso frente ao dólar americano. Em 1991 o desemprego representava o 5,8 % da força de trabalho, e a pobreza, de acordo com o índice de incidência da pobreza tomando por base \$3,10 dólares por dia, era de 3,90%, ambos os dados de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Diante desse cenário, observando os dados do WVS, foram poucos os argentinos que saíram às ruas: como mostra a Tabela 2, apenas 3,2 % disseram terem se unido a boicotes, 7 % participado em greves e 14,6 % assistirem a manifestações pacíficas. Já no que diz respeito à assinatura de petições, que naquela época eram totalmente *offline*, o 21 % respondeu ter feito. Embora a propensão a participar futuramente naquelas atividades apresentasse valores mais promissores, a determinação de nunca se envolver foi muito maior.

³³ Para aprofundar sobre o plano de conversibilidade e outros aspectos da década de 90, ver Rapoport, M (2000). El Plan de Convertibilidad y la economía argentina (1991-1999). *Economía e Sociedad*, Campinas, (15): 15-47.

Tabela 2 - Participação política na Argentina, 1990/1*.

	Assinar uma petição	Unir-se a boicotes	Assistir a manifestação	Unir-se a greves
Tem feito	21,4	3,2	14,6	7,8
Poderia fazer	31	8,7	20,5	18,7
Nunca faria	43	82,8	62,1	72,6
(N)**	1.002	1.002	1.002	1.002

Fonte: Elaboração própria a partir do World Values Survey.

Notas: *Valores expressos em porcentagem. **Excluídas as respostas "Não responde" e "Não sabe"

Ainda que na Argentina o costume de participar politicamente não seja tão grande – se comparado, por exemplo, às sociedades anglo-saxãs, este período foi o que teve o menor engajamento político da população dentre os três momentos estudados, pelo menos no que diz respeito a esses tipos de participação. Ainda, de acordo com Gamallo (2002), dadas as radicais mudanças no funcionamento do Estado (que livra-se de suas intervenções econômicas), na dinâmica econômica (com as privatizações e a profunda liberalização e desregulamentação dos mercados, a consolidação das posições dos grupos locais e transnacionais e o declínio da indústria nacional) e na organização da sociedade (com a reorganização dos mercados de trabalho e do surgimento de grandes grupos marginalizados no sistema de produção), essa etapa pode ser considerada como uma refundação da sociedade Argentina (p. 8). Entretanto, seria na presidência de Fernando de la Rúa (Unión Cívica Radical/Frepaso) que essa etapa culminaria.

Empossado em 1999, e com um mandato que devia se estender até 2003, de la Rúa renunciou ao cargo em 20 de dezembro de 2001³⁴, no meio de numerosos protestos sociais durante a grave crise econômica, social e política que marcaria profundamente o país. Fazia quatro anos que a Argentina encontrava-se numa prolongada depressão econômica, com 17,1 % de pobreza – cujo auge seria em 2002, com o 25,4 % da população vivendo com menos do que \$3,10 por dia – e 19 % de desemprego (*Poverty & Equity Databank* – Banco Mundial), um processo de dissolução monetária na qual todas as províncias e o Estado nacional emitiam “quase-moedas” com que pagavam-se salários, a privatização da previdência social e a ausência quase completa de programas sociais para cuidar das pessoas com renda insuficiente.

Já no cenário crítico de meados dos anos 90 tinham surgido movimentos de protesto caracterizados por bloquear estradas, pontes e ruas céntricas – o movimento *piquetero*. Em 2001

³⁴ A resultante acefalia presidencial exigiu a reunião de uma Assambléia Legislativa que determinaria quem devia continuar no cargo, sendo substituído por Ramon Puerta, Adolfo Rodriguez Saa, Eduardo Camaño e finalmente Eduardo Duhalde no curso de poucos dias.

os piquetes se generalizaram como forma de protesto ao longo das províncias, e o anúncio do “*corralito financiero*” (o congelamento dos depósitos dos poupadores com limites semanais para retirada de fundos) deu lugar a novos protestos espontâneos e aos “*cacerolazos*”: conforme apontou um artigo do jornal Estadão, o corralito foi “*a última gota d’água no copo, que fez transbordar o descontentamento social e, na noite de 19 de dezembro, os argentinos inauguraram a original forma de protesto do panelaço, encheram a mítica Plaza de Mayo, derrubaram a gestão de De la Rúa*”³⁵. Com saques a lojas e supermercados por todo o país, protestos, e conflitos entre a polícia e os manifestantes, em 19 de dezembro foi declarado estado de sítio e um dia depois o Presidente de la Rúa renunciou ao cargo, saindo da Casa Rosada de helicóptero.

Para além das consequências de toda crise econômica, importa destacar dois corolários políticos. Por um lado, a forte repressão das manifestações culminou com o assassinato de alguns manifestantes³⁶ –, evidenciando o risco ou o custo, em sentido amplo, de participar através dessas vias não convencionais. O outro saldo foi o *voto bronca* (voto raiva), ou a somatória dos sufrágios brancos e nulos, que junto com o “*¡que se vayan todos!*” (saíam todos!) refletiam o descontentamento da população com os partidos majoritários. O slogan expressava a crise de representatividade e o desencantamento completo da população respeito de seus líderes, exigindo a demissão em massa de todos os governantes.

Rapidamente caracterizado o acontecimento – ou a sequência de acontecimentos – que marcou um antes e um depois na jovem democracia argentina, passemos ao segundo momento em estudo. Num cenário mais estável – em termos políticos, econômicos e sociais – Néstor Kirchner (Frente para la Victoria) é eleito presidente em 27 de abril de 2003³⁷. Como pode se observar na Tabela 1, em 2005 o desemprego, a inflação e a pobreza eram de 10,6 %, 9,64% e 11,4 % respectivamente. Embora altos, esse cenário era posterior a uma das maiores crises que enfrentou o país. De fato, em 2006 tanto o desemprego quanto a pobreza já apresentavam valores melhores, embora a inflação – problema recorrente nesse país – continuasse elevada. O

³⁵ A frase corresponde a matéria publicada em 1 de junho de 2002. Pode ser consultada em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/seis-meses-de-corralito-nao-evitaram-crise.20020601p30896>. Acesso em 12/02/2016.

³⁶ A repressão de protestos populares também inclui, a partir de 1995, a morte de manifestantes pelas forças de segurança, em um processo conhecido como “criminalização do protesto social”. Para aprofundar sobre o tema, ver Svampa, M. e Pandolfi, C. (2004). Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina. Em *Observatorio Social de América Latina*, V(14), mai-ago. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

³⁷ Nas eleições de 27 de abril de 2003, a *Frente para la Victoria* (de Kirchner) obteve 22% dos votos, em segundo lugar, atrás de Menem que recebeu 24,3% dos votos válidos. Pesquisas de intenção de voto indicavam entre 60 e 70% de preferência para o governador de Santa Cruz, o que foi interpretado nem tanto como um apoio explícito aos méritos próprios de Kirchner, mas como uma rejeição a possibilidade de Menem presidir novamente o país. Em 14 de maio, Menem, após uma série de rumores e desmentidos, renunciou a candidatura, o que automaticamente converteu Kirchner em presidente.

governo de Kirchner caracterizou-se por um período favorável para a economia, sendo que a gestão da dívida externa, a política de educação, o impulso do crescimento do consumo com a consequente criação de emprego e a política de direitos humanos foram as principais medidas adotadas pelo presidente, juntamente com a recuperação da intervenção estatal na economia e na sociedade.

No novo relacionamento Estado/Sociedade civil, e decorrente do “*estallido social*” de 2001, vieram à superfície demandas negligenciadas e insatisfeitas até então, diante das quais começou-se a experimentar novos tipos de respostas favoráveis que, ainda, propiciaram o surgimento de novas reivindicações inimagináveis em outros contextos históricos (Lapolla Cantoni e Bautista, 2013: 3). Nesse cenário, é interessante observar os dados do WVS, apresentados na Tabela 3. A participação em manifestações e através de petições aumentou em relação ao período prévio, não apenas entre as pessoas que manifestaram ter feito essas atividades (16,3 % e 25,2 % respectivamente), mas também entre as predispostas a participar (37,3 % e 35,7 % respectivamente). Já a participação em boicotes apresentou um minguado valor tanto entre os que já teriam participado quanto os que poderiam fazê-lo.

Tabela 3 - Participação política na Argentina, 2005/6*.

	Assinar uma petição	Unir-se a boicotes	Assistir a manifestação
Tem feito	25,2	2,7	16,3
Poderia fazer	35,7	13,8	37,3
Nunca faria	30,1	73,7	39,3
(N)**	1.002	1.002	1.002

Fonte: Elaboração própria a partir do World Values Survey.

Notas: *Valores expressos em porcentagem.**Excluídas as respostas "Não responde" e "Não sabe".

O terceiro momento acontece sob o segundo mandato de Cristina Fernandez de Kirchner (Frente para la Victoria, 2007-2015), reeleita com o 54,11 % de apoio da população. Favorecido por uma economia florescente graças aos altos preços das matérias primas, o governo conseguiu reverter a situação do país³⁸. Assim, passada mais de uma década da crise de 2001, em 2012 e

³⁸ É importante esclarecer que não é objetivo deste capítulo – nem da dissertação como um todo – aprofundar nas políticas governamentais adotadas nos períodos estudados. O intuito deste capítulo é apenas apresentar alguns aspectos – mínimos e superficiais – para contextualizar o fenômeno da participação política. Por isso, também não pretende-se fazer uma cronologia dos países durante o período entre a primeira e a terceira onda do WVS (de 1990 a 2014), mas apenas apontar alguns fatos relevantes de cada um dos momentos e outros, como a crise de 2001 na Argentina, que “deixaram marcas” entre um momento e outro.

2013 o desemprego representava o 7,2 % e o 7,1 % da força de trabalho, respectivamente. A pobreza foi reduzida consideravelmente, representando 3,7% em 2012 e 3,6% em 2013. A inflação, porém, continuaria apresentando valores elevados: 10,04% e 10,62% em 2012 e 2013, respectivamente. Em 2013 cumpre-se uma década do kirchnerismo no poder, quando a Argentina chega a dobrar sua classe média, segundo o Banco Mundial.

Assim como no governo de Néstor Kirchner, interessa destacar deste período a capacidade de mobilizar os mais jovens, uma faixa da sociedade que permaneceu apolítica desde os anos 70. O aumento da participação da juventude na política foi além da militância e do Poder Executivo: o Congresso Nacional também foi repleto de jovens na última década (Smink, 2013). Diferentemente do Brasil, que já possuía voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos, só no final de 2012 Argentina habilitaria o sufrágio voluntário a partir dos 16 anos.

Por outro lado, uma das principais críticas ao governo de Cristina Kirchner foi o estilo confrontador da Presidente, marcado por conflitos com alguns setores, como *o campo*, a imprensa e o sindicalismo. Com efeito, em 2012, ano da aplicação do *survey* do WVS, teve lugar o 8N, nome dado a uma mobilização em massa que ocorreu em 8 de Novembro de 2012, com perfil explicitamente apartidário e fortemente opositor à presidente Cristina Kirchner³⁹. Os slogans e demandas dos manifestantes eram heterogêneos, muitos com insultos contra a Presidenta e seus funcionários, contra a corrupção, contra uma possível reforma constitucional, contra o imposto de renda pago por alguns trabalhadores, contra a inflação, por uma justiça independente, pela liberdade de imprensa, contra a insegurança⁴⁰, contra restrições à compra de dólares, reclamando liberdade e educação, entre outros. Muito diferente dos painéis de 2001⁴¹, com a divulgação da data e a chamada realizada através de redes sociais digitais, *emails*, mensagens de texto e meios de comunicação, com um caráter “*anti K*” (contrário ao

³⁹ A gestão de Cristina Fernandez de Kirchner teve de enfrentar três massivos protestos populares em todo o país: um chamado 13S, o 13 de setembro de 2012, o 8N, que ocorreu no dia 8 de novembro de 2012, e outro chamado 18A por causa do 18 de Abril de 2013. De novo, os slogans e demandas dos manifestantes eram principalmente contra a corrupção, a inflação, a insegurança, os avanços contra a Justiça e do projeto para mudar a Constituição para permitir a re-eleição da Presidente, incluindo insultos. Houve também uma quarta grande passeata chamada 18F, em 18 de fevereiro de 2015, quando o promotor Alberto Nisman foi encontrado morto.

⁴⁰ Um tema recorrente que mobiliza os argentinos é a insegurança. Exemplo disso foi a passeata pela morte de Axel Blumberg, em abril de 2004. Umas 150 mil pessoas reclamaram frente ao Congresso por maior segurança em decorrência do assassinato do jovem.

⁴¹ Sobre as diferenças entre os painéis de 2001 e 2012 ver Astarita, R. (2012) no blog ArtePolítica, em <http://artepolitica.com/comunidad/una-minoria-intensa-sobre-los-cacerolazos/> e Gold, T. (2015). Cacerolazos y legitimidad política en la Argentina reciente. Del “13-S” al “8-A”. Em Annunziata, R. (comp.). Pensar las elecciones: democracia, líderes y ciudadanos. 1a ed. - Buenos Aires: Departamento de Publicaciones, FDyCS, UBA - Instituto de Investigaciones Gino Germani

kirchnerismo) e composta por setores da classe média e média alta, o 8N já tinha de antecedente os “protestos do campo” de 2008⁴².

Se por um lado ocorreu uma politização dos mais jovens e também houve várias manifestações, por outro lado os dados do WVS apresentam valores baixos se comparados aos anos anteriores. Considerando o baixo custo de assinar petições, especialmente quando é incluída a possibilidade de fazê-lo através da internet, é uma pequena parcela da população (18,6 %) que diz ter feito essa atividade, enquanto que 36,2 % poderia fazê-la. A participação em boicotes continuou baixa (2,6 %), porém a porcentagem de pessoas que manifestaram a possibilidade de participar aumentou (17,3 %). De forma análoga, porém um dado mais surpreendente considerando o tipo de participação, assistir a manifestações diminuiu levemente (14,1 %), embora a possibilidade de assistir tenha aumentado (42,5 %). Já a participação em greves foi a atividade que apresentou mais mudanças: em 2012/3 o 49 % disse já ter feito ou que poderia fazer, contra 17,5 % em 1991.

Tabela 2 - Participação política na Argentina, 2012/3*.

	Assinar uma petição	Unir-se a boicotes	Assistir a manifestação	Unir-se a greves
Tem feito	18,6	2,6	14,1	11,7
Poderia fazer	36,2	17,3	42,5	37,3
Nunca faria	38,3	71,7	37,7	43,6
(N)**	1.030	1.030	1.030	1.030

Fonte: Elaboração própria a partir do World Values Survey.

Notas: *Valores expressos em porcentagem. **Excluídas as respostas "Não responde" e "Não sabe"

2.2.2. Indicadores da conjuntura brasileira: 1991, 2006 e 2014

Uma vez expostos alguns aspectos contextuais da Argentina, observados nos três períodos estudados e outros momentos relevantes, nesta seção novamente são apresentados

⁴² Os protestos do setor agropecuário contra os impostos às exportações, que passaram a ter apoio de uma parcela da classe média, foi o primeiro protesto “da abundância”, como foi rotulado por quem era contra, incluindo a Presidente Cristina Kirchner. Ver matéria do jornal BBC Brasil, disponível em http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080325_argentinaprotostos_mc_ac.shtml

elementos que revelam os contextos políticos e econômicos vivenciados pela população brasileira nos períodos de interesse. Como ficará evidenciado, ambos os países coincidem em alguns processos experimentados, permitindo assim que, na hora de fazer a interpretação dos dados, comparações possam ser realizadas.

No primeiro momento estudado Fernando Collor de Melo (Partido da Reconstrução Nacional, 1990-1992) era então o primeiro Presidente eleito por voto direto após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e, assim como na era menemista, pela abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Tais medidas não conseguiram acabar com a recessão econômica, com uma pobreza (segundo o índice de incidência da pobreza) de 35,8 % e inflação anual de 2947,73%, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Brasil: Indicadores socioeconômicos

	1990	1991	2005	2006	2012	2013
Desemprego (% da força de trabalho)(1)	4,28	4,83	9,83	9,98	5,38	5,5
Inflação (taxa de inflação anual, com base no IPC)(2)	2947,73	477,39	6,87	4,18	6,204	6,28
Pobreza (índice de incidência da pobreza, base \$3,10/dia)(**)(3)	35,8	(*)	21,2	17,9	9,1	(*)

Fontes: (1) (2) World Economic Outlook Database, 2014 – IMF. Disponível em <http://www.imf.org/external/data.htm>. Acesso em fevereiro de 2016. (3) Poverty and Equity Database - TWB. Disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.2DAY>. Acesso em fevereiro de 2016.

Notas: (*) Não há informação disponível. (**) O índice de incidência da pobreza com base de \$3,10 por dia é a porcentagem da população vivendo com menos de \$3,10 por dia, nos valores internacionais de 2011.

De acordo com a cronologia política elaborada por Birkholz (2008), esse ano foi marcado por reivindicações por ajustes salariais e protestos contra demissões em diversos setores da economia, desde petroleiros, trabalhadores marítimos, portuários até funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), funcionários da Caixa Econômica Federal, eletricitários, ferroviários e bancários. Em alguns casos, os grevistas ocuparam as instalações das empresas, depredando móveis, instalações e veículos. Em 1991, às greves das centrais sindicais – Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Única

dos Trabalhadores (CUT) – somaram-se denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias. Os protestos e as denúncias, que desencadearam uma forte crise política, culminaram com um processo de impugnação de mandato (impeachment), em favor do qual centenas de milhares foram às ruas durante vários dias ao longo de todo o país. O processo, antes de aprovado, fez com que o presidente renunciasse ao cargo em 29 de dezembro de 1992.

Conforme aponta Hernandes (2012), a luta contra a corrupção no governo foi o discurso hegemônico das mobilizações pelo impeachment de Collor, porém, questiona-se o fato de a luta contra a corrupção ser o principal elemento ativador das manifestações. Para Martuscelli (2010, *apud* Hernandes, 2012: 59), “*as denúncias de corrupção aceleraram um processo em curso, pelo qual a tolerância de diversos segmentos sociais ao modo de implementar a política econômica e aos efeitos políticos e sociais desta haviam atingido níveis bastante reduzidos*”.

O *survey* do WVS foi conduzido previamente às mobilizações pelo *impeachment*. Levando isso em conta, pode se observar na Tabela 6 que apenas o 17,7 % dos brasileiros tinha assistido a uma manifestação, porém 39,5 % estava disposto a fazê-lo. Ainda, apesar de ter sido um período com repetidas greves, esse tipo de participação foi realizado por 7,8 % dos brasileiros, e 18,7 % poderia fazê-lo. Do mesmo modo que com o caso argentino, veremos que em 2014 esse tipo de atividade tinha se tornado muito mais frequente. No que diz respeito ao boicote, um importante 34,7 % dos brasileiros manifestou a possibilidade de unir-se, embora só 10,1 % o tivesse feito. Finalmente, e lembrando novamente que nessa época ainda não existia internet, a metade da população disse ter assinado uma petição, além do 30 % que manifestou a possibilidade de fazê-lo.

Tabela 6 - Participação política na Brasil, 1990/1*.

	Assinar uma petição	Unir-se a boicotes	Assistir a manifestação	Unir-se a greves
Tem feito	50,2	10,1	17,7	7,8
Poderia fazer	30	34,7	39,5	18,7
Nunca faria	18,6	50,8	41,3	72,6
(N)**	1.782	1.782	1.782	1.782

Fonte: Elaboração própria a partir do World Values Survey.

Notas: *Valores expressos em porcentagem. **Excluídas as respostas "Não responde" e "Não sabe"

O segundo momento tem na Presidência do Brasil a Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), quem exerceu o cargo de 2003 a 2011. De acordo com Birkholz (2008), cerca de 150 mil pessoas estiveram presentes na posse de Lula, em 1º de janeiro de 2003. Já na posse de Fernando Collor, em 1990, havia cerca de 20 mil pessoas, e na de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, por volta de 10 mil.

Com um governo comprometido com a estabilidade econômica (evidenciado na “Carta aos Brasileiros”⁴³ divulgada por Lula em 2002) e focado na política social e a redistribuição da riqueza, em 2005 a pobreza era de 21,2 % e em 2006 já tinha caído para 17,9 %. A inflação – pós Plano Real⁴⁴ – era de 6,87 % em 2006 e 4,18 % em 2006.

Apesar desse cenário favorável, em 2005 os escândalos de corrupção entraram “em pauta”, com o esquema apelidado de “Mensalão”. De acordo com Hernandes (2012: 65), no Brasil frequentemente ocorrem escândalos políticos e denúncias de corrupção, porém, esse caso específico marcou a história pelo grau de repercussão e pelo fato de que foram atingidas figuras centrais do governo do PT, partido que sempre pregou a moralização da política. Esse escândalo esteve na mídia, regularmente, de maio a dezembro de 2005. Ainda, o ano de 2006 foi turbulento para o governo de Lula, os movimentos sociais organizaram manifestações, rebelaram-se presidiários, o setor aéreo manteve-se caótico e mais denúncias de corrupção vieram à tona (Hernandes, 2012: 66).

Olhando para a participação através de petições, boicotes e manifestações, na Tabela 7 pode se observar que em 2006 mais da metade da população tinha assinado uma petição, e 27,3 % estava disposta a assinar. Em relação ao período prévio, a participação em boicotes foi menor, tanto das pessoas que poderiam se unir (24,9 %) quanto das que já tinham se unido (7,8 %). No que refere às manifestações, as pessoas que já tinham assistido (18,2 %) e as que poderiam fazê-lo (39,6 %) somavam um expressivo 57,8 %.

⁴³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

⁴⁴ É preciso salientar que foi o Plano Real, idealizado por Fernando Henrique Cardoso no governo de Itamar Franco (1992-1995) o episódio que acabou com a hiperinflação e iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico. Foi o décimo terceiro plano econômico de estabilização da economia brasileira desde o início da década de 1980, porém os planos anteriores obtiveram um resultado positivo nos primeiros meses de vigência, mas nenhum deles foi bem-sucedido em longo prazo (Bourroul, M. e Ferreira, M. (2014). "20 anos do Plano Real". Negócios. Consultado em <http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/index.html#retrospectiva>. Acesso em 17/02/2016).

Tabela 7 - Participação política no Brasil, 2005/6*.

	Assinar uma petição	Unir-se a boicotes	Assistir a manifestação
Tem feito	55,5	7,8	18,2
Poderia fazer	27,3	24,9	39,6
Nunca faria	16,8	64,5	41,3
(N)**	1.500	1.500	1.500

Fonte: Elaboração própria a partir do World Values Survey.

Notas: *Valores expressos em porcentagem. **Excluídas as respostas "Não responde" e "Não sabe".

O último período em estudo é particularmente relevante porque dez meses prévios à aplicação do *survey* da WVS aconteceram as “Manifestações de Junho”, as maiores e mais contenciosas no Brasil desde as manifestações pelo *impeachment* em 1992⁴⁵ (Moseley e Layton, 2013).

Neste período o Brasil era presidido pela terceira vez pelo Partido dos Trabalhadores, com Dilma Rousseff (PT, 2011-atual) no seu primeiro mandato. Como mostra a Tabela 5, em 2013 a pobreza encontrava-se no menor valor desde 1980, com 9,1 % vivendo com menos do que \$ 3,10 por dia. O desemprego em 2013 e 2014 foi de 5,38 % e 5,5 % respectivamente; e a inflação de 6,20 % em 2013 e 6,28 % em 2014. Dito isso, acreditamos que os acontecimentos de junho de 2013 são o melhor indício para contextualizar o Brasil de então.

Considerando que a situação econômica era favorável, Moisés (2014) argumenta que a motivação mais importante não foi crise social ou econômica, embora houvesse alguns indícios de problemas na área econômica – conforme evidenciam os indicadores acima: retorno da inflação e aumento da taxa de desemprego –, mas política. Assim, tendo a experiência democrática, as pessoas cobrariam mais dessa experiência: transparência – diante da indignação com a corrupção política em geral –, agilidade nas decisões, maior diálogo, aperfeiçoamento dos serviços públicos.

De acordo com Romão (2013), esses protestos foram movidos por uma conjuntura que agregou pelo menos quatro fatores preponderantes: i) a existência de um movimento organizado que impulsionou as primeiras manifestações com uma demanda objetiva (contra o aumento da

⁴⁵ Ainda que, de acordo com Moisés (2014), essas manifestações estão na sequência de coisas que vinham acontecendo no Brasil desde os anos 1970, das grandes reivindicações que deram origem ao novo sindicalismo à série de manifestações em função da anistia, para o retorno das pessoas que estavam exiladas. Depois, as manifestações das Diretas Já em 1984 que, segundo o autor, foram as maiores manifestações políticas do Brasil contemporâneo, com 2, 3 milhões de pessoas em São Paulo, no Rio etc.

passagem de ônibus e pelo passe livre) – o Movimento Passe Livre (MPL); ii) a descabida repressão policial que, a certa altura dos acontecimentos, alterou o posicionamento da grande mídia a favor dos manifestantes; iii) a concomitância de um evento esportivo de âmbito mundial que funcionou, ao mesmo tempo, como combustível e veículo da ocorrência das manifestações; e iv) o contexto de descontentamento generalizado com o sistema político, onde haveria uma “crise da representação” ou crise dos partidos políticos. Além disso, um fator imprescindível para a magnitude, a diversidade e a pulverização das manifestações foi a presença das redes sociais e da internet (Romão, 2013: 11).

Ao serem considerados esses acontecimentos, torna-se enigmático o fato de a participação em manifestações apresentar valores menores do que em 2006 e em 1991, segundo os dados do WVS. Na Tabela 8 pode se ver que apenas o 15,9 % dos brasileiros dizem ter participado, e 36,2 % poderiam fazê-lo. Do mesmo modo, a participação em boicotes e através de petições também é menor: o 4,6 % uniu-se a boicotes e o 44 % assinou uma petição. Em contrapartida, a participação real e potencial em greves é maior do que em 1991, pois 13,1 % da população disse ter feito e 34,6 % poderia fazer.

Tabela 8 - Participação política na Brasil, 2013/4*.

	Assinar uma petição	Unir-se a boicotes	Assistir a manifestação	Unir-se a greves
Tem feito	44	4,6	15,9	13,1
Poderia fazer	29,9	20	36,2	34,6
Nunca faria	23,2	67,7	45,1	49,9
(N)**	1.486	1.486	1.486	1.486

Fonte: Elaboração própria a partir do World Values Survey.

Notas: *Valores expressos em porcentagem. **Excluídas as respostas "Não responde" e "Não sabe"

2.2. MUDANÇAS ESTRUTURAIS AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

Este último subcapítulo decorre da teoria da modernização de Inglehart e colaboradores (1977, 2002, 2005) e da mobilização cognitiva de Dalton (1984, 2008). O intuito é explorar os dados relacionados com as mudanças estruturais que explicariam o impacto da modernização na transformação dos valores, prioridades e habilidades individuais das sociedades ocidentais⁴⁶.

Considerando que tais mudanças não se consolidaram de forma homogênea em todos os países (Capistrano, 2008) – e por isso é preciso levar em conta as características peculiares da formação histórica, social e política de cada país –, as evidências empíricas sobre a relação entre valores pós-materialistas e participação são menos evidentes para os países da América Latina do que aquelas identificadas nos contextos das democracias avançadas (Ribeiro e Borba, 2010). Entretanto, assumimos que as medidas de valores empregadas nas pesquisas sobre pós-materialismo possuem consistência e validade nos contextos estudados, já verificadas por Ribeiro e Borba (2008).

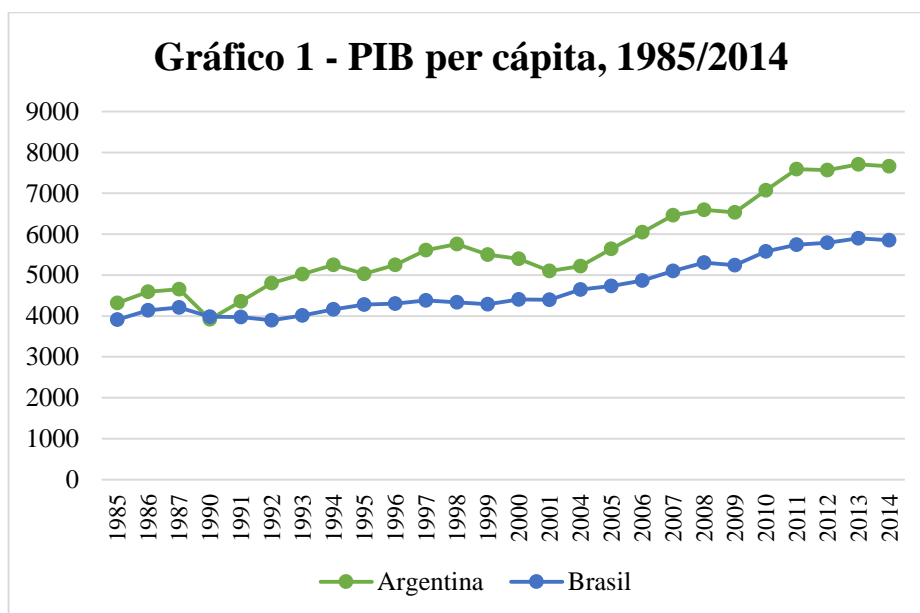
A continuação analisamos tais fatores estruturais, sendo eles econômicos, educacionais, e de massificação dos meios de comunicação. Para tal, lançamos mão das seguintes variáveis: PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Gini, Escolaridade média em anos de estudo, Porcentagem da população com ensino médio e superior completo, Posse de aparelho de televisão, Porcentagem de usuários de Internet e Porcentagem de assinaturas de telefonia celular.

Desenvolvimento socioeconômico

A primeira variável macro a ser observada é o desenvolvimento econômico. Para isso, um bom indicador não somente do desenvolvimento econômico mas do impacto desse sobre a população é o Produto Bruto Interno (PIB) per capita. Conforme mostra o Gráfico 1, o PIB per

⁴⁶ É importante salientar que Inglehart alerta para o fato de esse processo depender do sentimento de segurança material, que é subjetivo, e não do nível econômico objetivo dos indivíduos. A percepção que uma pessoa desenvolve sobre a sua situação não dependeria apenas do quanto suas necessidades fisiológicas são satisfeitas, pois os níveis de satisfação de cada um variam enormemente em razão do entorno cultural em que se está inserido e, sobretudo, em que se foi socializado. Sendo assim, períodos relativamente longos de crescimento e prosperidade econômica não produziram efeitos significativos nos valores das populações adultas porque elas não se encontram mais nos seus períodos de maior suscetibilidade. O efeito só poderia ser verificado entre os membros das gerações que experimentaram essas melhores condições materiais nos respectivos períodos de socialização infantil e pré-adulta. A mudança das prioridades valorativas só se manifestaria com a mudança geracional (Inglehart, 1977, 1990, 2001, *apud* Ribeiro e Borba, 2008).

capita de ambos os países apresenta, no geral, uma evolução crescente desde 1985. As sucessivas crises econômicas ocorridas durante a década de 1990 apresentaram um impacto muito mais profundo sobre a economia argentina. Assim, apesar de historicamente apresentar médias maiores que o Brasil, o PIB per capita argentino foi drasticamente atingido pelas diversas crises cambiais.

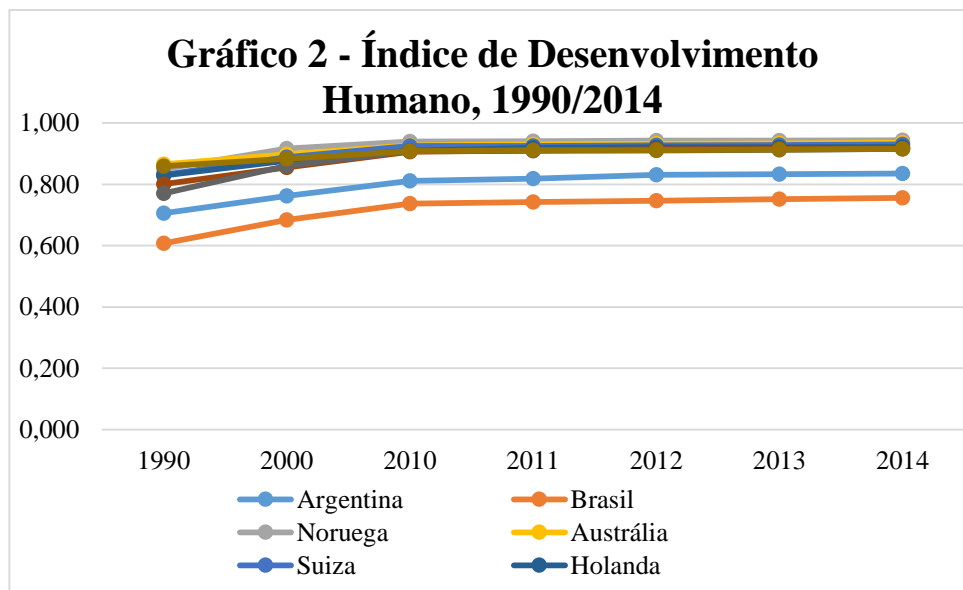


Fonte: World Development Indicators/The World Bank.

Nota: Valores a preços constantes do ano 2005, em US\$.

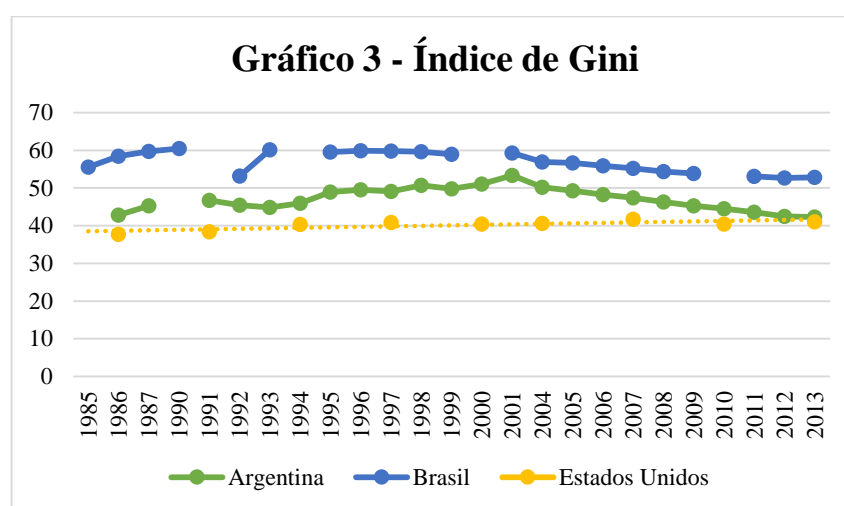
Um indicador que é recorrente em estudos comparativos e que é amplamente aceito como indicador de qualidade de vida é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse indicador é composto a partir de dados de saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade) e PIB per capita (como medida do padrão de vida), e tem assumido o lugar do PIB per capita como o indicador mais apropriado de desenvolvimento socioeconômico, inclusive nos trabalhos mais recentes de Inglehart (Capristano, 2008: 67).

No Gráfico 2 é possível comparar a evolução do IDH de Argentina e de Brasil com o IDH de uma seleção de países que estão no topo do *ranking*. Embora o Brasil se encontre em inferior posição, todos os países apresentam uma tendência semelhante. Tanto a Argentina quanto o Brasil tiveram um importante desempenho entre 1990 e 2010 e a partir desse ano continuaram o crescimento de forma mais gradual.



Fonte: Human Development Indicators/ United Nations Development Programme.

Todavia, levando em conta que os países da América Latina têm se caracterizado pela desigualdade social que prevalece neles, vale olhar para o Índice de Gini⁴⁷, no Gráfico 3. Lembrando que quanto mais perto de zero o país torna-se menos desigual, tanto a Argentina quanto o Brasil têm avançado no sentido de uma sociedade mais igualitária.



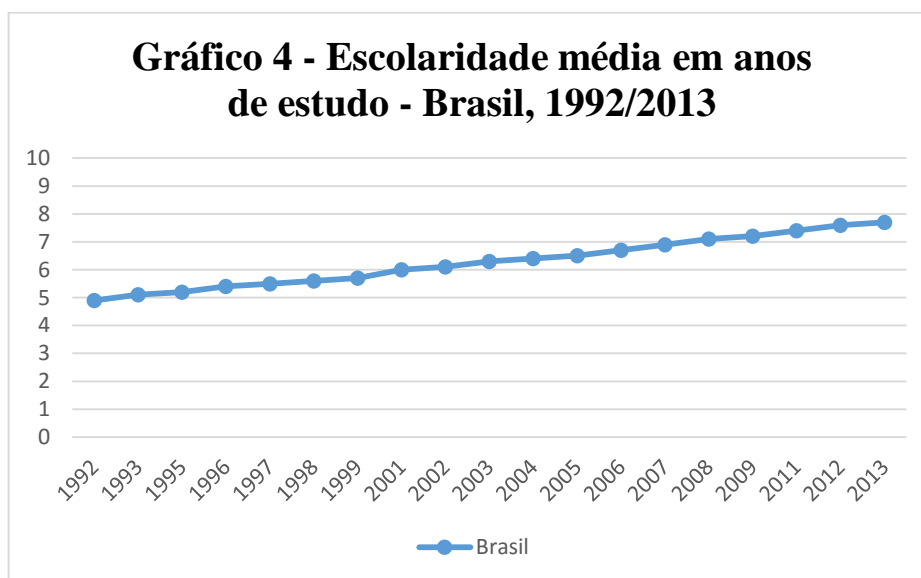
Fonte: World Development Indicators/The World Bank.

⁴⁷ Vale salientar que o Índice de Gini é apenas um indicador da desigualdade de renda, o qual esconde as múltiplas dimensões da desigualdade. Para isso, ver Arretche, M. (2015) Trajetórias das desigualdades, como Brasil Mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora Unesp. Nesse livro a autora apresenta dados para argumentar que, mesmo observando além da renda, as desigualdades entre os brasileiros foram expressivamente reduzidas nas últimas décadas, embora o país continue entre os mais desiguais do planeta.

Ainda que, como vimos na seção anterior, a inflação tenha sido grande problema em ambos os países, trazendo incerteza e insegurança para a vida dos cidadãos, ao observarmos séries históricas de indicadores econômicos verifica-se que ambos os países cresceram significativamente – em vários sentidos – nas últimas décadas. Todavia, para esses “números” terem mais relevância quando pensamos no comportamento político dos cidadãos, falta olhar para uma das principais variáveis da mudança geracional que está em processo: a educação.

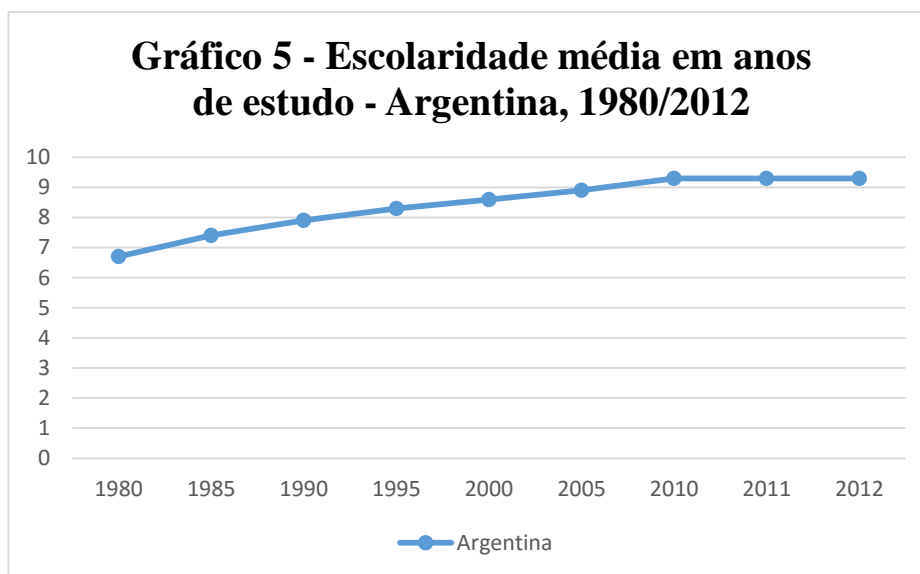
Educação

Dos múltiplos indicadores educacionais, escolhemos apresentar a escolaridade média em anos de estudo, uma vez que levamos em conta que a tradição da participação política tem relacionado positivamente o engajamento e a participação política com a educação, mecanismo detalhado em obras como *Voice and Equality*, de Verba et al (1995). Conforme mostram os Gráficos 4 e 5, Brasil e Argentina têm experimentado uma tendência quase linear de aumento na média de anos de escolaridade.



Fonte: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina (SITEAL), IPE-UNESCO/OEI .

Nota: Pessoas de 25 anos ou mais.



Fonte: Human Development Report 2013/UNDP.

Nota: Pessoas de 25 anos ou mais.

Uma vez que a variável educação é central para o nosso tema de pesquisa, mais à frente iremos testá-la empiricamente. Entretanto, apresentamos um segundo indicador que permite augurar um cenário positivo para o comportamento político nestes países. Referimo-nos agora à porcentagem da população de determinada faixa etária que completou ou está de fato inserida nos níveis de ensino mais elevados. Deste modo, no Gráfico 6 vemos que a porcentagem da população argentina com vinte anos ou mais que possui ensino médio completo passou de 17,14 % em 1993 a 24,29 % em 2014. Embora para o Brasil não esteja disponível a mesma série temporal, vemos que em 2001 o 17,63 % dos brasileiros com vinte anos ou mais possuía ensino médio completo, enquanto que dez anos depois esse grupo populacional já representava 24,7 %. De modo semelhante, no Gráfico 7 temos a porcentagem da população com 25 anos ou mais que completou o nível superior ou universitário ou que acessou ou completou a pós-graduação. Novamente, o caso argentino mostra uma tendência de aumento, embora com reveses: em 1998 esse grupo populacional representava 11,68 % e em 2014 20,16 %. Embora o caso brasileiro seja menos claro, devido à falta de dados, é possível observar que em 2001 6,99 % da população com 25 anos ou mais tinha ensino superior completo, enquanto que dez anos depois esse grupo tinha aumentado para 10,25 %.

Gráfico 6 - Porcentagem da população de +20 anos com ensino médio completo, 1993/2014

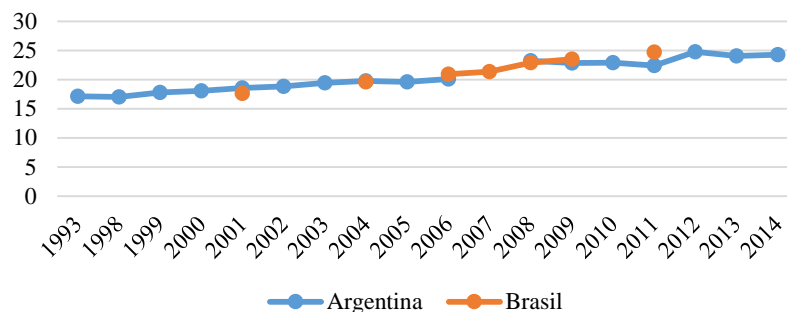
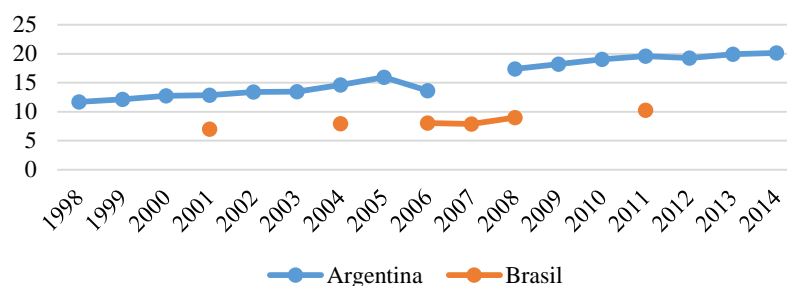


Gráfico 7 - Porcentagem da população de +25 anos com ensino superior completo, 1998/2014



Fonte: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina (SITEAL), IPE-UNESCO/OEI.

Nota: A porcentagem da população de +20 anos com ensino médio completo é a razão entre as pessoas com 20 anos e mais que completaram o nível médio e não acessaram ao nível superior ou universitário, e o total da população dessa faixa etária, vezes cem. A porcentagem da população de +25 anos com ensino superior completo é a razão entre as pessoas com 25 anos ou mais que completaram o nível superior ou universitário ou que acessaram ou completaram cursos de pós-graduação, e o total da população dessa faixa etária, vezes cem.

Embora os indicadores apresentados até aqui sejam limitados, selecionados em função das teorias de fundo desta dissertação, eles nos permitem pensar, por exemplo, na ligação entre a “nova classe média” brasileira (Cortes Neri, 2010) e as manifestações de junho de 2013, quando milhares de pessoas saíram às ruas para pedir *melhor* saúde e educação. Ou seja, ainda são demandas materialistas, mas reclama-se por mais qualidade. Conforme ficou exposto nos gráficos, o Brasil sempre esteve uns passos atrás da Argentina – pelo menos no que diz respeito

a tais indicadores –, porém em menos de duas décadas o país teve um desenvolvimento tão acelerado que o converteu em um país quase do primeiro mundo (Arias, 2013). E a população experimentou todo aquilo que o elevou a essa posição. Assim, as demandas presentes nas manifestações de junho eram por serviços públicos do primeiro mundo, assim como por uma democracia mais madura onde a corrupção fosse punida. Ou seja, uma vez que viram sua renda aumentar, a possibilidade de ter uma conta bancária e acesso ao crédito para poder consumir; ao ter colocado os filhos na escola, da qual provavelmente não tiveram acesso pais e avós; assim como ao ter tido acesso à universidade; e ter tido acesso gratuito à saúde, essa nova classe média deu um salto qualitativo na esfera do consumo (Arias, 2013) e agora cobra mais do sistema democrático.

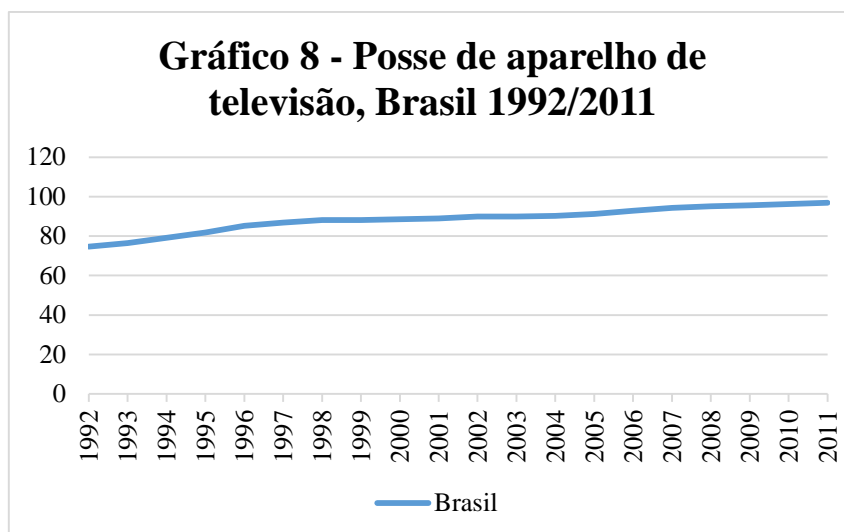
Junto com essas mudanças que atuam nas habilidades e *desejos* da população, há outra que mexe diretamente com os estímulos e as facilidades para participar politicamente. Aludimos aqui ao acesso aos meios de comunicação e à informação.

Acesso a meios de comunicação

Desde o trabalho de Almond e Verba (1963) – e de todos os que vieram posteriormente – sabe-se que pessoas mais informadas tendem a ser mais engajadas politicamente, seja pelos estímulos recebidos, pela redução dos custos ou ainda pela correlação dessa variável com outras que afetam o comportamento político. Dito isso, pode se ver no Gráfico 8 a evolução desde 1992 da posse de aparelho de televisão no Brasil. Em 1992 o 74,62 % dos brasileiros possuíam aparelho, e a tendência foi aumentando até 2011 (infelizmente a série temporal está disponível até esse ano), quando atingiu 96,88 %.

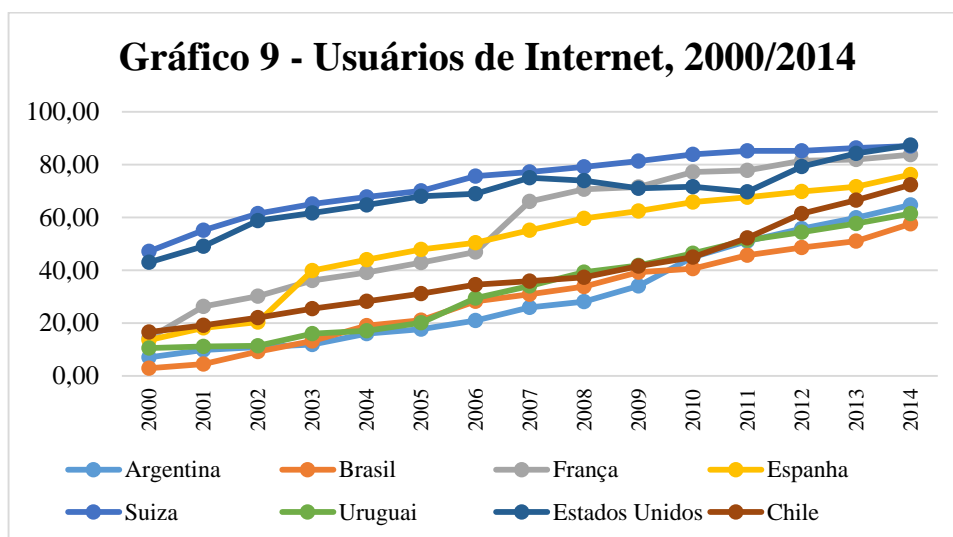
Lamentavelmente não é possível acessar atualmente aos dados acerca da posse de televisão na Argentina. Entretanto, Capristano (2008) observou que em 1980 havia 183 aparelhos de televisão para cada 1.000 habitantes, em 1998 esse número tinha subido para 249 e em 2000 para 258. Tais dados acompanhariam a proporção brasileira.

Um dos fenômenos que mais marcou a década de 2000 e que revolucionou a esfera política, foi a Internet. No que refere especificamente ao comportamento político, a internet afetou as duas faces da moeda: a participação *off-line*, “beneficiada” pelas facilidades oferecidas pela internet, especialmente no que diz respeito à comunicação, ativação e mobilização; e o surgimento da participação através da internet, ou participação *online*, ou simplesmente e-participação.



Fonte: IBGE, PNAD 1992/1999 e 2001/2011.

No Gráfico 9 exibe-se a evolução dos usuários da internet em uma seleção de países. Apesar de o ponto de partida (em 2000) diferir, a curva é semelhante – com exceção da França e quiçá da Espanha –, e em 2014 tendem a convergir.



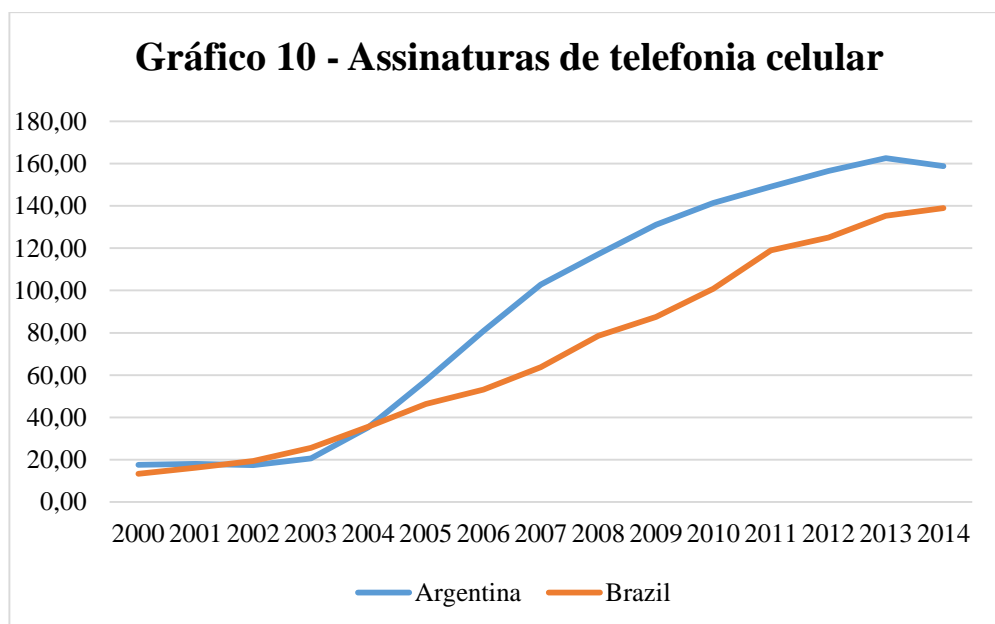
Fonte: ITU World Telecommunication / ICT Indicators database.

Notas: valores por cada 100 pessoas. Indivíduos que usaram Internet nos últimos 12 meses, através de computador, telefone celular, TV digital etc.

A exclusão digital ainda representa um grande problema em ambos os países, tanto por questões de desenvolvimento de infraestrutura em algumas regiões quanto pela aquisição de equipamentos em famílias de baixa renda e pela barreira intelectual. A população mais pobre,

independentemente da idade, tem potencialmente menos acesso: material (equipamentos) e intelectual. De acordo com o Comitê Gestor da Internet (2015), no Brasil aproximadamente 32,7 milhões de domicílios não possuem acesso à Internet, com concentração nas regiões Sudeste e Nordeste. A maioria encontra-se em áreas urbanas (25,5 milhões), concentrados nas classes C (16,5 milhões) e DE (13,2 milhões), e com renda domiciliar abaixo de dois salários mínimos (22,9 milhões). O custo elevado aparece como o principal motivo para não ter acesso à Internet. Ainda considerando essa perspectiva adversa, a população de Argentina e Brasil que é usuária de Internet têm aumento consideravelmente ao longo do tempo.

Entretanto, conforme revela a última pesquisa do Comitê Gestor da Internet (2015), no Brasil o telefone celular é o aparelho mais usado para acessar a Internet (76%), com mais menções que computador de mesa (54%), notebook (46%), tablete (22%), televisão (7%) e videogame (5%). Assim, se olharmos para a evolução de assinaturas de telefonia celular, no Gráfico 10 vemos que em ambos os países houve um rápido aumento, especialmente na Argentina. Em 2000 o Brasil tinha 13,29 assinaturas a cada 100 habitantes, e em 2014 esse valor tinha passado para 138,95 (lembrando que há pessoas que possuem mais do que um aparelho celular). A Argentina começou com 18,09 em 2001 e em 2014 havia 158,80 assinaturas a cada 100 habitantes.



Fonte: ITU World Telecommunication / ICT Indicators database.

Nota: valores por cada 100 habitantes.

Ao longo deste capítulo tratamos brevemente alguns dos aspectos que acreditamos devem ser considerados quando o assunto em questão é o comportamento político de uma sociedade. A participação política tem a ver com a relação entre os cidadãos e o Estado, a experiência daqueles com as instituições deste, a persistência de “instituições informais”, os recursos disponíveis e os incentivos, os custos a serem enfrentados e (a percepção dos) benefícios a serem obtidos, entre outras dimensões já consideradas. Na América Latina em geral, e na Argentina e no Brasil em particular, tais aspectos foram materializados no regime autoritário e a conseqüente despolitização das massas, na transição e as (altas) expectativas com o que a democracia iria trazer, no populismo, no clientelismo, no rasgo delegativo da democracia, nas posteriores experiências com a democracia – suas instituições, os “não feitos” e a persistente desigualdade social, a corrupção, a ineficácia para satisfazer necessidades básicas – e, resultado disso tudo, na pouca confiança nas principais instituições de canalização de demandas, isto é, os partidos políticos e o Congresso.

Mesmo que tais aspectos estejam cristalizados na sociedade, mudanças no nível sistêmico necessariamente produzem efeitos nesses padrões comportamentais, pois mexem com os custos, os recursos disponíveis, os incentivos, e a própria transformação de valores que subjaz na relação dos cidadãos com o sistema político.

Se a educação é um dos fatores – chaves – que estão correlacionados com a participação, como tem sido a evolução dos níveis de ensino nestes dois países? E mais importante ainda, (como) essa evolução foi traduzida na participação? Se o déficit democrático ajuda a explicar a preferência dos indivíduos pela adoção de formas de participação contestatárias, quais elementos estão mediando na relação dos cidadãos com as instituições democráticas? Há vários questionamentos a serem feitos. Assim, os condicionantes individuais e contextuais discutidos no Capítulo 1 formam a estrutura com a qual analisamos empiricamente um recorte da participação política em duas sociedades, mas cabe aos aspectos tratados neste capítulo dar sentido e auxiliar na interpretação dos resultados encontrados. Falamos em “recorte” não apenas porque sabemos que estamos tirando “três fotografias” na história democrática desses países, mas a própria escolha das atividades analisadas – os cinco tipos de participação – simplifica a realidade do comportamento político dos argentinos e brasileiros. Reconhecendo essa limitação – inerente a toda pesquisa no campo das Ciências Sociais –, no próximo capítulo são testadas as teorias e premissas que norteiam esta dissertação.

CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS DADOS.

Neste capítulo, organizado em duas partes, condensamos as questões relativas à dimensão empírica da dissertação. Na primeira seção, de caráter metodológico, é detalhada a base de dados utilizada, assim como o tratamento das variáveis e os procedimentos empregados. Na segunda parte, que trata da composição dos modelos multivariados, elencamos as hipóteses de trabalho, explicitamos a conformação dos modelos e, por meio destes, tratamos dos atributos individuais relacionados à participação política para cada ano e país em estudo. Após a descrição dos resultados encontrados em cada momento, apresentamos uma síntese dos mesmos, visando a interpretá-los à luz das abordagens que nortearam a pesquisa.

3.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS.

Uma vez que esta dissertação é construída em diálogo com a teoria sobre a mudança na cultura política elaborada por Ronald Inglehart, a análise empírica é realizada a partir dos dados construídos pelo *World Values Survey*⁴⁸. O WVS é uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, baseada em *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de quase cem nações espalhadas por todos os continentes. As ondas de coletas de dados ocorrem a cada 5 anos e mais de 250 variáveis são pesquisadas⁴⁹. Em 1981 ocorreu a primeira rodada desse projeto no mundo, e até a atualidade existem seis ondas de pesquisas desenvolvidas pelo WVS. Infelizmente o Brasil só foi incluído em três delas, aqui consideradas. Já a Argentina fez parte do reduzido grupo de países que integrou todas as ondas. Assim, o presente estudo se ateve à segunda (1990-1994), quinta (2005-2009) e sexta (2010-2014) onda realizadas. O primeiro desses *surveys* foi aplicado em 1991 em ambos os países (com uma amostra de 1.782

⁴⁸ Desde já, agradecemos aos pesquisadores pertencentes à rede do WVS, em especial a Ronald Inglehart, por disponibilizarem o acesso a esses dados. Todas as bases de dados utilizadas, assim como as informações técnicas, podem ser acessadas através do endereço <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>>.

⁴⁹ Sabemos que o WVS não possui muitas das variáveis explicativas que dariam conta das hipóteses que foram elencadas no primeiro capítulo, porém o LAPOP (*The Latin American Public Opinion Project*, da *Vanderbilt University*) tinha uma série temporal muito curta – só a partir de 2006 – e no Latinobarómetro (da ONG *Corporación Latinobarómetro*) a variável principal (dependente) difere entre cada onda, além de a última onda não estar disponível de modo gratuito. Ainda, tanto um como outro não iriam nos permitir testar diretamente a tese do pós-materialismo.

entrevistados no Brasil e 1.002 entrevistados na Argentina); o segundo deles teve o trabalho de campo realizado em 2006, em ambos os países (cuja amostra para o Brasil foi de 1.500 entrevistados e novamente 1.002 na Argentina); e o terceiro foi aplicado em 2013 em Argentina (com uma amostra de 1.030 entrevistados) e em 2014 no Brasil (cuja amostra foi de 1.486 entrevistados).

Frente à vasta quantidade de variáveis contidas nas bases, primeiramente, realizou-se uma análise exploratória dos dados. As modalidades de participação política disponíveis nas bases analisadas, que tornaram-se nossas variáveis dependentes, eram: assinar abaixo-assinados; unir-se a boicotes; participar em manifestações pacíficas; assistir a greves; e ser membro de um partido político⁵⁰. As respostas, que podiam assumir os valores “Já fez” “Poderia fazer” “Nunca faria” “Não responde” “Não sabe”, foram transformadas em variáveis dicotômicas (só podem assumir duas categorias). Assim, na recodificação “Já fez” e “Poderia fazer” assumiram o valor 1, e “Nunca faria” o valor 0, e “Não responde” “Não sabe” descartaram-se como *missings*.

No que diz respeito às variáveis independentes, a maioria das variáveis utilizadas passou por um processo de recodificação para atender às exigências dos modelos de regressão empregados e, além disso, foram criados índices na tentativa de agregar variáveis semelhantes. A maioria das variáveis são ordinais (assumem três ou mais categorias que podem ser ordenadas ao longo de alguma dimensão), sendo elas: nível de educação, renda, faixa etária, satisfação financeira, fontes de informação (noticiários, rádio, internet; na onda 2013/4 do WVS), frequência do uso de computador (apenas na onda 2013/4 do WVS), importância de viver numa democracia, satisfação com o desempenho democrático e índice de confiança nas instituições⁵¹ (ICI) e índice de interesse político⁵² (IIP). No segundo grupo temos as variáveis nominais (três ou mais categorias, mutuamente exclusivas, que não podem ser organizadas em termos de ordem): etnia, auto posicionamento ideológico, e índice de pós-materialismo (IPM)⁵³.

⁵⁰ É preciso esclarecer que a variável “membro de partido político” não é considerada no WVS como uma modalidade de participação. Aqui tratamos ela como uma quinta modalidade, incluindo tanto às pessoas que disseram ser membros ativos quanto aos inativos. Também vale salientar que a onda de 2006 não considerou a modalidade de participação em greves, mas ainda assim é possível contrastar essa variável nas ondas de 1991 e de 2014.

⁵¹ No caso das variáveis sobre confiança nas instituições (governo, justiça, partidos políticos e congresso), para as bases de 2006 e 2013/4 foi criado um índice, testado através do Alpha de Cronbach. Nas bases de 2006, o Alpha resultou em 0,80 para Argentina e 0,81 para Brasil. Nas bases de 2013/4 foram 0,81 e 0,79 respectivamente. Na onda de 1991 infelizmente o WVS não incluiu confiança nos partidos políticos e no governo; e as variáveis confiança na justiça e confiança no congresso não apresentaram um Alpha de Cronbach aceitável.

⁵² Mediante comprovação com o teste Alpha Cronbach foi construído o índice de interesse político, para o qual foram somados os valores das respostas às variáveis Interesse por política e Importância da política. Nas bases de dados de 1991, o Alpha de Cronbach resultou em 0.79 para Argentina e 0.70 para o Brasil. Nas bases de 2006 foi de 0,73 e 0,61 respectivamente. Nas bases de 2013/4, o Alpha foi de 0,67 no caso argentino e 0,69 no brasileiro. O Apêndice B apresenta a lista de índices construídos, bem como os testes Alpha de Cronbach.

⁵³ Para medir a adesão a valores pós-materialistas, Inglehart desenvolveu dois índices. Primeiramente, construiu uma escala a partir de uma bateria composta por quatro itens, que representariam os objetivos prioritários de qualquer sociedade. Posteriormente, essa medida foi

Finalmente, empregamos as seguintes variáveis binárias (variáveis cujas respostas podem adquirir apenas dois valores): sexo, identificação partidária: vencedores/perdedores⁵⁴ e fontes de informação (jornais de TV ou rádio, programas de TV ou rádio, internet; na onda 2006 do WVS).

Após a identificação e tratamento das variáveis dependentes e independentes que atendem aos pressupostos teóricos da pesquisa, foram realizadas tanto as análises descritivas, principalmente no que diz respeito às distribuições de frequência dos tipos de participação nos diferentes períodos, nos dois países⁵⁵; quanto os testes bivariados de associação utilizando o Teste qui-quadrado (ou χ^2 de Pearson)⁵⁶. Frente às associações encontradas, partiu-se para os testes estatísticos de hipóteses, a partir de modelos de Regressão Logística⁵⁷. Na próxima seção apresenta-se a composição dos modelos multivariados.

3.2. TESTANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MODELOS ESTATÍSTICOS.

Como argumentado na introdução deste trabalho, as hipóteses gerais que norteiam a pesquisa decorrem da teoria pós-materialista de Inglehart e colaboradores, assim como da mudança cognitiva de Dalton – isto é, da modernização e seus efeitos –, junto com o efeito dos fatores político-institucionais e o funcionamento efetivo da democracia nos dois países em estudo. A conjunção desses aspectos – nem todos passíveis de teste empírico –, resultaria numa reaproximação dos cidadãos para o sistema político, tornando-os mais críticos da democracia, passando a demandar e esperar mais dela, e afetando os tipos e níveis de participação política.

sofisticada, sendo composta por uma bateria de 12 itens. No Apêndice A é detalhado o tratamento dado à variável. A respeito da consistência das medidas de pós-materialismo, Ribeiro (2007) comprovou, a partir de testes estatísticos, a validade desses índices para o contexto brasileiro.

⁵⁴ Tal variável foi construída a partir da pergunta sobre o partido que o indivíduo votaria se as eleições fossem no dia seguinte ao dia da entrevista. Aqueles que responderam que votariam no partido do presidente em exercício no ano da pesquisa foram classificados como vencedores. Todos os outros partidos foram classificados como perdedores, incluso quando a preferência fosse por um partido da coalizão. Para mais detalhes ver o Apêndice A.

⁵⁵ Mais detalhes sobre as variáveis encontram-se no apêndice A.

⁵⁶ O teste qui-quadrado serve para comprovar se existem diferenças estatisticamente significativas entre duas distribuições quaisquer ou entre casos de uma mesma distribuição. É usado em variáveis categóricas e parte da hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre as distribuições comparadas. O método de análise compara os resultados observados com os resultados esperados para verificar se há ou não diferenças significativa entre as distribuições. Se houver, então pode se rejeitar a hipótese nula e considerar a existência de alguma relação entre as variáveis (Cervi, 2014: 20).

⁵⁷ No apêndice C trata-se com mais detalhes da Regressão Logística.

Entre tais efeitos, haveria um aumento nas formas de participação menos tradicionais ou por fora dos canais institucionalizados (aqui manifestações, boicotes, abaixo-assinados e greves) com a conseqüente diminuição da participação partidária, a manifestação de novas clivagens políticas, e a mudança nos fatores associados aos tipos de participação. A última questão tem a ver, também, com a mudança nos custos e estímulos para participar, levando em consideração que assinar uma petição através da internet é uma atividade que demanda *menos* em todos os sentidos (com exceção das barreiras materiais e intelectuais).

Nos modelos que serão testados a continuação, espera-se:

Que indivíduos com maiores recursos (educacionais e financeiros) sejam mais participativos, em especial quando os custos da participação tornam-se mais altos. Para verificar esse impacto, foram incluídas no modelo as variáveis: **nível educacional** e **renda**. Verba e colaboradores (1995) ressaltaram que a disponibilidade desses recursos pode variar conforme definições de **sexo** e **etnia**, variáveis também incluídas no modelo. Espera-se ver maior diferença entre homens e mulheres nos primeiros momentos (1991 principalmente) do que em 2013/4, pois a mudança em direção a uma sociedade pós-materialista tenderia a fazer emergir reivindicações de gênero e a conseqüente dissipação das diferenças de gênero no comportamento político. Para o caso brasileiro, espera-se encontrar maior participação de brancos em relação a negros.

Que indivíduos que apresentam maior **interesse em questões políticas** sejam mais participativos. Junto com a busca e o consumo de informação, tais fatores são reflexo do engajamento psicológico do cidadão (um recurso subjetivo, no modelo de Verba e colaboradores) e da cultura política predominante numa sociedade. O índice de interesse por política foi criado com o objetivo de testar esse pressuposto.

Que os indivíduos que mantêm-se informados através das diversas **fontes de informação** e aqueles que fazem **uso frequente do computador** sejam mais ativos politicamente, principalmente através de abaixo-assinados, manifestações e boicotes.

Que aqueles com **aspirações democráticas** (que consideram importante que o sistema político seja democrático) sejam mais propensos a se envolver na participação não convencional (ou seja, em todas os tipos de participação aqui considerados, com exceção da atividade partidária).

Ao mesmo tempo, que os mais **insatisfeitos com a maneira que a democracia funciona** também estejam mais dispostos a protestar. Lembramos que, para Norris (2011), "o

déficit democrático" resultante das aspirações democráticas menos a avaliação do desempenho do regime, não conseguiria prever o interesse do cidadão (incluindo o interesse na política e a importância da política), que surge principalmente de outros fatores, tais como educação e conhecimento político.

Ainda em relação ao apoio ao sistema e o déficit democrático, espera-se que indivíduos que apresentam menos **confiança nas instituições** tendam a participarem mais nos modos menos convencionais, por serem aqueles cidadãos *críticos* em relação às instituições políticas e às elites estabelecidas (Norris, 2011). Todavia, como expressão da experiência dos indivíduos com o sistema político, espera-se que aqueles que se **identificam com o partido/candidato que está no poder** (os *vencedores*, no dizer de Norris, 1999) apresentem maior apoio às instituições - uma vez que percebem sua capacidade de influência no processo decisório - e, por isso, tendam a participar mais através de vias convencionais-partidárias.

Que indivíduos mais **jovens** tendam a ser mais críticos da democracia, participem mais e tendam a se envolver em atividades não partidárias.

Que aqueles mais próximos do extremo **pós-materialista** sejam mais expressivos no último momento estudado (2013/4), que participem mais que os localizados no extremo materialista e em atividades não convencionais, e que apresentem menos vínculos com a política partidária.

Que pessoas auto-localizadas em qualquer parte da **escala direita-esquerda** não apresentem (tanta) diferença comportamental em 2013/4, se comparadas com os dois momentos prévios, especialmente comparadas com 1991. Em tal momento espera-se que sejam aqueles situados à esquerda da escala os que tendam a participar mais.

Que aqueles menos satisfeitos com a sua **situação financeira** participem mais do que aqueles satisfeitos.

Nas três subseções seguintes examinamos se tais efeitos esperados se comprovam nos diferentes tipos de participação, em ambos os países, nos três momentos estudados. Antes de começar com a análise dos resultados, fazemos uma breve explanação com o intuito de orientar o leitor nos parágrafos que se seguem. A análise avança na mesma ordem nos três momentos (1991, 2006, 2013/4), primeiro são reportados os resultados de cada tipo de participação (abaixo-assinado, manifestação, greve, boicote e partidária) de Argentina e Brasil ao mesmo tempo e, após a descrição dos resultados de cada momento, é feita uma análise de tais resultados. Os testes de ajuste dos modelos são apresentados no apêndice C.

Preditores da participação política em 1991

Este primeiro momento por nós estudado apresenta algumas diferenças em relação aos dois momentos seguintes, pois nele não há variáveis relativas ao consumo de informação, assim como do uso de computador. Também o WVS deixou de perguntar na rodada de 1991 acerca da confiança em partidos políticos e no governo, motivo pelo qual optamos por não construir um índice e tratar a confiança na justiça e no congresso separadamente. Feitos tais esclarecimentos, começamos examinando os resultados da participação através de abaixo-assinados, apresentados na Tabela 9.

Tabela 9. Preditores da participação em abaixo-assinados (1991)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,159		0,290	0,315*		0,241
Renda (2do patamar mais pobre)	0,0212		0,632*	0,637***		0,469**
Renda	0,363		0,941	0,951***		0,477
Renda (mais rico)	1,804**		1,881*	1,306***		0,806**
Educação (médio)	0,991***		0,0944	~		~
Educação (universitário)	1,768***		1,039	~		~
Etnia (negra)	-0,182		-0,277	~		~
Etnia (outra)	0,0659		-0,147	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,524**		-0,166	-0,781**		-0,769**
IIP (não interessado)	-1,001***		-0,975**	-1,633***		-1,307***
Confiança na justiça (confia bastante)		0,639	-0,126		0,488	0,106
Confiança na justiça (confia pouco)		0,553	-0,267		0,641*	0,253
Confiança na justiça (não confia)		0,628	-0,141		0,733*	0,0998
Confiança no congresso (confia bastante)		0,445	0,858		-0,668	-0,61
Confiança no congresso (confia pouco)		0,76	0,996		-0,763	-0,67
Confiança no congresso (não confia)		0,509	0,796		-1,179*	-0,846
Ideologia (centro)		0,245	0,265		-0,712*	-0,206
Ideologia (direita)		-0,234	-0,194		-0,891*	-0,676
Ideologia (não sabe)		-0,31	0,335		-2,383***	-1,671***
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,0134	-0,443		0,238	0,384
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,304	-0,705		0,031	0,0446
Id. Partidária (vencedores)		-0,0515	-0,127		~	~
Idade (30-49 anos)		-0,0653	-0,167		-0,111	-0,298
Idade (50+ anos)		-0,548	-0,430		-0,492**	-0,474*
Pós-materialismo (misto)		-0,161	-0,284		0,677***	0,674***
Pós-materialismo (pós-materialista)		0,993	0,431		0,775***	0,594*
Constant	1,359***	1,521**	2,013**	0,789***	1,254*	1,672*
<i>Pseudo R2</i>	0,11	0,06	0,13	0,11	0,14	0,18

Fonte: World Values Survey (1991)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. (2) O símbolo [~] indica a ausência da variável na base de dados original.

A variável sexo não teve significância estatística no Brasil, ao passo que na Argentina ser homem elevaria as chances de participar, embora o efeito seja significativo no nível de 90% e desapareça no modelo III. No que diz respeito à renda, em todos os casos ter mais renda aumenta as chances de participar, pois no Brasil as pessoas no patamar mais rico têm chances maiores do que aquelas no patamar mais pobre, e ainda o mesmo acontece com o segundo patamar, embora o efeito seja significativo no nível de 90% e somente em um modelo. Na Argentina o efeito da renda parece ser mais forte, sendo que pessoas nos três patamares acima do patamar mais pobre têm as chances de participar aumentadas. A educação, variável ausente no caso argentino, comportou-se de modo semelhante aos outros casos, sendo que pessoas com ensino médio e aquelas com ensino universitário têm chances maiores de participar do que aquelas com ensino primário, porém tais efeitos só são significativos no primeiro modelo. A etnia, variável também faltante na base de dados da Argentina, não apresentou significância estatística no caso brasileiro. Por último, o IIP seguiu o mesmo padrão em ambos os países: pessoas não interessadas em política e pessoas pouco interessadas têm chances menores de participar do que as interessadas.

Inesperadamente, nenhuma das variáveis do modelo II foi significativa no caso do Brasil. Ainda, na Argentina variáveis tais como confiança na justiça e confiança no congresso foram estatisticamente significativas somente no modelo reduzido e se for considerado o nível de confiança de 90%. Assim, as pessoas que disseram confiar pouco e as que disseram não confiar na justiça têm chances maiores de participar através de abaixo-assinados se comparadas com aquelas que disseram confiar muito. Já as pessoas que não confiam no congresso teriam as chances diminuídas. A ideologia, ainda que não significativa em todos os modelos, confirmou que pessoas que se auto-localizam na direita e no centro do espectro ideológico têm chances menores de participar do que as auto-localizadas na esquerda (nível de significância de 90%, no modelo reduzido), e aqueles que não souberam se auto-localizar também teriam as chances diminuídas, neste caso com o efeito mantido em ambos os modelos.

A idade e o IPM tiveram o efeito esperado: pessoas de 50 anos ou mais apresentaram chances menores de participar do que aquelas na faixa dos 18 a 29 anos; e os *mistos* e *pós-materialistas* possuem mais chances do que os *materialistas* de assinar petições. A satisfação financeira não teve significância estatística.

Passamos agora a analisar os resultados da participação em manifestações, apresentados na Tabela 10.

Tabela 10. Preditores da participação em manifestações (1991)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	-0,066		-0,158	0,889***		0,778***
Renda (2do patamar mais pobre)	0,047		0,276	0,451**		0,418*
Renda	0,067		0,077	1,024***		0,782***
Renda (mais rico)	0,228		0,308	0,749**		0,517
Educação (médio)	0,948***		-0,387	~		~
Educação (universitário)	1,566***		0,055	~		~
Etnia (negra)	0,061		0,440	~		~
Etnia (outra)	0,267		0,732	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,569***		-0,796**	-0,512*		-0,415
IIP (não interessado)	-1,224***		-1,482***	-1,487***		-1,198***
Confiança na justiça (confia bastante)		0,302	0,052		0,778*	0,740
Confiança na justiça (confia pouco)		0,576	0,297		0,562	0,545
Confiança na justiça (não confia)		0,295	0,126		0,832*	0,595
Confiança no congresso (confia bastante)		-0,086	0,059		-0,068	-0,242
Confiança no congresso (confia pouco)		0,109	0,273		-0,326	-0,377
Confiança no congresso (não confia)		-0,593	-0,317		-0,915	-0,822
Ideologia (centro)		-0,281	-0,498		-1,592***	-1,343***
Ideologia (direita)		-0,634*	-0,860**		-1,552***	-1,198**
Ideologia (não sabe)		-1,315***	-0,915*		-2,655***	-1,818***
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,260	0,114		-0,006	0,174
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,535*	-0,730**		0,014	-0,016
Id. Partidária (vencedores)		-0,001	-0,218		~	~
Idade (30-49 anos)		-0,697***	-0,858***		-0,223	-0,374
Idade (50+ anos)		-1,744***	-1,982***		-0,584***	-0,618**
Pós-materialismo (misto)		0,392	0,230		1,008***	1,116***
Pós-materialismo (pós-materialista)		0,993**	0,591		1,623***	1,442***
Constant	0,350**	1,951***	3,285***	-0,439*	0,406	0,211
<i>Pseudo R2</i>	0,11	0,15	0,21	0,13	0,15	0,20

Fonte: World Values Survey (1991)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [~] indica a ausência da variável na base de dados original.

A variável sexo, sem significância estatística no Brasil, comportou-se na Argentina como esperava-se, com os homens tendo suas chances de participar aumentadas. O efeito da renda também vai na direção esperada, ainda que estatisticamente significativo apenas na Argentina. Assim, pessoas nos três patamares acima do patamar mais pobre têm chances maiores de participar, embora no caso do patamar mais rico o efeito desapareça no modelo que inclui todas as variáveis. A educação, assim como constatou-se na participação em abaixo-assinados, ainda comporta-se como esperado porém perde significância no modelo III, sendo que os brasileiros com ensino médio e com ensino universitário possuem mais chances de participar⁵⁸. Na Argentina tal variável não está disponível, assim como também não o está a

⁵⁸ É importante destacar que na regressão logística sempre estimam-se as chances de o evento *x* ocorrer (neste caso, a participação) para cada categoria, em relação com a categoria de referência. Por exemplo, as chances de um indivíduo com ensino médio participar em relação com as chances de um indivíduo com ensino primário, e as chances de um indivíduo com ensino superior participar novamente em relação com as

etnia – variável que no Brasil não mostrou-se significativa. A última variável do modelo I, o IIP, teve o mesmo efeito que o descrito nos casos anteriores, nos dois países: pessoas não interessadas e ainda as pouco interessadas têm chances menores de participar em manifestações.

Já a confiança no congresso não revelou-se um bom preditor, e a confiança na justiça foi significativa apenas na Argentina – se considerado o nível de 90% e cujo efeito desaparece no modelo III. As pessoas que não confiam e ainda as que confiam bastante têm chances maiores de participar do que aquelas que confiam muito. A ideologia, mais uma vez, seguiu o mesmo padrão: em ambos os países aqueles auto-localizados na direita do espectro político e os que não souberam se auto-localizar possuem chances menores de participar em manifestações do que os auto-localizados na esquerda. Ainda, na Argentina pessoas no centro também têm suas chances diminuídas.

A satisfação com a própria situação financeira, significativa apenas no Brasil, mostrou que pessoas satisfeitas apresentam chances menores de participar do que aquelas insatisfeitas. A idade repete o padrão: tanto pessoas na faixa dos 30 a 49 anos no Brasil quanto aquelas com 50 anos ou mais em ambos os países têm chances menores de participar em manifestações do que aquelas entre 18 e 29 anos. Por último, o IPM revelou-se um bom preditor na Argentina (efeito confirmado em todos os modelos), com pessoas *mistas* e *pós-materialistas* com mais chances de participar do que as *materialistas*, enquanto que no Brasil apenas os *pós-materialistas* teriam suas chances aumentadas, efeito que desaparece ao incluirmos todas as variáveis no modelo III. A identidade partidária novamente não apresentou significância estatística.

A continuação é analisada a participação em greves, cujos resultados são apresentados na Tabela 11.

Na Argentina observou-se, mais uma vez, que os homens têm chances maiores de participar, mantendo-se todas as outras variáveis sob controle. No Brasil essa variável parece não produzir efeito, assim como também não a etnia.

chances de um indivíduo com ensino primário. Sabendo disso, e para tornar a leitura mais os resultados sempre são em relação com a mesma categoria de referência (de cada variável), ainda quanto não for explicitada em cada frase.

Tabela 11. Preditores da participação em greves (1991)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,104		0,093	0,535***		0,326
Renda (2do patamar mais pobre)	0,168		0,799***	0,284		0,525
Renda	-0,134		0,144	0,562*		0,582
Renda (mais rico)	0,323		0,773**	0,766**		1,028**
Educação (médio)	0,524***		-0,178	~		~
Educação (universitário)	1,295***		0,585	~		~
Etnia (negra)	-0,109		0,028	~		~
Etnia (outra)	-0,159		-0,006	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,093		-0,065	-0,512*		-0,414
IIP (não interessado)	-0,472***		-0,27	-1,392***		-1,116***
Confiança na justiça (confia bastante)		-0,171	-0,471		0,906	0,850
Confiança na justiça (confia pouco)		-0,177	-0,496		0,572	0,716
Confiança na justiça (não confia)		0,053	-0,097		0,980	0,806
Confiança no congresso (confia bastante)		-0,674	-0,936*		-0,343	-1,030
Confiança no congresso (confia pouco)		-0,542	-0,669		-0,830	-1,467
Confiança no congresso (não confia)		-0,787*	-0,883*		-1,080	-1,455
Ideologia (centro)		-0,687***	-0,744***		-1,687***	-1,589***
Ideologia (direita)		-0,997***	-1,076***		-2,249***	-2,317***
Ideologia (não sabe)		-1,004**	-0,858*		-2,790***	-2,294***
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,302	0,092		-0,217	-0,144
Satisfação financeira (satisfeito)		0,156	-0,274		-0,231	-0,384
Id, Partidária (vencedores)		-0,649	-0,677		~	~
Idade (30-49 anos)		-0,214	-0,246		-0,332	-0,429
Idade (50+ anos)		-0,645*	-0,572		-0,642**	-0,761**
Pós-materialismo (misto)		0,657***	0,449*		0,485*	0,161
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,247***	0,894**		1,085***	0,411
Constant	-1,406***	0,053	0,580	-1,267***	0,330	1,188
<i>Pseudo R2</i>	0,05	0,09	0,13	0,09	0,15	0,17

Fonte: World Values Survey (1991)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [-] indica a ausência da variável na base de dados original.

Já a renda mostrou, nesse país, que tanto as pessoas no quarto patamar (o mais rico) quanto aquelas no segundo patamar possuem mais chances de unir-se a greves do que as pessoas no primeiro patamar (o mais pobre), embora tais efeitos sejam significativos apenas em um modelo. Na Argentina acontece quase o mesmo efeito, sendo que tanto os mais ricos quanto aqueles no terceiro patamar têm chances maiores de participar. No primeiro caso o efeito é mantido em ambos os modelos, enquanto que no segundo a significância – no nível de 90% – desaparece no modelo III.

A última variável do primeiro bloco, o IIP, evidenciou novamente que em ambos os países as pessoas que não se interessam por política possuem chances menores de unir-se a greves, efeito mais forte ainda na Argentina. Nesse país as pessoas pouco interessadas também

têm suas chances diminuídas, embora o efeito seja estatisticamente significativo no nível de confiança de 90% e desapareça no modelo III, com todas as variáveis.

No quesito confiança nas instituições, a confiança na justiça não revelou-se um bom preditor, ao passo que a confiança no congresso tem efeito somente no Brasil – se adotarmos o nível de confiança de 90% –, onde pessoas que confiam bastante têm chances menores de participar do que as que confiam muito, do mesmo modo que acontece com as pessoas que não confiam, que têm suas chances reduzidas.

A ideologia novamente revelou-se um importante condicionante da participação política: em ambos os países as pessoas auto-localizadas na direita, no centro e aquelas que não souberam se auto-localizar têm chances menores de unir-se a greves se comparadas com aquelas na esquerda. Já a satisfação financeira e a identificação partidária não mostraram-se significativas. No que diz respeito à idade, constatou-se que argentinos e brasileiros com 50 anos ou mais têm chances menores de participar do que aqueles na faixa dos 18 a 29 anos, embora no Brasil o efeito seja significativo em um modelo e no nível de 90%. Finalmente, o IPM evidenciou, principalmente no Brasil (nos dois modelos), que tanto as pessoas *pós-materialistas* quanto as *mistas* têm chances maiores de participar do que as pessoas *materialistas*.

A seguir focamos na participação em boicotes, cujos resultados encontram-se na Tabela 12. Do mesmo modo que nos casos já analisados, ser homem na Argentina eleva as chances de participar em boicotes, controlando-se por todas as outras variáveis. Ter dinheiro, também: nesse país tanto as pessoas no quarto patamar (o mais rico) quanto no segundo patamar possuem chances maiores de participar, efeitos significativos em ambos os modelos. No Brasil também aqueles no patamar mais rico têm suas chances aumentadas, embora a significância estatística – no nível de 90% – desapareça no modelo III. A educação também segue o mesmo padrão, uma vez que os brasileiros que possuem ensino superior e os que possuem ensino médio têm chances maiores de participar em boicotes. A etnia mostrou-se como um preditor fraco neste tipo de participação, uma vez que as pessoas negras possuem chances maiores de participar do que as brancas, mas o efeito é significativo apenas em um modelo e se for considerado o nível de 90%. O IIP, pelo contrário, mostrou-se novamente relevante para explicar a participação, pois em ambos os países tanto as pessoas não interessadas quanto as pouco interessadas têm chances menores de participar.

Tabela 12. Preditores da participação em boicotes (1991)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	-0,131		-0,233	0,655***		0,367
Renda (2do patamar mais pobre)	0,096		-0,070	0,545*		0,894**
Renda	0,141		0,248	0,413		0,384
Renda (mais rico)	0,439*		-0,059	1,266***		1,730***
Educação (médio)	0,507***		-0,361	~		~
Educação (universitário)	1,224***		0,265	~		~
Etnia (negra)	-0,080		0,534*	~		~
Etnia (outra)	-0,201		0,266	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,421***		-0,195	-0,933**		-0,293
IIP (não interessado)	-0,949***		-1,049***	-1,028***		-0,349
Confiança na justiça (confia bastante)		0,282	0,163		2,248**	2,013*
Confiança na justiça (confia pouco)		0,592*	0,516		1,946*	1,479
Confiança na justiça (não confia)		0,647**	0,637*		2,431**	1,917
Confiança no congresso (confia bastante)		0,034	0,165		-0,078	0,005
Confiança no congresso (confia pouco)		-0,032	0,047		-0,645	-0,817
Confiança no congresso (não confia)		-0,072	0,103		-0,551	-0,693
Ideologia (centro)		-0,213	-0,303		-1,072***	-1,547***
Ideologia (direita)		-0,490*	-0,539*		-1,033**	-1,611***
Ideologia (não sabe)		-0,178	0,343		-2,397***	-2,193***
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,162	-0,301		-0,103	-0,185
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,102	-0,329		-0,083	-0,174
Id. Partidária (vencedores)		-0,410	-0,771		~	~
Idade (30-49 anos)		0,001	-0,016		-0,356	-0,103
Idade (50+ anos)		-0,616**	-0,567		-0,118	0,453
Pós-materialismo (misto)		0,373*	0,367		0,225	0,378
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,271***	1,148***		1,344***	1,364***
Constant	-0,023	0,056	0,796	-2,055***	-2,594*	-2,695*
<i>Pseudo R2</i>	0,08	0,07	0,12	0,08	0,15	0,19

Fonte: World Values Survey (1991)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [~] indica a ausência da variável na base de dados original.

Das variáveis agrupadas no modelo II, observou-se que a satisfação financeira, a confiança no congresso e a identidade partidária não apresentaram significância estatística. Já a confiança na justiça evidenciou, em ambos os países, que indivíduos com pouca ou nada e, na Argentina, com *bastante* confiança têm chances maiores de participar de boicotes se comparados com aqueles que confiam muito.

No que concerne à ideologia constatou-se que, mesmo tendo efeito nos dois países (e em todos os modelos), no caso argentino é um importante preditor: pessoas auto-localizadas no centro e na direita do espectro ideológico, assim como as que não souberam se auto-localizar, possuem chances maiores de participar se comparadas com pessoas auto-localizadas na esquerda. No Brasil, por sua vez, o mesmo efeito acontece com as pessoas auto-localizadas na direita. A idade, significativa apenas no Brasil, mostrou novamente que as pessoas de 50 anos

ou mais têm menos chances de participar em boicotes do que aquelas na faixa mais jovem. Por último, o efeito do IPM é unívoco no que concerne aos *pós-materialistas*, que em ambos os países têm chances maiores de participar do que os *materialistas*. No Brasil as pessoas *mistas* também têm suas chances aumentadas, porém o efeito é significativo apenas em um modelo e no nível de confiança de 90%.

A última modalidade de participação a ser analisada é a partidária, cujos resultados são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13. Preditores da participação em partidos (1991)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,387		0,077	0,664		0,727
Renda (2do patamar mais pobre)	0,222		-0,338	0,585		0,790
Renda	0,231		0,275	-0,956		-1,027
Renda (mais rico)	-0,031		0,058	0,688		0,554
Educação (médio)	-0,180		-0,078	~		~
Educação (universitário)	0,568		0,098	~		~
Etnia (negra)	0,027		0,341	~		~
Etnia (outra)	0,273		0,711	~		~
IIP (pouco interessado)	-1,291***		-1,184**	-1,857*		-2,491**
IIP (não interessado)	-2,359***		-2,522***	-2,858***		-4,070***
Confiança na justiça (confia bastante)		0,467	0,234		2,418	-0,669
Confiança na justiça (confia pouco)		-0,081	-0,493		1,769	-0,898
Confiança na justiça (não confia)		0,516	0,289		2,909*	0,637
Confiança no congresso (confia bastante)		0,068	0,494		-3,147**	-2,390
Confiança no congresso (confia pouco)		0,311	0,655		-3,406***	-2,267
Confiança no congresso (não confia)		-0,768	-0,285		-4,798***	-4,309**
Ideologia (centro)		-0,804**	-0,922**		-1,128	-0,281
Ideologia (direita)		0,104	0,195		-1,294	-0,883
Ideologia (não sabe)		-0,152	0,371		-2,649**	-0,439
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,306	-0,275		-1,015	-0,747
Satisfação financeira (satisfeito)		0,327	0,369		-0,527	-0,146
Id. Partidária (vencedores)		-1,406	-1,917*		~	~
Idade (30-49 anos)		0,146	-0,048		0,083	-0,163
Idade (50+ anos)		-0,014	0,039		0,280	-0,116
Pós-materialismo (misto)		0,209	0,126		0,090	0,097
Pós-materialismo (pós-materialista)		0,627	0,150		-0,136	0,560
Constant	-2,404***	-2,123***	-1,544*	-3,256***	-0,807	0,728
Pseudo R2	0,14	0,07	0,18	0,19	0,13	0,31

Fonte: World Values Survey (1991)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [~] indica a ausência da variável na base de dados original.

Diferentemente do que foi constatado nos modelos para a participação através de abaixo-assinados, em manifestações, em greves e, em menor medida, em boicotes, os modelos

construídos parecem não ter bom poder explicativo no caso da participação partidária, tema que retomaremos à frente. Nesse sentido, das variáveis agrupadas no modelo I, sexo, renda, educação e etnia não apresentaram significância estatística. No segundo bloco de variáveis, foi o caso da satisfação financeira, a idade e o IPM.

Assim, do primeiro bloco de variáveis, o IIP teve mais uma vez o mesmo comportamento: em ambos os países, as pessoas pouco e nada interessadas em política têm chances menores de participar. O efeito não só é significativo em todos os modelos, quanto é muito forte no caso dos não interessados, especialmente na Argentina.

Já no que diz respeito à confiança nas instituições, com significância estatística apenas na Argentina, constatou-se que o efeito é diferente segundo a instituição em questão, embora no caso da justiça tal efeito seja duvidoso: aqui, pessoas que não confiam teriam chances maiores de participar, enquanto que no que refere à confiança no congresso observa-se que as pessoas que confiam bastante, pouco e, especialmente, as que não confiam, têm chances menores de participar em partidos políticos. A ideologia, por sua vez, mostrou que, no Brasil, pessoas que se auto-localizam no centro do espectro ideológico possuem menos chances de participar do que as auto-localizadas na esquerda, efeito significativo em ambos os modelos. Já na Argentina as pessoas que disseram não saber onde se auto-localizariam também apresentam chances menores. Finalmente, e de modo diferente ao acontecido nos outros tipos de participação, a identificação partidária evidenciou que aquelas pessoas que se identificam com o partido no governo têm chances menores de participar, embora tal efeito seja significativo em apenas um modelo e se for adotado o nível de confiança de 90%.

Análise: abaixo-assinados.

Enquanto mais afastado no tempo, mais difícil torna-se prever a participação: no Brasil de 1991 apenas três variáveis, ligadas ao modelo dos recursos, apresentaram efeito: renda, educação e interesse político. Duas variáveis que estão disponíveis somente nesse país, a identificação partidária e a etnia, parecem não fazer diferença na hora de participar. Sobre o primeiro quesito, uma possível explicação tem a ver com o tipo de temáticas presentes nesse tipo de participação, que vão além das clivagens tradicionais e das principais bandeiras dos partidos políticos. A propósito dessa diversidade de temáticas mobilizadas nas petições – muito além de questões econômicas –, a satisfação financeira não apresenta diferenças em nenhum dos países, e ainda a ideologia também foi irrelevante para prever a participação dos

brasileiros. Já na Argentina a ideologia importa, sendo que os indivíduos situados na esquerda do espectro ideológico participariam mais.

A confiança nas instituições, principalmente no Congresso – e em menor medida na Justiça, a menos “política” das instituições –, não faz diferença em nenhum dos países. Uma vez que as petições são direcionadas ao congresso, parece contra-intuitivo que tal instituição não tenha relação com o abaixo-assinado, porém em 2006 e 2014 o índice de confiança nas instituições (ICI) também mostrou-se irrelevante, o que pode decorrer da “desconexão” dos cidadãos da dinâmica política diante das experiências negativas com as mesmas.

Em se tratando do ano 1991, o fato de o pós-materialismo não apresentar efeitos no Brasil não chama a atenção, assim como também não houve diferenças na idade. Na Argentina os mais velhos participam menos que os jovens e o pós-materialismo afeta o comportamento, porém não pode se concluir que o efeito seja consequência da mudança geracional, pois ainda não tinham acontecido as mudanças estruturais apontadas no capítulo 2, e a experiência democrática só começava.

Análise: manifestações.

No caso das manifestações tanto no Brasil quanto na Argentina o interesse político e a ideologia importam, sendo que não apenas pessoas de direita participariam menos do que as de esquerda, também pessoas “sem preferências” ou “centristas” participariam menos. Ou seja, ter preferências mais fortes – especialmente de esquerda – age como fator de engajamento político.

Completando o perfil similar de ambos os países, são os mais jovens (especialmente a faixa mais jovem no Brasil) e com prioridades pós-materialistas os mais ativos. Vale destacar novamente que, em se tratando de 1991, não é possível afirmar que esses fatores decorram da mudança geracional em curso. Nessa linha argumentativa, os mesmos cidadãos críticos e pós-materialistas teriam uma atitude crítica em relação às instituições tradicionais e tenderiam a participar em atividades tais como manifestações, premissas que não se confirmaram neste caso e, como veremos, são tênues nos momentos posteriores, especialmente no que diz respeito à confiança nas instituições.

Há algumas variáveis socioeconômicas que no Brasil não produzem diferenças, tais como a etnia, a renda e o sexo, porém apesar de tais variáveis do modelo do voluntarismo cívico não fazerem diferença, a educação também afeta a participação em manifestações, e de acordo

com Verba et al (1995) e Milbrath e Goel (1967) esse fator tende a relacionar-se com todos aqueles outros recursos subjetivos e objetivos.

Já na Argentina os homens tenderiam a participar mais, assim como pessoas com renda participariam mais do que as mais pobres da população. Outra variável econômica, a satisfação com a situação financeira – apesar de ter mais a ver com uma percepção do que com um aspecto objetivo como a renda – também resultou irrelevante para prever a participação dos argentinos.

Análise: greves.

Considerando os testes empíricos apresentados acima, fazer-se-ia necessário levar em conta as particularidades que podem tornar a greve mais difícil de se avaliar com os modelos aqui propostos. Por um lado, a greve pode depender mais de fatores conjunturais, porém a tradição sindical, a estrutura institucional e o arcabouço jurídico são também fatores diretamente relacionados com a ocorrência de uma greve, portanto o contexto é muito relevante para entender o comportamento de uma determinada sociedade. O tipo de punição, as condições para sua permissão etc. irão entrar no cálculo – do lado dos custos – para um indivíduo decidir unir-se a uma greve ou não. Apesar disso, a greve é considerada pela literatura como um tipo de participação não convencional e, em consequência, esperava-se que o comportamento das variáveis fosse o mesmo que nos tipos de participação já tratados.

Olhando para as semelhanças entre os países, neste caso constatamos que a renda impacta positivamente na participação. Entretanto, deve considerar-se que a comparação é feita tendo como referência o patamar mais pobre da população, mais propensa a não possuir emprego, ser beneficiário de política social ou enfrentar mais riscos – de perder o trabalho, por exemplo – caso decida unir-se a uma greve (conforme alertavam Verba e seus colaboradores em 1995). Além disso, já vimos no segundo capítulo que os setores que faziam greves em 1991 no Brasil eram os vinculados com setores da economia tais como petroleiros, trabalhadores marítimos, portuários, funcionários do BNDES, da Caixa Econômica Federal, eletricitários, ferroviários, bancários etc. E, nesse país, apesar de a etnia não fazer diferença no comportamento, a educação de novo aumenta as chances de participar – seja ensino médio e/ou superior – e, principalmente sendo 1991, a educação tenderia a “puxar” outros condicionantes da participação.

O interesse político importa mas seu efeito é fraco; e em ambos os países tanto pessoas de direita quanto de centro e “sem ideologia” participariam menos do que as de esquerda. E, ainda sendo 1991, o pós-materialismo também parecia afetar a participação em greves. A propósito, olhando para a idade vemos que no Brasil não há diferenças, enquanto que na Argentina as pessoas de cinquenta anos ou mais tenderiam a participar menos do que as mais novas, ambos os resultados em direção oposta ao encontrados em 2014. Considerando que no Brasil também os *vencedores* e *perdedores* do sistema apresentam iguais chances de participar – e também de modo diferente ao que acontece em 2014 –, pode ser feita uma possível interpretação à luz da conjuntura daquele período: naquele momento as greves apareciam como instrumento mobilizador, instrumento de pressão eficaz aos olhos de “qualquer brasileiro”. Com um regime democrático ainda novo, não haveria diferença na percepção de eficácia em termos de vencedores e perdedores, assim como também não em termos etários. Já em 2013 o contexto histórico-político é outro, pois serão os jovens – que não vivenciaram as greves dos anos 90 – e identificados com o PT os que tenderão a participar mais através dessa modalidade.

Infelizmente, no *survey* de 1991 a única variável incluída relativa à legitimidade do sistema diz respeito à confiança no congresso e na justiça. Enquanto a primeira possui efeito apenas no Brasil, indicando que pessoas que mais confiam tenderiam a participar mais – quiçá por um sentimento de eficácia externa –, a confiança na justiça não faz diferença em nenhum dos países. Poderíamos pensar que as variáveis econômicas são as que melhor explicam a participação nesse tipo de atividade, porém a satisfação com a situação financeira não apresentou efeito nem no Brasil nem na Argentina, o que chama a atenção em se tratando de greves.

Análise: boicotes.

Cabe aqui mencionar o fato de o boicote ser um tipo de participação que não tem sido massivo em nenhum dos países estudados – basta observar a distribuição de frequências em cada momento para reconhecermos que é o tipo menos escolhido dentro do leque da participação não convencional. Junto com isso, observou-se que os preditores da participação que decorrem das teorias que embasam este trabalho também não tiveram bom desempenho, o que deixa a porta aberta para analisar esse tipo de participação mais “específico” através de outras abordagens.

Novamente o interesse político, a ideologia de esquerda e as prioridades pós-materialistas resultaram importantes para predizer a participação, o que confirma um perfil em comum que, como veremos na sequência, permanece invariável ao longo do tempo – e ao longo dos dois países. Aqui constata-se que a desconfiança na justiça aumenta as chances de participar, porém não podem ser extraídas conclusões a respeito do funcionamento institucional – nem da qualidade da democracia – pois seria preciso testarmos outras instituições, que no *survey* de 1991 não foram incluídas. No caso do boicote a identificação com o partido no poder não produz diferenças, o que faz sentido ao lembrarmos que essa modalidade tende a estar mais “desvinculada” da dinâmica política tradicional.

Também constatamos a não ligação desse tipo de participação com questões econômicas, pois pessoas satisfeitas e insatisfeitas com a própria situação financeira possuem iguais chances de participar.

No Brasil não há diferenças no que diz respeito à etnia, ao sexo e à renda, porém a educação ainda é importante para predizer a participação. Diferentemente da Argentina, onde constata-se maior igualdade de gênero ao longo dos diferentes tipos de participação, no Brasil quase todas as vezes homens participam mais – com exceção, precisamente, de 1991. Ou seja, o fato de neste caso os argentinos participarem mais do que as argentinas pode indicar a particularidade deste tipo de participação, evidenciando – junto com nossos outros achados – que a mesma é multidimensional e não operaria num *continuum*. Afora isso, na Argentina a renda também importa, aumentando as chances de participar.

Embora seja um tipo de participação não convencional, vinculado ao pós-materialismo, em se tratando de 1991 não necessariamente a faixa mais jovem da sociedade tenderia a participar mais: efetivamente na Argentina não há diferenças de idade e no Brasil apenas os mais velhos (acima de cinquenta anos) teriam sua participação diminuída.

Análise: atividade partidária.

Se no caso dos boicotes notamos que nossos modelos não tinham bom desempenho para explicar a participação, especialmente na Argentina, e no caso das greves apontamos para a necessidade de lembrar que o contexto – seja em termos de tradição sindical, de arcabouço jurídico ou de estrutura institucional – importa, no caso da atividade partidária há um pouco de cada um desses fatores.

Em 1991 essa atividade é a que mais fugiu das nossas variáveis explicativas, em ambos os países. Surpreendentemente apenas o interesse político e a definição de preferências ideológicas (sejam no extremo esquerdo ou direito do espectro ideológico) explicam a participação dos argentinos e brasileiros em partidos. Aliás, na Argentina também faz diferença a confiança no congresso – e embora a variável não seja a mesma, o padrão se repete depois com a confiança nas instituições, que agiria como “incentivo” para a participação em partidos.

Não foi possível identificar um perfil definido quanto às características sociodemográficas, uma vez que nenhuma delas faz diferença na hora do indivíduo decidir participar. Nossos resultados não surpreendem tanto se considerarmos que em 1991 apenas 5 % dos brasileiros e 2 % dos argentinos disse ser membro de um partido político. Além da amostra dos que participam ser muito pequena e isso poder acarretar problemas nas estimações, o fato é que esse fraco desempenho dos nossos modelos, como se repetirá nos momentos posteriores, pode decorrer do distanciamento dos partidos políticos da sociedade, os quais representam cada vez menos os brasileiros, a despeito do número crescente de partidos nominais e também efetivo (Moisés e Carneiro, 2015).

Preditores da participação política em 2006

Avançando no tempo, passamos a analisar aqui os preditores dos diferentes tipos de participação no segundo momento em estudo. Em 2006 o WVS não incluiu a participação em greves dentro do *survey*, motivo pelo qual ficou excluído da análise. Em 2014, entretanto, a greve voltou a fazer parte do repertório, o que nos permite fazer uma comparação com os dados de 1991.

Começamos pelo abaixo-assinado, cujos resultados são dispostos na Tabela 14. Nela constata-se que a variável sexo é relevante, pois ser homem diminui as chances de participar. No Brasil, por outro lado, não houve significância estatística.

Tabela 14. Preditores da participação em abaixo-assinados (2006)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,124		0,056	-0,368**		-0,613***
Renda (segundo patamar mais pobre)	-0,087		-0,125	~		~
Renda	-0,147		-0,285	~		~
Renda	-0,131		-0,294	~		~
Renda (mais rico)	-1,291***		-1,338***	~		~
Educação (médio)	0,843***		0,619***	0,660***		0,374
Educação (universitário)	1,404***		1,104***	1,678***		0,832*
Etnia (negra)	-0,116		-0,021	.		.
Etnia (outra)	-0,172		-0,243	-1,158***		-1,102*
IIP (pouco interessado)	-0,306		-0,399	-0,491		-0,539
IIP (não interessado)	-0,777***		-0,809***	-0,874***		-0,773**
Informação jornais de TV ou rádio	0,665***		0,828***	0,637**		0,611
Informação programas de TV ou rádio	0,388*		0,080	-0,028		-0,013
Informação internet	-0,246		-0,188	-0,089		0,350
Uso computador (ocasional)	-0,767**		-0,893**	0,386*		0,366
Uso computador (nunca)	-0,556		-0,564	0,754**		0,624
Uso computador (não conhece)	-1,930***		-2,033***	.		.
Desempenho democrático (+/- democrático)		0,000	-0,051		-0,256	-0,355
Desempenho democrático (democrático)		0,030	0,001		-0,534	-0,570
ICI (+/- confia)		-0,209	-0,326		-0,870	-0,816
ICI (não confia)		-0,354	-0,256		-0,640	-0,434
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,242	0,225		-0,112	-0,355
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,056	-0,123		-0,175	-0,402
Id. Partidária (vencedores)		-0,339	-0,300		0,133	0,311
Idade (30-49 anos)		-0,002	0,137		0,308	0,594**
Idade (50+ anos)		-0,704***	-0,403*		-0,423*	-0,089
Democracia (+/- importante)		0,0591	-0,085		-0,612	-0,216
Democracia (importante)		0,734**	0,415		-0,211	0,035
Ideologia (centro)		0,035	0,076		-1,659**	-1,625**
Ideologia (direita)		-0,341	-0,361		-1,929**	-1,678**
Ideologia (não sabe)		.	.		-2,154***	-1,831**
Pós-materialismo (misto)		0,435***	0,368**		0,788***	0,676***
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,453***	0,916**		0,574*	0,247
Constant	1,525***	1,250***	1,798**	1,350***	3,671***	4,025***
Pseudo R2	0,11	0,06	0,14	0,12	0,08	0,15

Fonte: World Values Survey (2006)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [.] indica a ausência da variável na base de dados original.

(3) Espaços com [.] indicam a falta dessa categoria para a variável em questão, de acordo com a recodificação adaptada à distribuição de frequência da variável.

No que refere à renda, variável disponível apenas no caso brasileiro, observou-se que o patamar mais rico da população possui menos chances de participar do que o patamar mais pobre, controlando-se pelo resto das variáveis. A educação, mais uma vez, evidenciou que ter ensino médio e ter ensino superior aumenta as chances de participar, efeito presente nos dois países. A etnia, sem efeitos no Brasil, mostrou que, na Argentina, pessoas não brancas (incluindo negros) têm chances menores de assinar petições. Olhando para o IIP, percebeu-se nos dois países que pessoas não interessadas possuem menos chances de participar. No quesito

consumo de informação, pessoas que disseram ter se informado através de jornais de televisão ou rádio na semana prévia apresentaram mais chances de participar do que aquelas que não tinham se informado. Já usar programas de televisão ou rádio para se informar não foi significativo na Argentina, e no Brasil ter se informado aumentou as chances, porém o efeito não se manteve no modelo com todas as variáveis e foi significativo no nível de confiança de 90%. Finalmente, a variável sobre a internet não foi estatisticamente significativa. O uso de computador apresentou efeitos diferentes em cada país. No Brasil tanto os que fazem uso ocasional tanto os que não conhecem o que é um computador têm chances menores de participar se comparados com aqueles que o usam frequentemente. Já na Argentina quem não usa ou quem usa ocasionalmente o computador têm menos chances de participar, embora tais efeitos desapareçam no modelo III, e o segundo caso seja significativo se adotarmos o nível de confiança de 90%.

Do segundo bloco de variáveis, a avaliação do desempenho democrático, o ICI, a satisfação financeira e a identificação partidária não mostraram-se significativas. A idade evidenciou novamente que pessoas com 50 anos ou mais têm chances menores de participar do que aquelas na faixa dos 18 a 29 anos, embora no caso argentino aqueles com 30 a 49 anos tenham chances maiores do que a faixa mais jovem. A adesão normativa à democracia mostrou-se relevante apenas no Brasil, sendo que quem considera a democracia importante possui mais chances de participar. A ideologia, preditor relevante apenas na Argentina, evidenciou que pessoas auto-localizadas no centro e na direita do espectro ideológico, assim como aquelas que não souberam se auto-localizar, têm chances menores de participar se comparadas com pessoas na esquerda. Finalmente, o índice de pós-materialismo comportou-se de acordo com o esperado: em ambos os países tanto os *mistos* quanto os *pós-materialistas* têm chances maiores de participar do que os *materialistas*, ainda que na Argentina o efeito dos *pós-materialistas* não seja tão forte (significativo no nível de confiança de 90% e em apenas um modelo).

A continuação (Tabela 15) apresentamos os resultados relativos à participação em manifestações. Nos dois países a variável sexo mostrou-se significativa apenas no nível de confiança de 90%, e somente em um modelo. Ainda assim, comportou-se diferentemente em cada caso: no Brasil os homens têm chances maiores e na Argentina chances menores de participar em manifestações, controlando-se por todas as outras variáveis.

Tabela 15. Preditores da participação em manifestações (2006)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,211*		0,060	-0,181		-0,341*
Renda (2do patamar mais pobre)	0,348**		0,346*	~		~
Renda	-0,142		-0,193	~		~
Renda	0,045		0,093	~		~
Renda (mais rico)	-1,011**		-0,786*	~		~
Educação (médio)	0,665***		0,544***	0,485***		0,426*
Educação (universitário)	1,209***		1,107***	1,566***		1,055**
Etnia (negra)	0,073		-0,063	.		.
Etnia (outra)	0,002		-0,004	-0,729**		-0,400
IIP (pouco interessado)	-0,446***		-0,483***	-0,592**		-0,789**
IIP (não interessado)	-0,894***		-0,888***	-1,073***		-1,035***
Informação jornais de TV ou rádio	0,228		0,297	0,448*		0,542
Informação programas de TV ou rádio	0,543***		0,354	-0,247		-0,369*
Informação internet	-0,154		-0,238	-0,163		-0,053
Uso computador (ocasional)	-0,548**		-0,741***	0,343		0,197
Uso computador (nunca)	-0,398		-0,527*	0,597**		0,515
Uso computador (não conhece)	-1,433***		-1,679***	.		.
Desempenho democrático (+/- democrático)		0,406**	0,403**		0,216	0,104
Desempenho democrático (democrático)		0,367**	0,426**		-0,416	-0,382
ICI (+/- confia)		0,244	0,289		-0,305	-0,199
ICI (não confia)		0,243	0,389**		-0,562	-0,339
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,059	-0,197		0,129	-0,113
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,065	-0,183		0,029	-0,246
Id. Partidária (vencedores)		-0,368	-0,436		0,103	0,206
Idade (30-49 anos)		-0,015	0,149		0,094	0,252
Idade (50+ anos)		-0,460***	-0,117		-0,620***	-0,358
Democracia (+/- importante)		0,249	0,077		-1,270	-0,898
Democracia (importante)		0,908***	0,502*		-0,595	-0,442
Ideologia (centro)		-0,269	-0,224		-2,816***	-2,773***
Ideologia (direita)		-0,446**	-0,489**		-2,991***	-2,684**
Ideologia (não sabe)		.	.		-3,593***	-3,178***
Pós-materialismo (misto)		0,311**	0,153		0,294	0,158
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,119***	0,638**		0,276	-0,113
Constant	0,034	-0,698*	-0,349	1,043**	4,691***	4,899***
Pseudo R2	0,10	0,05	0,13	0,11	0,10	0,15

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [.] indica a ausência da variável na base de dados original.

(3) Espaços com [.] indicam a falta dessa categoria para a variável em questão, de acordo com a recodificação adaptada à distribuição de frequência da variável.

Observou-se que a renda, variável disponível somente na base de dados do Brasil, não segue um “comportamento linear”, pois pessoas no segundo patamar teriam chances maiores de participar do que aquelas no primeiro patamar (mais pobre), enquanto que as pessoas no último patamar (mais rico) teriam suas chances diminuídas. O efeito da educação, entretanto, é unívoco: confirmou-se em todos os modelos que pessoas com ensino médio e com ensino superior têm chances maiores de participar. O mesmo padrão acontece no caso do IIP: todos os

modelos, em ambos os países, evidenciam que pessoas não interessadas e aquelas “mais ou menos” interessadas têm chances menores de participar.

Já a etnia, de novo, evidenciou no caso argentino que pessoas não brancas possuem chances menores de participar do que pessoas brancas, enquanto que no Brasil não apresentou significância estatística. O consumo de informação comportou-se de modo mais ambíguo, pois ter se informado através de jornais de televisão ou rádio aumenta as chances de participar apenas no caso argentino, em um modelo e se for considerado o nível de confiança de 90%. E, informar-se através de programas de televisão ou rádio diminuiria as chances no caso argentino (novamente em apenas um modelo e com nível de 90%) e as aumentaria no caso brasileiro. Já a internet não resultou significativa. Finalmente, o uso de computador mais uma vez é contraditório: no Brasil, conforme esperava-se, pessoas que fazem uso ocasional ou ainda que não conhecem o que é um computador têm chances menores de participar, enquanto que na Argentina pessoas que nunca o usam teriam suas chances aumentadas.

Voltando-nos para o segundo bloco de variáveis, começamos analisando as três relativas ao apoio ao sistema, significativas apenas no caso brasileiro. A adesão normativa à democracia comportou-se de acordo com o esperado, sendo que pessoas que consideram a democracia importante têm chances maiores de participar. No quesito desempenho democrático, observou-se o efeito contrário, significativo em todos os modelos: pessoas que avaliaram o governo como democrático e como “mais ou menos” democrático apresentaram chances maiores de participar do que aquelas que não o consideram democrático. Por fim, o ICI evidenciou que pessoas que não confiam nas instituições tendem a participar mais do que aquelas que confiam, efeito esperado, porém significativo em apenas um modelo. Também significativo apenas no Brasil, o IPM evidenciou mais uma vez que pessoas *mistas* e pessoas *pós-materialistas* apresentam mais chances de participar.

Com relação à idade, tanto na Argentina quanto no Brasil as pessoas com 50 anos ou mais possuem chances menores de participar, conforme esperado. Por último, a ideologia repete o padrão encontrado nos outros tipos de participação: em ambos os países pessoas auto-localizadas na direita do espectro ideológico têm chances menores de participar (efeito ainda mais forte na Argentina) do que pessoas na esquerda. Ainda, no caso argentino tanto as pessoas que não souberam se auto-localizar quanto aquelas no centro do espectro teriam suas chances fortemente diminuídas. A satisfação financeira e a identificação partidária não resultaram significativas em nenhum dos países.

Na Tabela 16 apresentamos os resultados relativos à participação em boicotes. Como pode ser observado, a variável sexo mostrou-se significativa somente no Brasil, onde novamente os homens possuem chances maiores de unir-se a boicotes.

Tabela 16. Preditores da participação em boicote (2006)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,321**		0,215	0,243		0,073
Renda (2do patamar mais pobre)	0,227		0,372*	~		~
Renda	0,122		0,248	~		~
Renda	0,006		0,248	~		~
Renda (mais rico)	-1,046**		-0,577	~		~
Educação (médio)	0,302**		0,123	0,104		-0,051
Educação (universitário)	0,882***		0,635***	0,423		0,130
Etnia (negra)	-0,093		-0,415	.		.
Etnia (outra)	-0,393***		-0,279*	-1,096***		-0,488
IIP (pouco interessado)	-0,515***		-0,595***	-0,757**		-0,605
IIP (não interessado)	-0,404***		-0,355**	-0,913***		-0,941***
Informação jornais de TV ou rádio	0,494**		0,548**	-0,381		-0,054
Informação programas de TV ou rádio	0,150		-0,018	-0,039		0,027
Informação internet	0,462**		0,428*	0,032		-0,092
Uso computador (ocasional)	-0,312		-0,535**	0,700***		0,282
Uso computador (nunca)	-0,097		-0,223	0,473		0,207
Uso computador (não conhece)	-1,126*		-1,176*	.		.
Desempenho democrático (+/- democrático)		0,045	0,101		0,554	0,465
Desempenho democrático (democrático)		0,402**	0,484***		0,050	0,034
ICI (+/- confia)		0,134	0,103		-0,036	0,096
ICI (não confia)		0,244	0,322		-0,306	-0,052
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,379**	0,051		0,066	0,049
Satisfação financeira (satisfeito)		0,164	-0,234		0,327	0,388
Id. Partidária (vencedores)		-0,847**	-0,778*		-0,401*	-0,330
Idade (30-49 anos)		-0,018	0,093		0,031	0,016
Idade (50+ anos)		-0,144	0,048		-0,185	-0,198
Democracia (+/- importante)		0,636	0,325		0,148	1,107
Democracia (importante)		1,194***	0,757*		-0,036	0,741
Ideologia (centro)		-0,476***	-0,537***		-1,336***	-1,193***
Ideologia (direita)		-0,606***	-0,698***		-1,536***	-1,210**
Ideologia (não sabe)		.	.		-1,511***	-1,085**
Pós-materialismo (misto)		0,388***	0,312**		0,289	0,307
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,071***	0,723***		0,773**	0,635*
Constant	-1,337***	-2,166***	-1,953***	0,023	-0,361	-0,637
Pseudo R2	0,09	0,05	0,12	0,08	0,07	0,10

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [~] indica a ausência da variável na base de dados original.

(3) Espaços com [.] indicam a falta dessa categoria para a variável em questão, de acordo com a recodificação adaptada à distribuição de frequência da variável.

A renda, no Brasil, evidenciou que pessoas localizadas no patamar mais rico possuem menos chances de participar, enquanto que aquelas no segundo patamar têm chances menores do que as do primeiro patamar (mais pobre), porém tal efeito é significativo apenas no nível de

confiança de 90% e apenas em um modelo. A educação, pela primeira vez, não tem efeito no caso argentino, enquanto que no Brasil ainda comporta-se como esperado: pessoas com ensino médio e com ensino universitário têm chances maiores de participar.

A etnia apresenta um comportamento parecido em ambos os países, embora na Argentina a categoria “outra” inclua a “negra”, de modo diferente à categorização no caso brasileiro. Assim, naquele país os não-brancos possuem chances menores de participar, ao passo que no Brasil aqueles caracterizados como “outra raça” (não branca e não negra) também possuem chances menores. O IIP mais uma vez segue o mesmo padrão em ambos os países: pessoas “mais ou menos” interessadas e as não interessadas têm menos chances de unir-se a boicotes.

No que refere às fontes de informação, a variável sobre programas de TV ou rádio não mostrou-se significativa, ao passo que a internet e os jornais de TV ou rádio foram significativos apenas no Brasil. Em ambos os casos as pessoas que usaram tais meios para se informar apresentaram chances maiores de participar. O uso do computador comportou-se como esperado no caso brasileiro, onde pessoas que fazem uso ocasional quanto – e principalmente – aquelas que não conhecem o que é um computador têm suas chances de participação diminuídas, se comparadas às pessoas que usam frequentemente o mesmo. Na Argentina as pessoas que usam o computador ocasionalmente teriam chances maiores, embora tal efeito desapareça no modelo com todas as variáveis.

Das variáveis agrupadas no modelo II, a idade e o ICI não mostraram ter efeito estatisticamente significativo, ao passo que a avaliação do desempenho democrático, a adesão normativa à democracia e a satisfação financeira apenas apresentaram significância estatística no caso brasileiro. Assim, pessoas que consideram o governo como democrático têm chances maiores de participar em boicotes. De igual modo, pessoas que consideram a democracia importante têm mais chances de participar. Por fim, aqueles que disseram estar “mais ou menos” satisfeitos com a própria situação financeira possuem chances maiores de participar do que os insatisfeitos, embora tal efeito não seja mantido ao incluirmos todas as variáveis no modelo III.

No que refere à identidade partidária, observou-se que em ambos os países as pessoas que se identificam com o partido no poder têm menos chances de unir-se a boicotes do que os *perdedores*, ainda que na Argentina o efeito seja significativo em apenas um modelo e considerando o nível de confiança de 90%. Tanto a ideologia quanto o IPM comportaram-se do

mesmo modo que nos casos já analisados: em ambos os países as pessoas auto-localizadas na direita e no centro do espectro ideológico possuem chances menores de unir-se a boicotes do que aquelas na esquerda, e ainda na Argentina as que não souberam se auto-localizar também têm suas chances diminuídas. Por último, nos dois países as pessoas *pós-materialistas* apresentam maiores chances de participar do que as *materialistas*, e no Brasil também se repete o padrão no caso das pessoas *mistas*.

O último tipo de participação a ser analisado neste segundo momento é a participação em partidos políticos, lembrando que a mesma inclui tanto aos membros que disseram ser ativos quanto aos inativos.

Conforme mostra-se na Tabela 17, nem o sexo nem a renda dos indivíduos parece afetar a participação em partidos. Já a educação, diferentemente do que vinha acontecendo até agora, é estatisticamente significativa apenas no caso argentino: pessoas com ensino universitário e especialmente aquelas com ensino médio têm chances maiores de participar.

O efeito da etnia também é fraco, pois apenas no Brasil observou-se que pessoas de outra etnia não-branca e não-negra teriam mais chances de participar do que pessoas brancas, porém o efeito é estatisticamente significativo se for considerado o nível de 90%, e some no modelo III. Em contrapartida, o interesse por política continua afetando a participação do mesmo modo, sendo que em ambos os países as pessoas “mais ou menos” interessadas e as não interessadas têm chances menores de participar.

No quesito consumo de informação, a internet não mostrou-se significativa, e tanto os jornais de televisão e rádio quanto os programas de televisão e rádio foram significativos somente no Brasil. No primeiro caso pessoas que disseram ter se informado têm chances maiores de participar, enquanto que no segundo caso as pessoas informadas possuem chances menores. O uso do computador também revelou-se fraco, pois apenas no Brasil pessoas que nunca o usam teriam suas chances de participar diminuídas, se comparadas àquelas que usam o computador frequentemente, porém tal efeito é estatisticamente significativo somente em um modelo e com o nível de 90%.

Tabela 17. Preditores da participação em partidos políticos (2006)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,144		-0,028	-0,032		0,214
Renda (2do patamar mais pobre)	-0,145		0,069	~		~
Renda	-0,432		-0,196	~		~
Renda (mais rico)	-0,258		0,130	~		~
Educação (médio)	0,103		0,183	0,791***		1,192***
Educação (universitário)	0,410		0,329	0,509		1,222**
Etnia (negra)	-0,154		-0,030	.		.
Etnia (outra)	0,344*		0,266	0,866		0,458
IIP (pouco interessado)	-0,718***		-0,563**	-0,527		-0,894*
IIP (não interessado)	-1,398***		-1,155***	-1,087***		-1,115***
Informação jornais de TV ou rádio	0,844**		0,940**	0,011		0,637
Informação programas de TV ou rádio	-0,511*		-0,619*	0,323		0,184
Informação internet	-0,255		-0,640	0,249		-0,291
Uso computador (ocasional)	-0,056		-0,403	-0,440		-0,322
Uso computador (nunca)	-0,201		-0,774*	-0,497		-0,393
Uso computador (não conhece)	0,218		0,094	.		.
Desempenho democrático (+/- democrático)		0,524*	0,455		0,083	0,088
Desempenho democrático (democrático)		0,600**	0,671**		0,032	0,217
ICI (+/- confia)		-0,198	-0,161		0,720	0,566
ICI (não confia)		-0,597**	-0,437		0,533	0,742
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,046	-0,086		0,104	-0,145
Satisfação financeira (satisfeito)		0,023	-0,117		-0,004	-0,191
Id. Partidária (vencedores)		-1,018	-0,897		-0,130	-0,206
Idade (30-49 anos)		0,498**	0,445*		-0,117	-0,046
Idade (50+ anos)		0,511*	0,568*		-0,058	0,216
Democracia (+/- importante)		0,404	1,505		1,768	2,307**
Democracia (importante)		0,637	1,664		0,471	1,108
Ideologia (centro)		-0,419*	-0,406		-0,215	0,005
Ideologia (direita)		-0,020	-0,079		0,552	0,993
Ideologia (não sabe)		.	.		0,301	0,859
Pós-materialismo (misto)		-0,069	-0,200		-0,022	-0,092
Pós-materialismo (pós-materialista)		0,362	0,024		0,260	0,190
Constant	1,806***	-2,989***	-3,299***	-2,813***	-3,128**	-5,373***
Pseudo R2	0,07	0,04	0,10	0,06	0,05	0,12

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo [.] indica a ausência da variável na base de dados original.

(3) Espaços com [.] indicam a falta dessa categoria para a variável em questão, de acordo com a recodificação adaptada à distribuição de frequência da variável.

Surpreendentemente, apenas uma variável do segundo bloco revelou-se significativa no caso argentino, evidenciando a singularidade desse tipo de participação. Unicamente a adesão normativa à democracia mostrou que os argentinos que consideram a democracia “mais ou menos” importante têm chances maiores de participar se comparados com aqueles que não a consideram importante, efeito presente em apenas um modelo. A mesma variável, entretanto, não foi significativa no Brasil, assim como também não foram a satisfação financeira, a identidade partidária e, inesperadamente, o IPM. A ideologia, embora significativa, apenas o foi se considerado o nível de confiança de 90% e cujo efeito sumiu ao incluirmos todas as

variáveis no modelo III, mostrando que pessoas auto-localizadas no centro do espectro político teriam chances menores de participar do que aquelas na esquerda.

As únicas variáveis que – no Brasil – mostraram-se bons preditores foram a idade, a avaliação do desempenho democrático e, em menor medida, a confiança nas instituições. Contrariamente ao constatado nos outros tipos de participação, porém de acordo com o esperado, pessoas na faixa dos 30 a 49 anos e aquelas de 50 anos ou mais têm chances maiores de participar em partidos. No que refere ao funcionamento da democracia, os que consideram que o governo está se desempenhando democraticamente possuem chances maiores de participar. Por último, o ICI confirmou que as pessoas que não confiam têm as chances de participar diminuídas.

Análise: abaixo-assinados.

Em 2006 novamente as variáveis relativas aos recursos importam no caso dos abaixo-assinados: educação, interesse político e consumo de informação – a pesar de a internet não fazer diferença, inesperado em se tratando de abaixo-assinados. Ainda assim, o interesse é menos forte do que em outros tipos de participação, o que faz sentido uma vez que o abaixo-assinado requer menos esforços, é uma atividade menos custosa e, por incluir causas muito diversas e alheias àquelas vinculadas à “política tradicional”, mesmo pessoas que participam através dessa atividade poderiam responder não serem pessoas interessadas em política. Na mesma direção, o uso de computador é relevante no Brasil, porém na Argentina não pode se dizer o mesmo. Infelizmente nesse país não está disponível a variável renda, o que permitiria relativizar a questão do uso de computador como uma questão socioeconômica. A propósito, no Brasil os mais ricos da sociedade participariam menos e, embora esperávamos que a renda aumentasse as chances de participar, vale lembrar da desigualdade social de sociedades tais como o Brasil, onde os mais ricos são *muito* mais ricos. É possível que essa categoria da sociedade considere que “o sistema funciona” e tenda a não participar, ou ainda que a sua participação aconteça através de outros mecanismos de influência mais diretos.

Na Argentina há mais duas variáveis socioeconômicas que ajudam a descrever o perfil do participante: a etnia e o sexo. Sabendo que o significado da etnia é diferente nesse país do que no Brasil, confirma-se que os brancos participam mais, e surpreendentemente as mulheres também seriam mais ativas. Uma possível explicação para isso decorre dos custos menores

desse tipo de participação e do ambiente “menos hostil” para as mulheres, pelo menos em relação às manifestações.

As variáveis políticas tais como a avaliação do desempenho democrático e a confiança nas instituições, assim como a identificação partidária, não fazem diferença na hora de prever a participação. Também a (in)satisfação com a própria situação financeira não produz efeito. A propósito das temáticas e clivagens, a ideologia – seja direita, esquerda, centro ou sem ideologia – não faz diferença para participar no caso brasileiro, ao passo que na Argentina quem se diz na esquerda tenderia a participar mais. O efeito do pós-materialismo está presente em ambos os países. E, na mesma direção, a idade também importa: tanto no Brasil quanto na Argentina os mais velhos da sociedade (com cinquenta anos ou mais) participariam menos, embora na Argentina seriam os adultos entre 30 e 49 anos que participariam mais que os jovens.

Análise: manifestações.

Novamente é possível identificar semelhanças quanto ao perfil dos argentinos e brasileiros que tendem a participar em manifestações. Ter ensino médio e/ou superior, ser interessado em questões políticas e ter entre 18 e 49 anos aumenta as chances de participar. No Brasil ainda há o efeito da renda: embora os mais ricos da população participem menos do que os mais pobres – lembrando que falamos de uma sociedade muito desigual –, ter dinheiro aumenta as chances. O uso de computador confirma no Brasil a necessidade de contar com recursos para participar, porém na Argentina pessoas que nunca usam participariam mais do que as que o usam com frequência. E, no que diz respeito ao consumo de informação, parece que em nenhum dos países é preciso ser bem informado para participar.

Era esperável que pessoas de esquerda fossem mais ativas que as de direita, o que acontece nos dois países, mas na Argentina novamente pessoas localizadas na esquerda também são mais ativas que as centristas e as “sem ideologia”, confirmando o poder da ideologia como fator de engajamento. De fato, pessoas próximas dos extremos da escala ideológica se expõem mais a estímulos para participar, enquanto que os “moderados” poderiam estar se retirado para o âmbito privado. Essa visão era já defendida por Putnam (2000), segundo quem um cada vez maior número de norte-americanos descreveria suas visões políticas como centristas ou moderadas, ao passo que seriam os extremos mais polarizados do espectro ideológico que representariam uma crescente porcentagem dos que participam politicamente.

Contudo, na hora de decidir unir-se a manifestações não há diferença entre os satisfeitos e insatisfeitos com a própria situação financeira. Também não há diferenças entre os *vencedores* e *perdedores*. No caso argentino, vale notar que a “lembrança” mais próxima – que pode ter influenciado as respostas dos entrevistados – era a das manifestações (e painelaços) de 2001, que com o slogan “*que se vayan todos!*”, não faziam distinção de partidos.

Apenas no Brasil o pós-materialismo faz diferença, e o efeito é reforçado ao confirmarmos que as pessoas com aspirações democráticas são mais propensas a participar. Entretanto, o comportamento não necessariamente decorre da insatisfação com o funcionamento da democracia, pelo contrário: o seu bom funcionamento forneceria as bases para as pessoas se mobilizarem. Entretanto, a desconfiança nas instituições sim age como incentivo para participar. Esse padrão seria indicador de que a adesão normativa à democracia, a avaliação do desempenho e a confiança nas instituições são, de fato, diferentes níveis de apoio ao sistema. Estranhamente nenhuma dessas variáveis faz diferença no comportamento dos argentinos, que parece ser melhor explicado por variáveis relativas aos recursos, incluindo a etnia.

Análise: boicotes.

Em ambos os países pessoas interessadas, de esquerda e com prioridades pós-materialistas têm mais chances de unir-se a boicotes. Apesar da semelhança nessas variáveis político-institucionais, na Argentina as variáveis relativas ao déficit democrático não fazem diferença. Já no Brasil as pessoas com aspirações democráticas tenderiam a participar mais, porém de novo é o bom funcionamento da democracia (e não o seu mau desempenho) que incentiva a participação. O fato de não haver diferença – em nenhum dos países – entre confiar ou não confiar nas instituições na hora de participar em boicotes evidencia novamente que a legitimidade das instituições é multidimensional, assim como a participação. Este tipo de atividade, uma das menos convencionais, parece ser mais afastado do funcionamento das instituições representativas. A propósito, na Argentina tanto os “*vencedores*” quanto os “*perdedores*” teriam iguais chances de unir-se a boicotes, e no Brasil os “*vencedores*” tenderiam a participar menos. Ou seja, esse tipo de participação parece não ter relação com a eficácia que os cidadãos poderiam perceber em relação aos seus *inputs* no sistema político. Ainda, a satisfação com a própria situação financeira também não diz quase nada acerca da chance de um indivíduo participar em boicotes.

E o que pode ser concluído acerca das características individuais? Na Argentina novamente não há diferenças de gênero, porém o que mais chama a atenção é a educação: ter ensino primário, médio ou superior dá em iguais chances de participar. No Brasil ainda os homens e as pessoas com maiores níveis de ensino participariam mais. Embora o uso de computador faça diferença nos dois países, no Brasil confirma o modelo dos recursos, junto com o consumo de informação através da internet e de jornais televisivos e radiais; já na Argentina pessoas que usam pouco o computador participariam mais do que aquelas que o usam frequentemente.

A etnia também importa, pois pessoas de outra raça diferente à branca e à negra (asiáticos, por exemplo) no Brasil, e pessoas não-brancas na Argentina, participam menos. No que diz respeito a outra variável sociodemográfica, a renda, no Brasil acontece o mesmo que no caso das manifestações: quem está no topo da escala de renda participaria menos que quem está na base, possivelmente por contar com outros meios mais diretos de influenciar nas decisões políticas.

Análise: atividade partidária.

O primeiro elemento a ser destacado é que apenas o interesse político é “chave” em ambos os países, o que além de não permitir traçar um perfil diferenciado dos ativos em partidos, reforça a importância dessa variável para prever todo tipo de participação – e, também alertar para o fato de os níveis de interesse em ambos os países – segundo dados do WVS – não terem aumentado como seria esperável, questão que será abordada nas considerações finais. Na Argentina participam mais as pessoas que, além de terem interesse político, importam-se pela democracia como forma de governo. Entretanto, ainda há fatores sociodemográficos que mediam na decisão de uma pessoa participar em partidos. É o caso da educação – principalmente o ensino médio. No Brasil nem educação nem renda são impedimentos para se participar em partidos, o que tornaria essa modalidade a mais “democrática”. A propósito, nem a etnia nem o sexo teriam impacto na participação.

Além disso, o consumo de informação não relacionar-se-ia com a atividade partidária de igual modo que com outros tipos de participação, uma vez que os partidos políticos agem como atalhos informacionais (Downs, 1957; Dalton, 1984) e, de fato, nem a internet nem o uso de computador possuem efeito – e embora o consumo de informação através de jornais tenha efeito positivo, não é possível extrair conclusões uma vez que não confirma-se um padrão.

Confirmando que a atividade partidária é diferente dos tipos tratados acima, constatamos que a confiança nas instituições e a avaliação positiva do desempenho democrático aumentam as chances de participar, e ainda os mais velhos participam mais do que os jovens. Apesar dessas constatações, o pós-materialismo não apresentou diferenças, o que já Ribeiro (2008) tinha identificado ao analisar o impacto e as particularidades do pós-materialismo na sociedade brasileira.

Por outro lado, a inexistência de diferença na idade dos argentinos ativos em partidos pode decorrer do fato de o kirchnerismo ter “apelado” à juventude. Como comentamos no Capítulo 2, na última década houve uma grande mobilização dos mais jovens, cuja participação aumentou tanto em termos de militância quanto no próprio Congresso Nacional (Smink, 2013). Entretanto, chamou a atenção o fato de a identificação com o partido no poder e a ideologia serem irrelevantes para explicar a participação em ambos os países – assim como também resultou irrelevante a satisfação com a própria situação financeira, embora nesse caso não fosse surpreendente em se tratando da atividade partidária.

Preditores da participação política em 2013/4

No último momento estudado, começamos analisando a participação em abaixo-assinados, cujos resultados são apresentados na Tabela 18. Nela, observou-se que tanto a variável sexo quanto a variável etnia⁵⁹ não tiveram efeitos estatisticamente significativos.

A renda, por sua vez, só teve significância estatística no Brasil, sendo que o resultado foi em direção contrária à esperada: ter mais dinheiro não necessariamente eleva as chances de participar. Especificamente, considerando que o primeiro patamar é o mais pobre e o quinto é o mais rico, constatou-se que pessoas no segundo, no terceiro e no quarto patamar têm chances menores de participar. Por outro lado, a variável educação teve o efeito esperado, em ambos os países, revelando-se um importante preditor. Pessoas com ensino médio e, especialmente, com ensino universitário, possuem mais chances de participar. Assim como a educação, o IIP

⁵⁹ Infelizmente a variável etnia, assim como a renda em 2006 e a educação e a identificação partidária em 1991, não está disponível na base de dados da Argentina.

evidenciou ser uma variável relevante: nos dois países confirmou-se que pessoas não interessadas e pouco interessadas têm suas chances de participar diminuídas.

Tabela 18. Preditores da participação em abaixo-assinados (2013/4)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,163		0,005	0,149		0,114
Renda (segundo patamar mais pobre)	-0,363*		-0,485*	0,268		0,389
Renda	-0,524***		-0,294	0,205		0,528
Renda	-0,664***		-0,476	-0,189		0,034
Renda (patamar mais rico)	-0,146		-0,030	0,881		0,660
Educação (médio)	0,515***		0,292	0,389**		0,459
Educação (universitário)	1,225***		0,929***	1,264***		1,529***
Etnia (negra)	-0,292		-0,291	~		~
Etnia (outra)	0,078		0,034	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,669***		-0,752**	-0,470*		-0,015
IIP (não interessado)	-0,995***		-0,905***	-0,891***		-0,571**
Informação noticiário (semanal)	0,088		-0,029	-0,466**		-0,534*
Informação noticiário (mensal)	-0,046		-0,057	-0,991***		-1,272**
Informação noticiário (nunca)	-0,490		-0,136	-1,166**		-1,496**
Informação rádio (semanal)	0,443*		0,258	-0,292		-0,268
Informação rádio (mensal)	0,587***		0,631**	-0,463**		-0,143
Informação rádio (nunca)	0,401**		0,036	-0,080		-0,148
Informação internet (semanal)	0,172		0,506	0,335		0,618*
Informação internet (mensal)	0,261		0,541	0,071		0,612
Informação internet (nunca)	0,534**		1,093***	0,064		0,368
Uso computador (ocasional)	-0,312		-0,430	-0,319		-0,639**
Uso computador (nunca)	-0,855***		-1,093***	-0,404		-0,706*
Uso computador (não conhece)	-1,438***		-1,866***	-0,641		-1,247*
Desempenho democrático (+/- democrático)		-0,169	-0,228		0,002	0,300
Desempenho democrático (democrático)		-0,0649	-0,098		0,046	0,235
ICI (+/- confia)		-0,05	-0,097		0,306	0,097
ICI (não confia)		-0,389	-0,177		0,116	-0,060
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,467*	-0,424		-0,049	-0,069
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,560**	-0,513*		-0,241	-0,395
Id. Partidária (vencedores)		0,324	0,302		-0,034	-0,044
Idade (30-49 anos)		0,00381	-0,046		0,503**	0,695**
Idade (50+ anos)		-0,814***	-0,704***		0,174	0,586*
Democracia (+/- importante)		-0,1	-0,097		0,763	0,459
Democracia (importante)		0,573**	0,523*		1,975**	1,612*
Ideologia (centro)		-0,011	-0,048		-1,364***	-1,345***
Ideologia (direita)		-0,252	-0,165		-0,426	-0,664
Ideologia (não sabe)		-0,729***	-0,649**		-0,914*	-0,684
Pós-materialismo (misto)		0,263	0,120		0,488**	0,472**
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,010***	0,564		1,486***	1,320***
Constant	1,807***	1,934***	2,578***	0,973**	-0,894	-0,876
Pseudo R2	0,08	0,07	0,12	0,09	0,10	0,19

Fonte: World Values Survey (2013/4)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo ~ indica a ausência da variável na base de dados original.

As variáveis sobre consumo de informação sofreram mudanças no *survey* de 2014 e, diferentemente de 2006, quando as respostas possíveis eram “sim” e “não”, neste caso as opções foram “diariamente” (categoria de referência), “semanalmente”, “mensalmente” e “nunca”. Ainda, as fontes de informação incluídas foram agrupadas de modo diferente. Dito isso, tais variáveis não apresentaram resultados unidirecionais. Por um lado, o consumo de informação através da televisão só teve efeitos estatisticamente significativos na Argentina, os quais foram mantidos em ambos os modelos: pessoas que se informam semanalmente participam menos do que aquelas que o fazem diariamente. O mesmo vale para quem se informa apenas mensalmente, e ainda para quem não se informa, sendo neste último nível que o efeito é maior. No que diz respeito à rádio, no Brasil as pessoas que se informam através desse meio semanal ou mensalmente, assim como aquelas que não se informam tenderiam a participar mais, diferentemente do esperado – embora tais efeitos não sejam mantidos no modelo III. Já na Argentina, também na direção contrária à esperada, apenas pessoas que se informam mensalmente participariam mais. No quesito internet, os resultados apontam na direção oposta à esperada: no Brasil quem nunca usa a internet para se informar tem mais chances de participar. Na Argentina, quem se informa semanalmente teria suas chances aumentadas – embora o efeito seja significativo se considerarmos o nível de confiança de 90%, e apenas em um dos modelos.

A última variável relacionada tanto ao modelo dos recursos quanto à expansão do acesso a informação, e central para o tipo de participação agora em consideração, o uso de computador, apresentou os efeitos esperados: em ambos os países, aqueles que nunca o usam, assim como aqueles que responderam não conhecer o que era um computador – em 2014, vale lembrar –, apresentam consideravelmente menos chances de participar através de abaixo assinados do que aqueles que usam o computador frequentemente, controlando por todas as outras variáveis.

No segundo bloco de variáveis algumas não mostraram efeito estatisticamente significativo. É o caso da avaliação do desempenho democrático, do ICI e da identificação partidária. A variável acerca da satisfação com a própria situação financeira foi estatisticamente significativa no caso brasileiro, sendo que pessoas insatisfeitas e aquelas “mais ou menos” satisfeitas apresentam menores chances de participar. No que diz respeito à idade, os resultados apontam em direção contrária nos dois países: no Brasil, aqueles com cinquenta anos ou mais têm menos chances de participar do que aqueles na faixa de 18 a 29 anos. No caso da Argentina, os mais velhos teriam suas chances aumentadas, tanto aqueles com cinquenta anos ou mais, quanto – e principalmente – aqueles entre 30 e 49 anos.

No que refere à adesão normativa à democracia, o efeito é o mesmo para ambos os países: aqueles que dão mais importância têm chances maiores de participar do que aqueles que consideram a democracia pouco ou nada importante. A ideologia, por sua vez, ainda parece ter um papel importante na hora do engajamento político: no Brasil, aqueles que disseram não saber onde se auto-posicionar ideologicamente têm menos chances de participar do que aqueles auto-posicionados na esquerda. Na Argentina se repete tal padrão, e ainda aqueles “moderados” ou de centro também teriam suas chances diminuídas.

A última e uma das principais variáveis, o IPM, apresentou resultados esperados, porém com efeitos mais nítidos no caso da Argentina. Em todos os modelos os *mistos* e os *pós-materialistas* têm chances maiores de participar, controlando-se pelo resto das variáveis. No Brasil, entretanto, apenas os *pós-materialistas* teriam suas chances aumentadas.

Na tabela a seguir (Tabela 19) são apresentados os resultados para a participação em manifestações. Apenas no Brasil, homens teriam maiores chances de participar, pois na Argentina não houve nenhum efeito estatisticamente significativo. No que refere à renda, também encontrou-se efeito apenas no Brasil, e novamente os resultados vão em direção oposta à esperada: aqueles com mais renda (em todos os patamares) têm chances maiores de participar em manifestações se comparados aos mais pobres. O comportamento da variável educação age conforme esperado: novamente aqueles com ensino médio e, principalmente, com ensino superior, possuem mais chances de participar, efeitos mantidos em todos os modelos, em ambos os países.

A etnia, novamente, não trouxe resultados estatisticamente significativos. Já o índice de interesse político repetiu em ambos os países o mesmo padrão que para o abaixo-assinado: pessoas com menos interesse – tanto aqueles não interessados quanto aqueles pouco interessados – têm chances menores de participar.

As variáveis sobre consumo de informação, embora poucas com efeito estatisticamente significativo, se comportam na direção esperada: no Brasil aqueles que não se informam nunca nem a através da rádio nem da televisão possuem menos chances de participar se comparados com aqueles que se informam diariamente. Na Argentina, por sua vez, aqueles que se informam apenas mensalmente tanto através da rádio quanto da televisão têm chances menores de participar. No que diz respeito à informação através da internet, o único efeito encontrado é duvidoso: sendo significativo em apenas um modelo (no Brasil) e se for considerado o nível de confiança de 90%, pessoas que se informam mensalmente teriam mais chances de participar do

que aquelas que o fazem diariamente. O uso de computador também apresentou apenas um modelo significativo (na Argentina): aqueles que nunca usam têm as chances de participar diminuídas.

Tabela 19. Preditores da participação em manifestações (2013/4)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,245**		0,207	0,150		0,267
Renda (2do patamar mais pobre)	-0,300*		-0,326	0,374		0,421
Renda	-0,462***		-0,486**	0,252		0,384
Renda	-0,430**		-0,307	-0,187		-0,089
Renda (mais rico)	-0,728*		-0,935*	-0,461		-1,024
Educação (médio)	0,474***		0,192	0,361*		0,176
Educação (universitário)	1,054***		0,736***	0,954***		1,204***
Etnia (negra)	-0,029		0,324	~		~
Etnia (outra)	0,110		0,061	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,377**		-0,304	-0,602**		-0,594*
IIP (não interessado)	-1,151***		-1,096***	-0,811***		-1,100***
Informação noticiário (semanal)	-0,017		-0,084	-0,343		-0,346
Informação noticiário (mensal)	0,380		0,284	-0,653*		-1,013**
Informação noticiário (nunca)	-0,599*		-0,716	-0,213		-0,367
Informação rádio (semanal)	-0,050		-0,174	-0,143		-0,129
Informação rádio (mensal)	0,148		0,059	-0,527**		-0,225
Informação rádio (nunca)	-0,046		-0,315*	-0,326		-0,450
Informação internet (semanal)	0,329		0,329	0,160		0,304
Informação internet (mensal)	0,206		0,595*	0,165		0,378
Informação internet (nunca)	-0,328		-0,156	-0,134		0,113
Uso computador (ocasional)	-0,193		-0,351	-0,187		-0,015
Uso computador (nunca)	-0,007		0,042	-0,587**		-0,299
Uso computador (não conhece)	-0,702		-0,608	-0,819		-0,618
Desempenho democrático (+/- democrático)		-0,162	-0,219		-0,048	0,132
Desempenho democrático (democrático)		-0,311*	-0,424**		-0,421	-0,267
ICI (+/- confia)		-0,150	-0,187		1,145***	1,297***
ICI (não confia)		-0,622***	-0,438*		0,605*	0,826**
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,031	0,139		0,422	0,549
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,139	-0,069		0,236	0,253
Id. Partidária (vencedores)		0,195	0,064		-0,469**	-0,609**
Idade (30-49 anos)		-0,191	-0,260		0,355	0,399
Idade (50+ anos)		-0,590***	-0,521**		-0,235	-0,194
Democracia (+/- importante)		-0,408*	-0,141		0,687	0,554
Democracia (importante)		-0,328*	-0,302		1,551**	1,121
Ideologia (centro)		-0,876***	-0,706***		-1,499***	-1,378***
Ideologia (direita)		0,413	0,466		-0,928**	-1,013**
Ideologia (não sabe)		1,209***	1,170***		-1,142**	-0,766
Pós-materialismo (misto)		0,167	0,067		0,293	0,244
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,059***	0,600*		0,660*	0,397
Constant	0,841***	0,416	1,202**	0,934*	-0,576	-0,269
<i>Pseudo R2</i>	0,10	0,08	0,15	0,08	0,10	0,19

Fonte: World Values Survey (2013/4)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo ~ indica a ausência da variável na base de dados original.

No segundo bloco de variáveis, a satisfação com a situação financeira não apresentou nenhum efeito estatisticamente significativo em nenhum dos países. Para a participação em manifestações, o desempenho democrático parece afetar o comportamento (embora o efeito constata-se apenas no caso brasileiro): aqueles que consideram que o país está sendo governado democraticamente possuem chances menores de participar, tal como esperado. No que diz respeito ao índice de confiança nas instituições, os resultados são opostos em cada país, uma vez que no Brasil os que não confiam têm chances menores de participar, ao passo que na Argentina tanto os que não confiam quanto os que confiam “mais ou menos” têm chances maiores de participar, de acordo com o comportamento que esperávamos.

A identificação partidária, ou especificamente, o fato de se auto-identificar com o partido que estava no poder no momento da entrevista (os *vencedores*), parece ser relevante no caso argentino: estes teriam chances menores de participar do que os *perdedores*.

Examinando a idade, apenas no caso brasileiro constatou-se que pessoas com 50 anos ou mais têm as chances de participar diminuídas, conforme era esperado. A adesão normativa à democracia também mostrou-se significativa apenas no Brasil, sendo que tanto os que consideram a democracia importante quanto aqueles que a consideram “mais ou menos” importante possuem menos chances de participar, resultados em direção oposta à esperada.

No que diz respeito à ideologia, em ambos os países observou-se que aqueles auto-localizados no centro possuem menos chances de participar do que aqueles na esquerda. No caso argentino, o mesmo comportamento encontra-se com aqueles auto-localizados na direita. Já entre aqueles que não souberam responder (ou os “sem ideologia”), no Brasil têm as chances de participar aumentadas e na Argentina as chances diminuídas, o que suscitaria uma pesquisa mais aprofundada das bases ideológicas em cada um dos países. Finalmente, o efeito do IPM comporta-se como esperado em ambos os países, sendo que os *pós-materialistas* têm chances maiores de participar.

A continuação (Tabela 20) apresentamos os resultados da participação em greves. Novamente, apenas no Brasil os homens possuem mais chances de participar; e também apenas nesse país a renda apresenta resultados estatisticamente significativos, porém contrários aos esperados: pessoas no segundo, terceiro e quarto nível de renda apresentariam chances menores de participar do que aquelas no primeiro nível (mais pobre). A educação de novo é a variável mais relevante, pois em ambos os países aqueles que possuem ensino superior têm as suas

chances de participar aumentadas. Aqueles com ensino médio também têm mais chances, embora o efeito desapareça no modelo III, ao incluirmos todas as variáveis.

Tabela 20. Preditores da participação em greves (2013/4)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,244**		0,213	0,229		0,232
Renda (2do patamar mais pobre)	-0,448***		-0,612***	0,282		0,364
Renda	-0,388**		-0,249	-0,029		0,183
Renda	-0,511**		-0,287	-0,410		-0,466
Renda (mais rico)	-0,570		-0,684	-0,476		-0,660
Educação (médio)	0,257*		0,108	0,322*		0,392
Educação (universitário)	0,842***		0,657***	0,967***		1,134***
Etnia (negra)	0,316*		0,512**	~		~
Etnia (outra)	0,327***		0,243	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,016		0,198	0,015		0,209
IIP (não interessado)	-0,435***		-0,283	-0,101		-0,034
Informação noticiário (semanal)	0,022		-0,229	-0,175		-0,403
Informação noticiário (mensal)	0,345		0,287	-0,221		-0,817*
Informação noticiário (nunca)	-0,549		-0,581	-0,435		-0,691
Informação radio (semanal)	0,046		-0,213	-0,206		-0,156
Informação radio (mensal)	0,404**		0,433**	-0,365		-0,149
Informação radio (nunca)	0,161		-0,022	-0,362*		-0,479
Informação internet (semanal)	0,479**		0,574**	-0,166		-0,192
Informação internet (mensal)	0,256		0,737**	0,141		0,590
Informação internet (nunca)	-0,209		0,169	-0,340		-0,059
Uso computador (ocasional)	-0,198		-0,315	-0,183		-0,415
Uso computador (nunca)	-0,249		-0,278	-0,582**		-0,547
Uso computador (não conhece)	-0,809*		-0,584	-0,600		-0,512
Desempenho democrático (+/- democrático)		-0,230	-0,277		0,247	0,430
Desempenho democrático (democrático)		-0,240	-0,305*		-0,262	-0,118
ICI (+/- confia)		0,021	-0,018		0,862***	0,741**
ICI (não confia)		-0,182	-0,101		0,590*	0,443
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,124	-0,058		0,0277	0,213
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,390**	-0,380*		-0,141	0,095
Id, Partidária (vencedores)		0,467***	0,462**		-0,343	-0,428*
Idade (30-49 anos)		-0,330**	-0,325*		0,0695	0,153
Idade (50+ anos)		-0,955***	-0,808***		-0,418*	-0,097
Democracia (+/- importante)		0,322	0,269		0,575	0,576
Democracia (importante)		0,963***	0,905***		1,035	0,782
Ideologia (centro)		-0,119	-0,193		-0,871***	-0,763**
Ideologia (direita)		-0,726***	-0,641***		-0,634*	-0,571
Ideologia (não sabe)		-0,570**	-0,396		-0,602	-0,356
Pós-materialismo (misto)		0,200	0,113		0,109	-0,002
Pós-materialismo (pós-materialista)		0,639**	0,330		0,931**	0,753*
Constant	0,068	0,218	0,243	0,335	-0,389	-0,631
Pseudo R2	0,06	0,07	0,11	0,06	0,07	0,13

Fonte: World Values Survey (2013/4)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo ~ indica a ausência da variável na base de dados original.

A etnia, dessa vez, apresenta resultados significativos: tanto negros quanto pessoas de outras etnias não-branca têm chances maiores de participar, controlando-se pelo resto das variáveis.

De modo diferente ao que vinha acontecendo com os outros tipos de participação, aqui parece que o interesse por política não é um fator tão condicionante para se participar em greves, pois no caso argentino não houve significância estatística e no caso brasileiro apenas aqueles não interessados teriam menos chances de participar, efeito presente em apenas um modelo.

No que diz respeito ao consumo de informação, especificamente através de noticiários, no Brasil não houve nenhum efeito estatisticamente significativo e na Argentina apenas aqueles que se informam mensalmente possuem chances menores de participar. No consumo de informação através de rádios, novamente o resultado é ambíguo: no Brasil aqueles que se informam mensalmente têm chances maiores de participar, enquanto que na Argentina aqueles que nunca se informam teriam suas chances diminuídas, embora tal efeito seja quase insignificante. Finalmente, a informação através da internet não trouxe nenhum resultado significativo no caso argentino, e no Brasil novamente o resultado vai em direção oposta à esperada, pois quem disse se informar semanalmente e mensalmente tem mais chances de unir-se a greves. No que refere ao uso de computador, embora com poucos efeitos significativos, a variável comportou-se como esperado: quem disse não conhecer o que era um computador, no caso brasileiro, e nunca fazer uso do mesmo, na Argentina, tenderia a participar menos.

Passando para as variáveis relacionadas com a democracia e o pós-materialismo, observou-se que novamente a avaliação da “democraticidade” do governo de turno não apresenta efeitos estatisticamente significativos para o caso argentino, e no Brasil aqueles que o avaliam como democrático possuem chances menores de participar. Em compensação, o ICI não mostrou-se relevante no caso brasileiro, enquanto que na Argentina aqueles que não confiam nas instituições e aqueles que confiam “mais ou menos” teriam chances maiores de participar, conforme esperava-se.

A satisfação com a situação financeira não apresentou efeitos significativos na Argentina, e no Brasil comportou-se como previsto: os satisfeitos possuem menos chances de participar do que os insatisfeitos. Para a identificação partidária observou-se um comportamento diferenciado no caso argentino e brasileiro: no primeiro os *vencedores* tenderiam a participar menos (mesmo comportamento que no caso das manifestações), e no segundo os *vencedores* tenderiam a participar mais do que os *perdedores*.

Já a variável idade prediz a participação do jeito esperado, embora o efeito seja mais forte no caso brasileiro: nesse país tanto aqueles com 50 anos ou mais quanto aqueles entre 30 e 49 anos possuem menos chances de participar. Na Argentina se repete o mesmo efeito, porém apenas no caso daqueles com 50 anos ou mais.

A adesão normativa à democracia também tem efeito significativo apenas no caso brasileiro, sendo que aqueles que consideram a democracia importante têm chances maiores de participar. A ideologia, por sua vez, apresenta o mesmo comportamento nos dois países: indivíduos auto-localizados na direita têm chances menores de participar. Especificamente no Brasil, também aqueles que não souberam se auto-localizar tenderiam a participar menos, e especificamente na Argentina os que se dizem “de centro” também tenderiam a participar menos do que aqueles de esquerda. Finalmente, observou-se de novo que os *pós-materialistas* possuem mais chances de participar.

Passamos agora a analisar a participação em boicotes, cujos resultados encontram-se na Tabela 21.

Repetindo o padrão observado nos outros tipos de participação política, no Brasil constatou-se que os homens possuem maiores chances de unir-se a boicotes. A renda parece não ser um bom preditor deste tipo de participação, uma vez que não apresentou significância estatística. Em compensação, a educação novamente mostra-se importante: tanto na Argentina quanto principalmente no Brasil as pessoas com ensino superior têm chances maiores de participar, e ainda no Brasil ter ensino médio também eleva as chances de participar. A etnia mostrou-se relevante para os negros, que possuem mais chances de participar, embora com efeito significativo em apenas um modelo.

Assim como acontece com a variável educação, o interesse por política novamente revela-se como um importante condicionante da participação: pessoas não interessadas têm suas chances de participar diminuídas em ambos os países. Já no Brasil também pessoas com pouco interesse teriam menos chances, se comparadas com aquelas interessadas.

Tabela 21. Preditores da participação em boicote (2013/4)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,453***		0,383**	-0,040		0,099
Renda (2do patamar mais pobre)	-0,073		-0,414	0,084		0,102
Renda	-0,109		-0,015	0,088		0,072
Renda	-0,111		-0,106	0,038		0,090
Renda (mais rico)	-0,865		-0,621	0,662		0,343
Educação (médio)	0,588***		0,459**	-0,098		-0,154
Educação (universitário)	1,159***		1,184***	0,533*		0,469
Etnia (negra)	0,343		0,567**	~		~
Etnia (outra)	0,239		0,278	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,331*		-0,282	0,175		0,349
IIP (não interessado)	-0,958***		-1,019***	-0,577***		-0,494*
Informação noticiário (semanal)	0,637***		0,700***	0,291		0,328
Informação noticiário (mensal)	0,190		0,487	0,682*		0,300
Informação noticiário (nunca)	0,168		-0,022	-0,095		-1,247
Informação radio (semanal)	-0,144		-0,328	-0,014		-0,018
Informação radio (mensal)	-0,067		-0,020	-0,414		-0,084
Informação radio (nunca)	0,264		0,269	-0,512*		-1,028**
Informação internet (semanal)	-0,191		-0,747**	0,041		0,289
Informação internet (mensal)	-0,077		0,060	0,248		0,870*
Informação internet (nunca)	0,249		0,384	0,163		0,663
Uso computador (ocasional)	-0,193		-0,162	-0,289		-0,232
Uso computador (nunca)	-0,327		-0,209	-0,618*		-0,440
Uso computador (não conhece)	-1,099*		-1,178	-0,667		-1,077
Desempenho democrático (+/- democrático)		-0,303	-0,422**		-0,108	0,139
Desempenho democrático (democrático)		-0,344*	-0,428**		-0,239	-0,219
ICI (+/- confia)		-0,217	-0,285		-0,164	0,013
ICI (não confia)		-0,309	-0,154		-0,363	0,013
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		-0,222	-0,373		-0,692	-0,795
Satisfação financeira (satisfeito)		-0,271	-0,385		-0,581	-0,747
Id. Partidária (vencedores)		0,244	0,238		0,161	0,244
Idade (30-49 anos)		-0,387**	-0,391*		0,042	0,013
Idade (50+ anos)		-0,406**	-0,193		0,075	-0,105
Democracia (+/- importante)		-0,055	-0,188		0,706	0,011
Democracia (importante)		0,635**	0,378		0,740	0,919
Ideologia (centro)		-0,142	-0,054		-0,838***	-0,885***
Ideologia (direita)		-0,502**	-0,234		-0,707*	-1,004**
Ideologia (não sabe)		-0,620**	-0,153		-0,745	-0,664
Pós-materialismo (misto)		0,357**	0,288		0,448*	0,578**
Pós-materialismo (pós-materialista)		0,917***	0,531*		1,252***	1,175***
Constant	-1,268***	-0,692	-0,789	-0,854	-0,901	-1,320
Pseudo R2	0,09	0,05	0,13	0,05	0,05	0,11

Fonte: World Values Survey (2013/4)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo ~ indica a ausência da variável na base de dados original.

No que diz respeito às fontes de informação, especificamente à informação através da televisão, de novo o efeito vai em direção contrária à esperada, pois no Brasil as pessoas que se informam semanalmente têm chances maiores de participar do que aquelas que o fazem diariamente. Na Argentina são as pessoas que se informam mensalmente que têm suas chances

aumentadas, porém neste caso o efeito não é mantido quando inseridas todas as variáveis (modelo III). O consumo de informação através da rádio não foi significativo no caso do Brasil, e na Argentina aqueles que disseram não se informar através deste meio têm chances menores de unir-se a boicotes. No caso da internet, observou-se que, conforme esperado, no Brasil uma pessoa que se informa semanalmente tenderia a participar menos. Já na Argentina aqueles que se informam mensalmente teriam mais chances de participar, porém tal efeito é significativo apenas se considerarmos o nível de 90% e somente em um modelo. O mesmo acontece com o uso de computador: no Brasil pessoas que disseram não conhecer o que era e na Argentina aqueles que nunca o utilizam teriam menos chances de participar, porém tais efeitos só são significativos em um modelo, e se adotarmos como corte o nível de confiança de 90%.

No que diz respeito às variáveis agrupadas no modelo II, nem a identificação partidária, nem o ICI, nem a satisfação financeira mostraram-se significativas na hora de prever a participação em boicotes. E, no caso da Argentina, apenas apresentaram significância estatística a ideologia e o IPM. No que refere à primeira variável, pessoas que se auto-localizaram tanto no centro quanto na direita do espectro ideológico teriam menos chances de participar. No Brasil também pessoas na direita teriam suas chances diminuídas, assim como aquelas que disseram não saber onde se auto-localizariam. No caso da segunda variável, o IPM, o efeito se repete em ambos os países, em quase todos os modelos: tanto pessoas *mistas* quanto aquelas *pós-materialistas* possuem chances maiores de unir-se a boicotes.

Já no que diz respeito à idade, a avaliação do desempenho democrático e a adesão normativa à democracia, significativas apenas no Brasil, observaram-se os efeitos esperados. Pessoas mais velhas – sejam aquelas na faixa dos 30 a 49 anos ou aquelas com 50 anos ou mais – têm menos chances de participar. Quanto à avaliação democrática, tanto pessoas que consideram que o país está sendo governado *mais ou menos* democraticamente quanto, e principalmente, aqueles que o avaliaram como democrático têm chances menores de participar. E, pessoas que consideram a democracia como algo importante possuem chances maiores de unir-se a boicotes.

O último tipo de participação política a ser analisado é a participação partidária, a única modalidade convencional considerada, cujos resultados mostram-se na Tabela 22.

Tabela 22. Preditores da participação em partidos políticos (2013/4)

Preditores	BRASIL			ARGENTINA		
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo I	Modelo II	Modelo III
Homem	0,693***		0,938***	-0,459**		-0,383
Renda (2do patamar mais pobre)	0,401		0,394	1,542		1,920
Renda	0,200		0,073	1,628		2,043*
Renda (mais rico)	0,507		-0,196	1,243		1,208
Educação (médio)	0,240		-0,242	-0,196		-0,890**
Educação (universitário)	0,667*		0,958**	0,118		-0,913*
Etnia (negra)	0,100		0,185	~		~
Etnia (outra)	-0,198		0,070	~		~
IIP (pouco interessado)	-0,612*		-0,604	-0,827**		-1,122***
IIP (não interessado)	-1,789***		-1,317***	-1,008***		-1,170***
Informação noticiário (semanal)	0,089		-0,546	0,552*		0,340
Informação noticiário (mensal)	-0,211		-0,621	0,842*		0,402
Informação noticiário (nunca)	0,200		-0,476	0,108		-0,913
Informação radio (semanal)	0,310		0,124	-0,350		-0,015
Informação radio (mensal)	-0,090		-0,275	-0,306		-0,042
Informação radio (nunca)	-0,323		-0,172	0,456		0,682*
Informação internet (semanal)	0,414		-0,191	-0,108		-0,476
Informação internet (mensal)	1,005**		0,393	0,339		0,242
Informação internet (nunca)	-0,106		-1,098	0,130		-0,335
Uso computador (ocasional)	0,256		0,756	-0,106		-0,407
Uso computador (nunca)	0,708		1,660**	-0,675		-1,088*
Uso computador (não conhece)	2,159***		3,306***	-0,226		-0,139
Desempenho democrático (+/- democrático)		0,326	0,506		0,388	0,573
Desempenho democrático (democrático)		0,395	0,495		0,006	-0,160
ICI (+/- confia)		-0,508	-0,305		-0,312	-0,773*
ICI (não confia)		-1,141***	-0,706*		-0,563	-0,700
Satisfação financeira (+/- satisfeito)		0,851	0,656		-0,541	-1,015*
Satisfação financeira (satisfeito)		0,952*	0,996*		-0,375	-0,596
Id. Partidária (vencedores)		0,756**	0,709**		-0,298	-0,178
Idade (30-49 anos)		1,141**	1,176**		0,339	0,300
Idade (50+ anos)		1,723***	1,543***		0,274	0,479
Democracia (+/- importante)		1,003	1,093		-0,596	-0,937
Democracia (importante)		0,343	0,092		-0,600	-1,119
Ideologia (centro)		-0,095	0,012		-0,448	-0,064
Ideologia (direita)		-0,454	-0,265		-0,744	-0,330
Ideologia (não sabe)		-1,686**	-2,150*		-0,798	-0,131
Pós-materialismo (misto)		0,379	0,183		0,093	0,107
Pós-materialismo (pós-materialista)		1,026**	0,566		0,384	0,502
Constant	-3,274***	-4,921***	-5,432***	2,683**	-0,361	0,340
Pseudo R2	0,14	0,12	0,23	0,06	0,02	0,12

Fonte: World Values Survey (2013/4)

Notas: (1) Significância estatística *** p<0,01 ** p<0,05 * p<0,1 (2) O símbolo ~ indica a ausência da variável na base de dados original.

Neste tipo de participação o sexo segue o mesmo padrão no caso do Brasil, onde os homens têm chances maiores de participar. Na Argentina, pelo contrário, os homens possuem menos chances do que as mulheres, embora tal efeito não foi mantido ao incluirmos todas as variáveis no modelo III. A renda, novamente, não é um bom preditor da participação, pois no

Brasil não mostrou-se significativa e na Argentina apenas pessoas no segundo patamar mais rico teriam maiores chances de participar do que aquelas no patamar mais pobre, porém o efeito só é significativo em um modelo e se for considerado o nível de 90%. A etnia não mostrou-se um bom preditor em nenhum dos países, diferentemente do IIP, que novamente evidencia que tanto pessoas pouco interessadas quanto aquelas não interessadas têm chances menores de participar, efeito que se repete em ambos os países.

As variáveis sobre consumo de informação de novo mostraram não ser bons preditores da participação, pois nem o noticiário nem a rádio foram significativas no caso brasileiro, e na Argentina apenas foram significativas em um dos modelos, e se for adotado o nível de confiança de 90%. É o caso das pessoas que se informam semanalmente e aquelas que se informam mensalmente através da televisão, que têm suas chances de participar aumentadas. E, de igual modo, pessoas que não se informam pela rádio teriam mais chances do que aquelas que se informam diariamente por este meio. Em relação à internet, apenas na Argentina (e em um modelo só) as pessoas que se informam mensalmente participariam mais do que aquelas que o fazem diariamente. O uso de computador, estatisticamente significativo apenas na Argentina, em um modelo, e se for considerado o nível de 90%, indica que pessoas que nunca usam o computador têm menos chances.

Nas variáveis do segundo bloco não encontrou-se significância estatística em duas das variáveis relacionadas ao apoio ao sistema político – a avaliação do desempenho democrático e a adesão normativa à democracia –, enquanto que a terceira, acerca da confiança nas instituições, comportou-se como esperado neste tipo de participação: no Brasil as pessoas que não confiam têm chances menores de participar, enquanto que na Argentina são as que confiam “mais ou menos” as que têm chances menores (embora este último efeito seja apenas significativo em um dos modelos e considerando o nível de confiança de 90%). Observou-se que a variável acerca da satisfação financeira também não apresentou-se como um bom preditor da participação em partidos políticos, pois no Brasil não teve significância estatística e na Argentina apenas em um modelo, com nível de 90%, pessoas mais ou menos satisfeitas teriam chances menores de participar do que as insatisfeitas.

O resto das variáveis mostrou-se significativo para predizer a participação em partidos apenas no Brasil. É o caso, por exemplo, da identificação partidária, que evidenciou que os *vencedores* têm chances maiores de participar. A variável idade, por sua vez, comportou-se de acordo com o esperado para este tipo de participação convencional, pois pessoas na faixa dos 30 a 49 anos e aqueles com 50 anos ou mais têm chances maiores de participar. A ideologia

mostrou ser significativa no caso das pessoas que não souberam se auto-localizar ideologicamente, as quais teriam suas chances de participar diminuídas em relação com as pessoas auto-localizadas na esquerda. Finalmente, pessoas *pós-materialistas* tenderiam a participar mais do que as *materialistas*; resultado contrário ao esperado, embora desapareça ao incluirmos todas as variáveis juntas, no modelo III.

Análise: abaixo-assinados.

Assim como em 1991 e 2006, o modelo dos recursos resultou importante em ambos os países, uma vez que educação e interesse político são bons preditores, assim como o uso de computador. A propósito, o consumo de informação, em linhas gerais, confirma que pessoas mais informadas tendem a participar mais; porém o efeito foi fraco e chamou a atenção que, em se tratando desse tipo de atividade, a internet não tenha tido mais peso – na Argentina nem sequer foi significativa. Assim como a educação, a renda tem sido amplamente apontada como condicionador da participação (Verba et al, 1995; Milbrath e Goel, 1967; Dahl, 2008), mas na maioria dos casos não conseguimos confirmar esse efeito. Testamos a possibilidade de a correlação entre renda e educação estar causando esse efeito, porém a inclusão de um termo interativo também não mudou a direção do efeito da renda. Também utilizando dados do WVS, Hernandez (2012) já tinha identificado pouca expressividade da variável renda para prever a participação dos brasileiros em vários tipos de atividade, tanto em 1991 quanto em 2006.

Embora a disponibilidade desses recursos possa variar conforme sexo e etnia, a mudança em direção a uma sociedade pós-materialista tenderia a dissipar as diferenças de gênero, e em 2014 de fato homens e mulheres participam igualmente em ambos os países. Ainda assim, especialmente no Brasil esperávamos que brancos participassem mais, porém a etnia não apresentou efeitos. A razão disso pode ser a entrada de negros na educação superior, que entre 2010 e 2014 cresceu 153% (Censo da Educação Superior, 2016); e como já demonstrado a educação tem se mostrado um preditor chave.

De acordo com as premissas da mudança geracional, implícita nas abordagens de Norris, Dalton, Inglehart e colaboradores, indivíduos mais jovens tenderiam a ser mais críticos da democracia, participariam mais e tenderiam a se envolver em atividades não partidárias. De fato, há semelhança no perfil “democrático” dos argentinos e brasileiros que participam: não

apenas aderir à democracia eleva as chances de participar, senão também ter prioridades pós-materialistas, igual que em 2006. O maior ativismo da nova geração confirmou-se no Brasil mas não na Argentina. Nesse país são os indivíduos com 30 a 49 anos que participariam mais. Além disso, repetindo o padrão de 2006, a avaliação do desempenho e a confiança nas instituições não fazem diferenças na hora de participar. Uma explicação pode ser a natureza “menos contestatária” do abaixo assinado – lembrando que há autores com receio de incluir esse tipo de participação dentre as atividades não convencionais.

Em se tratando da participação em abaixo-assinados – considerada não convencional – a identificação partidária não mostrou haver diferença entre *vencedores* e *perdedores*, o que pode ser explicado pelo tipo de temáticas presentes nesse tipo de participação, conforme já comentado. Na mesma direção, mais uma vez pessoas de direita e de esquerda participariam por igual, embora a ausência de preferências políticas reduza as chances de participar. Ou seja, os “extremos” do espectro tendem a participar mais. A despeito dessa diversidade de temáticas – muito além de questões econômicas –, a satisfação com a situação financeira é importante no caso brasileiro, pois pessoas mais insatisfeitas tendem a participar mais. Ou seja, a satisfação com a própria situação financeira, ainda quando envolve uma “avaliação econômica” não deve ser vista como mais uma variável econômica, mas como uma percepção que liga motivações, prioridades e valores, como já alertavam Inglehart e Welzel (2005) acerca da mudança do foco nas questões de subsistência para questões pós-materialistas.

Análise: manifestações.

Quando se trata da participação em manifestações, na Argentina novamente existe igualdade de gênero, ao passo que no Brasil ainda os homens participam mais. A despeito disso, na Argentina o efeito do pós-materialismo é quase nulo – e no Brasil confirma que os pós-materialistas e *mistos* participam mais. Por outro lado, se focarmos no perfil do brasileiro que vai às ruas, chama a atenção que a renda diminui as chances de participar. Especialmente ao considerarmos que o cenário próximo desse momento foram as manifestações de junho, na qual 49% dos manifestantes tinha renda familiar superior a cinco salários mínimos (IBOPE, 2013). No caso argentino essa variável não fez diferença, o que também chama a atenção. Uma possível explicação para o comportamento inesperado da variável renda tem a ver com a construção da mesma, pois ela é sensível a respostas falsas uma vez que o entrevistado considera o que seria socialmente desejável, especialmente quando falamos de sociedades tão

desiguais como as duas aqui estudadas. Por esse motivo, “os mais ricos” da população, ao serem *muito* mais ricos (inclusive muito mais ricos que o patamar anterior) podem tender a emitir seu *input* político através de meios mais diretos (fazendo *lobby*, por exemplo) ou ainda considerar que o sistema “está funcionando” e assim tender ao status quo. Dito isso, acreditamos que não há invalidação da teoria, mas reforça-se a questão da desigualdade política decorrente da desigualdade social, levantando-se a questão dos custos, dos recursos disponíveis e da eficácia dos diferentes tipos de participação.

Ainda, nos dois países a educação é importante, principalmente o ensino superior. No quesito consumo de informação e uso de computador, enquanto na Argentina confirma as premissas do voluntarismo cívico, no Brasil o efeito é quase nulo. Todavia, em se tratando de 2014, o uso de internet para se informar não produz efeito em nenhum dos países; e ainda que falemos de manifestações, sabe-se que a internet funciona como estímulo e aumenta o convites para participar.

Sobre a dimensão institucional e o funcionamento democrático, os comportamentos são diferentes nos dois países. Embora não confirmou-se na Argentina a premissa pós-materialista, as pessoas com aspirações democráticas tendem a participar mais. Entretanto, a tese de Norris (2011) de que os cidadãos críticos seriam mais propensos a participar em protestos não foi totalmente confirmada, pois neste país a avaliação do desempenho democrático não produziu efeito. Ainda assim, a confiança nas instituições – uma terceira dimensão da legitimidade do sistema – confirmou que pessoas que menos confiam participam mais. Já no Brasil a avaliação do funcionamento da democracia importa, sendo que quem considerava o governo de Dilma Rousseff como “não democrático” apresentava mais chances de participar; embora a confiança nas instituições – muito baixa especialmente no que refere ao Congresso e aos partidos políticos (Moisés, 2010) – agiria de modo contrário ao esperado: a falta de confiança não traz um aumento na participação contestatária, mas um afastamento desses indivíduos (ou, talvez, a participação através de outras modalidades). Possivelmente isso tenha a ver, dentre outros fatores, com a escassa importância que a adesão normativa à democracia possui para explicar a participação em manifestações. Isto é, nesse país não confirmou-se a premissa de que pessoas com aspirações democráticas tenderiam a participar mais.

No que refere à identificação partidária, enquanto no Brasil não há diferenças – refletido nas manifestações de junho de 2013, quando uma das principais bandeiras era a de não serem partidárias e segundo o IBOPE (2013) 89% dos manifestantes não se sentia representado por qualquer partido político –, na Argentina vai contra as premissas teóricas, pois pessoas

identificadas com partidos de oposição participariam mais. Efetivamente, as manifestações podem ter alvos e móveis diferentes, o que muda a conformação dos grupos que se manifestam. Nesse sentido, vale lembrar das manifestações ocorridas em 2012 e 2013, das quais falamos no Capítulo 2. Caracterizadas por serem declaradamente *anti-kirchneristas*, quebrar-se-ia a premissa de que pessoas que se identificam com o partido no poder tendem a participar mais por possuírem uma percepção de eficácia maior do que os “*perdedores*”.

Interessante notar que novamente a satisfação financeira não faz diferença em nenhum dos países. De acordo com Inglehart e Welzel (2005) “*o protesto político não se dá simplesmente em função do que as pessoas têm pra reclamar objetivamente. Se assim fosse, estas atividades seriam maiores nas sociedades mais pobres e menores nas sociedades mais ricas, mas o contrário é o certo*”, logo teria que ser a percepção econômica – e não a renda objetiva – que afetasse a participação. Entretanto, as manifestações de junho de 2013 no Brasil e de 2012 e 2013 na Argentina levantaram questões como corrupção, qualidade de serviços públicos etc.

De fato, no Brasil essas demandas surgem de uma nova geração, pois a faixa mais velha da sociedade tende a participar menos. Entretanto, na Argentina as chances de participar em manifestações é igual para todas as faixas de idade. A propósito, é interessante olhar para a ideologia: no Brasil não há diferenças entre direita e esquerda, os “centristas” participam menos e os que não se encaixam em nenhuma ideologia participam mais do que os de esquerda. Isso pode ser explicado porque as bandeiras presentes nas manifestações atuais vão além das clivagens tradicionalmente representadas pela esquerda e a direita. Na Argentina, por outro lado, ser de esquerda ainda aumenta as chances de participar, ou seja, nesse país a ideologia importa.

Análise: greves.

Começando pelas variáveis que apresentaram efeitos semelhantes nos dois países, constatamos que a educação e a ideologia são importantes. Em se tratando de greves era esperável que pessoas de direita fossem menos propensas a participar do que as de esquerda, porém também constatamos que, repetindo-se o padrão encontrado em outros tipos de participação, os “sem ideologia” e/ou centristas também participam menos. Em ambos os países o pós-materialismo é importante para explicar a participação, e é interessante notar que no Brasil a idade mostra que não apenas os mais velhos participam menos, mas também pessoas

com 30 a 49 anos teriam suas chances diminuídas. Por um lado, a nova geração brasileira seria uma que luta pelos seus direitos. Por outro, a menor participação das camadas mais velhas da sociedade pode decorrer da experiência que tiveram no começo dos anos 90, quando a onda de greves pós-democratização – das quais falamos no Capítulo 2 – afetando todo tipo de serviço público pode ter desestimulado o apoio e o uso da greve como instrumento político. Já na Argentina a idade não faz diferença no comportamento.

Por outro lado, em nenhum dos países o consumo de informação através de noticiários faz diferença, o que pode ser explicado pela presença de outros “estímulos” necessários para participar nesse tipo de atividade. Aliás, no caso argentino nenhuma variável de consumo de informação produz efeito, enquanto que o uso de computador parece estar mais relacionado com a posse dele do que com uma questão de engajamento, pois apenas pessoas que nunca usam computador teriam as chances de participar diminuídas. No Brasil também não confirmou-se a premissa relativa ao consumo de informação, mas nesse caso devido ao efeito contrário: pessoas que não se informam – pela rádio e pela internet – possuem chances maiores de participar. Acreditamos que isso pode ser novamente explicado pela natureza desse tipo de participação, ligada a reivindicações trabalhistas, ou seja, fatores econômicos e outros fatores contextuais podem pesar mais na hora de explicar a participação em greves. De fato, no Brasil a insatisfação com a situação financeira aumenta as chances de participar. Na Argentina a variável não mostrou diferenças, assim como também não faz diferença o nível de renda do indivíduo, sugerindo a necessidade de buscar-se explicações que foquem mais em variáveis específicas do país.

O interesse político diferenciou-se de outros casos. No Brasil (a falta de) interesse político ainda é relevante para explicar a (menor) participação, porém o efeito é muito mais fraco do que no abaixo-assinado e na manifestação. Ainda, na Argentina pela primeira vez a variável mostrou-se insignificante. O último fator sociodemográfico, a etnia, pela primeira vez evidenciou que brasileiros negros e de outra raça não-branca tendem a participar mais, reforçando a particularidade da greve.

A avaliação do desempenho democrático também foi indiferente nos dois países, o que reforça a ideia de que variáveis econômicas e histórico-contextuais teriam mais peso do que as político-institucionais. Novamente uma outra variável teve efeito apenas no Brasil, quer seja a identificação partidária. Nesse país os identificados com o PT tenderiam a participar mais. Além da percepção de eficácia política desses indivíduos (o sentimento de poder influenciar no processo decisório), nesse país a classe trabalhadora e as forças sindicais formam as bases do

partido no poder, motivo pelo qual esperávamos que na Argentina o padrão fosse semelhante – a pesar de terem ocorrido divisões, aproximações e rupturas entre as forças sindicais e o governo do FPV. Entretanto, ao longo da análise ficou evidenciado que nossas variáveis se adaptaram melhor ao caso brasileiro do que ao argentino, ou seja, as teorias que embasam esta pesquisa mostraram pouca capacidade para predizer o comportamento dos argentinos quando a atividade em questão é a greve.

Análise: boicotes.

Apesar da dificuldade de se predizer essa atividade, em ambos os países o interesse político e a ideologia ainda importam. Repetindo o padrão já encontrado, as pessoas localizadas na direita e no centro do espectro ideológico e as “sem ideologia” participam menos.

Por outro lado, em nenhum dos países encontrou-se diferença no que refere à renda e à satisfação com a situação financeira, o que pode decorrer do tipo de motivações e causas mobilizadas neste tipo de participação. Entretanto, variáveis tais como o uso de computador apresentaram efeito quase nulo, o que chama a atenção em se tratando de boicotes. Além disso, novamente nenhuma conclusão pode ser extraída no que refere ao consumo de informação.

A confiança nas instituições não faz diferença em nenhum dos países, possivelmente porque as “causas” não sempre são direcionadas às instituições políticas, ou seja, são reivindicações nem sempre canalizadas pelas instituições representativas. As outras variáveis relativas à premissa dos cidadãos críticos, a avaliação do desempenho democrático e a adesão normativa à democracia, também não fizeram diferença no caso argentino. Já no Brasil comportaram-se como esperado: os brasileiros com aspirações democráticas e que consideram que o governo não está funcionando democraticamente tendem a participar mais. A propósito das aspirações democráticas, em ambos os países confirma-se a hipótese do pós-materialismo, embora na Argentina pessoas de qualquer idade tenham iguais chances de participar – diferentemente do Brasil, onde são os jovens que mais participam.

Continuando com o perfil sociodemográfico, na Argentina não há diferenças de gênero e, assim como em 2006, quase não há diferenças no que diz respeito à educação. No Brasil ainda são os homens que participam mais – desafiando a tese pós-materialista –, e a educação continua tendo o mesmo efeito, especialmente o ensino superior. Nesse país a etnia também faz diferença, porém são os negros que participariam mais do que os brancos.

Análise: atividade partidária.

A atividade partidária resultou ser o tipo de participação mais difícil de ser explicado no caso argentino. Apenas três variáveis, que dizem respeito aos recursos objetivos e subjetivos, mostraram fazer diferença no comportamento dos argentinos – e não necessariamente do modo esperado. Nesse país os homens e as pessoas mais educadas tenderiam a participar menos. Já Verba et al (1995) comentavam que a participação partidária era um tipo de atividade onde a desigualdade política seria menor, isto é, onde o círculo vicioso dos recursos objetivos e subjetivos tenderia a ser diferente que nos outros tipos de participação. Na mesma direção, ao falar acerca da mobilização cognitiva, Dalton (1984) já tinha argumentado que a atividade partidária agiria como um atalho, ao fornecer “*party-cues*” diante das complexidades da política, assunto tratado no Capítulo 1. A última variável que afeta a participação dos argentinos é o interesse político, que de igual modo que no caso brasileiro, confirma que o engajamento é central para se participar tanto nos tipos de participação convencionais quanto não convencionais.

Olhando para o Brasil, e focando primeiro nas características individuais, além do interesse político e a educação (principalmente ensino superior) seriam pessoas mais velhas e de sexo masculino (ainda em 2014) as que mais participariam. Uma vez que estamos tratando da participação em partidos, era esperável que fosse a geração mais velha a que participasse mais, porém junto com isso constatou-se que os pós-materialistas tenderiam a participar mais também neste tipo de participação, o que vai em direção oposta aos pressupostos de Inglehart e colaboradores. Mesmo assim, já Ribeiro (2008) tinha identificado que embora o Brasil estivesse caminhando em direção ao pós-materialismo, certos comportamentos permaneceriam “inexplicáveis”, pois elevações no índice de pós-materialismo estariam acompanhadas de maior participação também nas organizações partidárias.

Tanto o consumo de informação através da internet quanto o uso de computador vão em direção oposta ao pressuposto do engajamento, porém faz sentido ao levarmos em consideração, como já comentado, que os partidos políticos agem como atalhos informacionais (Downs, 1957; Dalton, 1984), ou seja que quem participa através desse tipo não necessariamente seria alguém informado por vias “extra-partidárias”.

Voltando-nos para variáveis político-institucionais, confirma-se que a confiança nas instituições importa para aumentar a participação em partidos políticos, embora a adesão normativa à democracia e a avaliação do desempenho democrático não façam diferença. Aliás,

a tese do déficit democrático diz respeito à participação em tipos não convencionais, e já Norris (2011) dizia que a participação em partidos dependia mais de fatores tais como o interesse político. O dado acerca da confiança institucional é importante uma vez que no Brasil as taxas de confiança em partidos e no congresso são baixíssimas (Moises, 2010). Entretanto, também expressão da experiência dos indivíduos com o sistema político, os *vencedores* apresentariam maior apoio às instituições e, por isso, tenderiam a participar mais através de vias convencionais-partidárias. De fato, a identificação com o partido no poder aumenta as chances de participar, embora tanto a ideologia de esquerda quanto de direita também aumente essas chances. Apenas pessoas que não possuem ideologia – ou seja, com preferências ideológicas mais fracas – tenderiam a participar menos, o que faz sentido apesar de no Brasil os partidos políticos serem mais do tipo “*catch all*” (pega-tudo) do que ideológicos⁶⁰.

⁶⁰ Para aprofundar na institucionalização do sistema partidário brasileiro e o enraizamento dos partidos na sociedade ver Moisés, J.A. e Carneiro, O.P.G. Sobre o Enraizamento dos Partidos Políticos na Sociedade Brasileira. *Revista Interesse Nacional*. Janeiro/março 2015.

CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES.

Com esta dissertação procurávamos investigar parte da dinâmica da participação política de dois países latino-americanos ao longo das últimas décadas, visando explicar como se relacionavam fatores tais como os sociodemográficos, políticos, econômicos e de cultura política com o comportamento político, comportamento aqui materializado em cinco tipos de participação, a saber, abaixo-assinados, manifestações, greves, boicotes e partidos políticos. Nessa busca, não pretendíamos traçar e esgotar todos os determinantes que levam os indivíduos a participar nem “explicar” o fenômeno de forma acabada, mas identificar algumas hipóteses e variáveis importantes que permitissem avançar na compreensão de um tema que tem implicações na qualidade da democracia.

Atendendo aos objetivos específicos propostos, no primeiro capítulo foi revisado o debate teórico a respeito dos condicionantes da participação política não eleitoral, debate que norteou tanto as hipóteses de trabalho quanto os dados que iríamos empregar. Ao reconhecermos que aquelas teorias não levam em consideração a realidade de sociedades como a argentina e a brasileira, no Capítulo 2 identificamos características da cultura política local – traços histórico-culturais da região latino-americana – assim como listamos as principais mudanças estruturais ocorridas nos dois países que, de acordo com as teorias que embasam o trabalho, impactariam no comportamento político. Continuando com os objetivos específicos, no terceiro capítulo testamos empiricamente como um conjunto de fatores afetava os diferentes tipos de participação, e tentamos verificar a existência de um padrão de transformação da cultura política em relação à participação política por meio dos dados empíricos. Por fim, foi ao longo dos três capítulos que avaliamos a aplicabilidade de algumas perspectivas teóricas na Argentina e no Brasil, contextos diferentes daqueles para os quais os modelos teóricos foram predominantemente elaborados. Em linhas gerais nossos achados confirmaram a maioria das hipóteses estabelecidas, porém também levantaram outras questões a serem incorporadas ao estudo da participação política – quando entendida através da cultura política e da qualidade da democracia. É sobre isso que iremos focar nestes comentários finais.

Como não encontramos diferenças significativas entre Argentina e Brasil – constituindo já o primeiro achado –, ou pelo menos um padrão de comportamento diferenciado, acreditamos que nossas conclusões podem ser pensadas para as duas sociedades, pois são democracias que compartilham de certas características, dos mesmos *vícios*, de uma trajetória parecida etc.

Primeiro, enfatizamos que apesar de a educação, o interesse político, a idade e o sexo (no caso argentino), terem comprovado as premissas teóricas relativas aos recursos, uma variável que sempre foi vinculada à participação, a renda, não confirmou o efeito convencionalmente associado a ela. No terceiro capítulo oferecemos possíveis explicações para isso, incluindo a dificuldade “metodológica” de se obter esse dado e a desigualdade que subjaz nas duas sociedades, tornado os mais ricos passíveis de influenciar o processo político através de outros mecanismos. Afora isso, como a renda e a educação tendem a estar correlacionadas positivamente, o fato de não termos conseguido provar o efeito da renda não invalidou as premissas do modelo dos recursos e/ou da centralidade. Entretanto, acreditamos que deve aprofundar-se sobre o comportamento dessa variável na sua relação com as diferentes modalidades, talvez incluindo outros elementos ou empregando a variável de modo diferente.

Dito isso, um dos pontos a destacar é que foi verificada a importância de dois fatores – conexos, diga-se de passagem – sobre os quais há certo consenso na literatura: o interesse político e a educação são centrais na decisão de uma pessoa tornar-se politicamente ativa, a despeito do tipo de participação que se trate. Ou seja, não há sustento empírico para as hipóteses segundo as quais atividades tais como a manifestação não estariam correlacionadas com a educação de igual modo que as outras formas de participação, ou que não exigiriam muitos recursos para serem realizadas. Essa modalidade compartilha dos mesmos condicionantes que as outras aqui estudadas, comprovando que a mobilização cognitiva (Dalton, 2008) é central no fenômeno da participação política. Ou seja, indivíduos mais interessados em questões políticas são mais participativos, reflexo do engajamento psicológico do cidadão e da cultura política predominante numa sociedade. Isto quer dizer que o interesse político decorre do contexto de socialização e de variáveis sociodemográficas; e é a partir da educação que gera-se um círculo virtuoso onde recursos objetivos e também subjetivos afetarão comportamentos presentes e futuros, questão tratada, entre outros, por Verba e colaboradores (1995). Ao mesmo tempo, a educação é um elemento de perspectiva crítica, sendo que os cidadãos cientes dos seus direitos e com vontade de se expressar politicamente tenderiam a *cobrar* mais do sistema político, seja de suas instituições, dos próprios políticos, dos serviços públicos etc. Dito isso, tanto na Argentina quanto no Brasil apresenta-se um cenário promissor, pois como vimos esses países tendem cada vez mais à universalização da educação. E, não por acaso, cada vez mais fala-se que “o Brasil acordou” ou que a sociedade “*resolveu sair da passividade*” que a caracterizava. Antes de examinar mais de perto essas afirmações, devemos fazer um último comentário acerca do interesse político, relativo à tendência das taxas de interesse que, de acordo com o WVS,

não tem aumentado – pelo menos não da forma que esperaríamos, diante das mudanças estruturais que vem acontecendo em ambos os países.

Nesse sentido, acreditamos que deve ser levantada uma questão central para se entender o engajamento e a participação política de uma sociedade. Aos olhos do entrevistado, o interesse político pode ser enxergado como interesse na política tradicional, institucional, ou vinculado à auto-expressão, ao envolvimento político através de formas alternativas e à crítica a essas *fixed membership structures* (Inglehart, 1977). Por isso, o interesse político resultou relevante tanto para explicar a atividade partidária quanto a participação em boicotes, modalidade esta que pode ser considerada como uma das mais afastadas da dinâmica institucional tradicional.

Certamente, comprovamos que esses tipos de participação “novos” são diferentes. Vimos que apenas na atividade partidária tanto a avaliação positiva do desempenho democrático quanto a confiança nas instituições aumentam as chances de participar, assim como é o único caso em que os mais velhos participam mais do que os jovens. Ou seja, no caso da participação convencional há um contentamento mais amplo com a maneira que a democracia funciona – principalmente no que diz respeito à confiança nas instituições. Vale lembrar que, segundo Norris (2011), a participação – através de formas não convencionais – seria incentivada pela avaliação negativa da democracia, enquanto que aqui constatou-se que no geral o efeito é o contrário. É o bom desempenho da democracia que aumentaria as chances de os argentinos e brasileiros participarem, tanto em formas convencionais quanto não convencionais. Ou seja, nestas sociedades a sensação de eficácia política teria mais peso que o fator “crítico”, tornando ainda mais importante que as instituições e a democracia como um todo funcionem corretamente, de modo a oferecer *as bases* para a participação ocorrer.

A propósito disso, e reafirmando a necessidade de se considerar o contexto e o funcionamento institucional, não importam apenas as características individuais (recursos) ou ainda os valores e as prioridades, pois as instituições políticas podem moldar como tais desejos de influenciar as decisões políticas são expressos. Tínhamos falado no segundo capítulo acerca da prevalência de instituições informais que constrangeriam o efetivo desenvolvimento das instituições formais, ou seja, dos avanços que a própria rotina democrática forneceria. Falamos então da baixíssima confiança nas instituições, da tendência a produzir contatos extra-institucionais como um dos meios mais eficazes para satisfazer necessidades básicas etc. Nesse cenário, as expectativas pós-democratização teriam sofrido com as experiências práticas posteriores, experiências vividas por cidadãos com mais acesso a informação, capacidades e habilidades. Essa descrença da participação política como meio para se comunicar com os

gestores públicos pode ser uma das causas de a participação não ter aumentado de modo considerável a despeito das mudanças estruturais. Primeiro, a diminuição de custos: a própria experiência e aprendizagem democrática, junto com o aumento dos níveis de educação e de acesso à informação acarretaria uma diminuição dos custos para a participação ocorrer. No entanto, apenas o abaixo-assinado foi a modalidade que teve aumento mais expressivo, modalidade que justamente requer menos custos (em sentido amplo) para ser realizada. Ainda, a internet, fonte de informação e sobretudo de estímulos e convites para participar, foi quase irrelevante na maior parte dos casos.

Em segundo lugar, as mudanças nas capacidades. A educação e a mobilização cognitiva são de fato centrais, embora o consumo de informação não tenha sido confirmado como condicionante de importância para a participação. Apesar de tal mobilização cognitiva, nesses países ela não ocorre de igual modo que como previsto pela teoria, pois não há necessariamente uma “contradição” entre esses cidadãos mobilizados cognitivamente, *críticos* e *pós-materialistas* e a participação convencional (isto é, partidária). A propósito, o pós-materialismo de fato aumenta a participação, porém além de ter sido mais fraco do que esperávamos, também nossos resultados reforçaram os achados de Ribeiro (2008) acerca das particularidades do pós-materialismo em tais sociedades latino-americanas.

Por último, as mudanças nas motivações. Os cidadãos seriam cada vez mais favoráveis à democracia, porém mais críticos da forma como está funcionando e mais propensos à participação não convencional? Diante das experiências negativas, os cidadãos tendem a agir racionalmente e, se não percebem eficácia política, preferem não participar ou, talvez, participem através de outras formas não consideradas nesta pesquisa. E o que essas implicações trazem para a qualidade da democracia dos dois países estudados? Começamos esta dissertação alegando que a abordagem da qualidade da democracia redefiniria a participação política como uma condição do bom funcionamento da representação política e, assim, da própria qualidade do regime. Isso porque a participação age como mecanismo através do qual os cidadãos não apenas escolhem seus governantes, mas os controlam e influenciam no *policymaking* diretamente ou através dos representantes. Ainda, também ligadas à participação, a *responsiveness* aconteceria quando o processo democrático induz o governo a formular e implementar políticas que os cidadãos querem; e a *accountability* social – além daquela vertical exercida pelos cidadãos através do voto, e da horizontal praticada entre as próprias instituições – aconteceria quando a sociedade levanta *issues*, muda as agendas públicas, pressiona para reparar injustiças, protesta etc.

Apesar de confirmarmos a importância de fatores tais como a educação e o interesse político, destacamos novamente que deve ser dada tanta ênfase às capacidades e qualidades inerentes a cada cidadão, derivadas de processos de socialização, quanto (e mais) aos fatores contextuais encontrados dentro de determinadas sociedades, que encorajam ou desestimulam essas propensões – tendência acadêmica já verificada por Norris (2007). Principalmente em democracias novas, onde não há ainda cristalização e forte estabilidade das instituições, fatores tais como o desempenho do governo, o funcionamento das instituições representativas, a legitimidade com que conta o sistema político etc. são centrais para a participação política. Acreditamos, contudo, que ambas as dimensões são interdependentes e devem ser pensadas juntamente ao refletir-se sobre a qualidade da democracia. Em democracias tão desiguais – social e politicamente –, com muitas demandas ainda não resolvidas, aquelas características individuais (educação, interesse, aspirações pós-materialistas etc.) aumentam as expectativas dos cidadãos sobre o que a democracia pode proporcionar, tanto no que refere aos processos quanto aos resultados. Exemplo disso é o que acontece atualmente no Brasil, onde cidadãos mais informados (a despeito de não termos conseguido identificar aqui um efeito muito forte do consumo de informação, vale lembrar da recente Lei de Acesso à Informação), mais avançados do ponto de vista das suas preocupações e do que esperam do desempenho do Estado, estão exercendo pressão sobre os políticos e, principalmente, sobre as instituições. Além dos próprios fatos, não faltam argumentos sobre como as instituições de fiscalização e controle estão funcionando (Moisés, 2014) – seja o acesso à Justiça, a criação nos últimos anos de organismos tais como a Controladoria Geral da União, a criação do Portal da Transparência, os julgamentos do *Mensalão*, da *Lava Jato* etc. –, o que colaboraria para restaurar a confiança no funcionamento da democracia. Ou seja, a *accountability* horizontal estaria operando. O que aqui interessa, entretanto, é que a própria *accountability* horizontal “alimenta” e viabiliza a participação dos cidadãos, gerando um círculo virtuoso onde a democracia é cada vez mais fortalecida. Não por acaso, comprovamos que na maioria dos casos os cidadãos que consideram que o governo está se desempenhando bem democraticamente tendem a participar mais.

Na mesma direção, outro dos nossos achados evidenciou que nos dois países são os jovens os mais engajados, jovens nascidos em democracia. Como comenta Moisés (2014) acerca das manifestações de junho de 2013, a questão do ônibus trouxe à tona uma série de questões que têm a ver tanto com a qualidade dos serviços públicos quanto com a própria

qualidade da democracia, pois esses jovens questionaram a (in)capacidade de fazer sua voz chegar nos centros de decisão.

Sabendo que deve ser considerado também o que acontece em outras arenas políticas, tais como os Orçamentos participativos, as consultas públicas, os conselhos gestores de políticas públicas, assim como outras formas de participação como as digitais que, apesar de acontecerem dentro do tecido institucional, são incipientes e não chamam tanto a atenção da mídia, basta fazer um exercício e comparar a atividade política de 1991 com a que ocorre hoje em dia. Naquele momento eram principalmente greves e manifestações com reivindicações por ajustes salariais e contra a corrupção. Hoje em dia vemos ocupações estudantis, vemos adolescentes lutarem – não por acaso, por educação –, vemos lutar pela punição da corrupção também, motivos econômicos também, porém há passeatas por causas de gênero, questões críticas relativas ao sistema de representação política, o funcionamento do sistema partidário e o financiamento de campanhas, assim como a luta por outros direitos e liberdades individuais. Antes não havia a facilidade de assinar petições através da internet, mas isso não tira a importância que esse tipo de veiculação de demandas tem adquirido nos últimos anos, e de fato é o tipo de participação que mais cresceu ao longo das últimas décadas.

Os cidadãos não se limitariam a punir ou compensar o governo a cada quatro anos, isso é um fato tanto na Argentina quanto no Brasil. Nos dois países houve, ao longo da última década, episódios importantes que mostraram que os cidadãos não esperariam até o final do mandato para reclamar e “punir” os governantes. Esse maior engajamento “*reduces the impunity of officials and makes possible greater societal influence or control over governments*” (Dalton, 2008: 29). Ao que parece, mais pressão e mais participação ainda é necessária pra mudar a cultura política não apenas dos governados quanto a dos governantes. Quando tem ocorrido participação multitudinária por fora do momento eleitoral, as instituições e os políticos ainda não conseguem canalizar as demandas da sociedade, e (quase) nada é feito – veja-se novamente o caso das manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Acreditamos ter levantado vários argumentos que comprovam que, apesar de existirem nestes países várias particularidades que não se encaixam nos modelos teóricos tradicionais, há uma mudança na cultura política que traz – e a longo prazo irá trazer cada vez mais – boas notícias para a qualidade da democracia. Lembrando que a cultura política diz respeito das orientações e valores relativos ao que o sistema espera do cidadão e o que o cidadão espera (e cobra) do sistema político, vimos que estão acontecendo mudanças tanto nas orientações cognitivas e afetivas quanto principalmente nas avaliativas. Então, retomando a questão,

embora não possa se dizer que toda participação é nova, que as duas sociedades antes eram passivas e agora “acordaram” – especialmente a argentina, onde a política sempre ocupou um lugar mais importante do que na brasileira, dentre outras causas pelos níveis mais elevados de educação – acreditamos que está emergindo uma nova sociedade civil, mais igualitária, com outros recursos e capacidades disponíveis, outras motivações e expectativas. E, vale lembrar, a cultura política não apenas afeta as estruturas, quanto são também as estruturas que moldam a cultura política, e por isso as diferentes experiências que a sociedade tem com o Estado também fazem parte dessa nova sociedade civil que está emergindo.

Last but not least important, um importante achado teve a ver com a ideologia. Embora esperássemos que fosse relevante, especialmente nos anos 90, não esperávamos que de forma tão pronunciada as pessoas “de centro” e “sem ideologia” participassem menos, conforme foi constatado em todos os casos. Uma vez que as segundas constituíam uma importante parcela da população, tínhamos considerado conveniente não conceituá-las como *missings*, e de fato tal decisão foi reveladora. Embora no Brasil predominasse esse efeito no caso dos “sem ideologia” e na Argentina nos caso dos centristas, ficou evidente que são os extremos ideológicos, especialmente os mais próximos da esquerda, que tendem a participar mais. Diante de um cenário de desconfiança política, cinismo e protestos de cidadãos que acabam adotando formas não convencionais de participação e de expressão, isso levanta a questão da tolerância, da capacidade de lidar com o conflito e, especialmente, da maturidade política de duas sociedades que já experimentaram três décadas de democracia, motivos pelos quais precisa-se de instituições fortes que saibam canalizar as demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ALMOND, G. **Una Disciplina Segmentada: Escuelas y Corrientes en las Ciencias Políticas**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- _____. **The Civic Culture Revisited**. Newbury Park: Sage, 1989.
- ARIAS, J. ¿Por qué Brasil y ahora? **El País Internacional**. jun. 2013. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2013/06/17/actualidad/1371432413_199966.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- AUYERO, J. The Logic of Clientelism in Argentina: An Ethnographic Account. **Latin American Research Review**, v. 3, n. 35, p.55-81, out. 2000.
- BAQUERO, C. M. J. **Qual democracia para a América Latina? Capital social e empoderamento são a resposta?** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- BARNES, S.H.; KAASE, M. **Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979.
- CAPISTRANO, D. J. **Argentinos e Brasileiros frente ao Estado: Um estudo de cultura política comparada**. 2008. Dissertação (Mestrado), Ceppac/Universidade de Brasília, 2008.
- CASTRO, H. C. de O. **Cultura Política Comparada. Democracia e Mudanças Econômicas. Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena Editoria, 2014.
- CERVI, E.U. **Análise de Dados Categóricos em Ciência Política**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Paraná, 2014. eBook.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2014**. São Paulo, 2015
- DAHL, R. **La Igualdad Política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

DALTON, R. Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies. **The Journal of Politics**, n. 46, p.264-284, 1984.

_____. Citizen Attitudes and Political Behavior. **Comparative Political Studies**, n. 33, 2000.

_____. Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation. **Political Studies**, n. 56, p.76-98, 2008.

DALTON, R.; WELZEL, C.. Political culture and value change. In: _____. **The Civic Culture Transformed. From Allegiant to Assertive Citizens**. London: Cambridge University Press., 2014.

DELFINO, G.; ZUBIETA, E. Participación política: concepto y modalidades. **Anuario de investigación**, n.17, p. 211- 220, 2010.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. The Quality of Democracy. **CDDRL Working Papers**, n.20, 2004.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

DUARTE MOLLER, A.; JARAMILLO CARDONA, M.C. Cultura política, participación ciudadana y consolidación democrática en México. **Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**, v. 16, n. 46, p.137-171, set.-out. 2009.

FREIDENBERG, F. ¿Qué es el populismo? Enfoques de estudio y una nueva propuesta de definición como un estilo de liderazgo. In: DUBESSET, E.; MAJLATOVA, L. **El populismo en Latinoamérica: teoría, historia y valores**. Bourdeaux: Presses Universitaires de Bourdeaux, 2013.

GAMALLO, G. Argentina: cuando el uno a uno no es empate. **Iconos. Revista de Ciencias Sociales**, p. 6-13, mar. 2002.

GARCÍA OJEDA, M. Capital social y clientelismo: otra limitación para el control social. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 10, n. 29, p.123-146, 2009.

HERNANDES, N.S. **Protesto no Brasil: como, quem e por quê? Um estudo das bases individuais da participação política não convencional no Brasil, nos anos de 1991 e 2006**. 2008. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina.

IBOPE. **Pesquisa Ibope Inteligência sobre as manifestações**. 20 jun. 2013. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2016

- INGLEHART, R. **The Silent Revolution**. Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. **International Journal of Comparative Sociology**, n.43, v.3, 2002.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, culture change and democracy. The Human Development Sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- LAGOS, M. A Máscara Sorridente da América Latina. **Opinião Pública**, v. 6, n.1, p. 1-16, 2000.
- CANTONI, S.L.; BAUTISTA, M.V. Complejizando el espectro. Un aporte sobre la relevancia de la ideología durante el Kirchnerismo y el Evismo. In: XI Congreso Nacional de Ciencia Política. Sociedad Argentina de Análisis Político, 2013, Paraná. **Anais**. Paraná, 2013.
- LEIRAS, M. ¿De qué hablamos cuando hablamos de instituciones informales? In: FERNÁNDEZ, A. **Estudios de Política Comparada**. Rosario: Universidad de Rosario, p. 65-92, 2004.
- LEVINE, D.; MOLINA, J.E. Calidad de la democracia: Fortalezas y Debilidades en América Latina. **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, n. 5, p. 95-123, 2011.
- MANNARINI, T.; LEGITTIMO, M.; TALÒ, C. Determinants of social and political participation among youth. A preliminary study. **Psicología Política**, n. 36, p. 95-117, 2008.
- MARIEN, S.; HOOGHE, M.; QUINTELIER, E. Unconventional Participation and the Problem of Inequality: A Comparative Analysis. In: AMNÁ, E. **New Forms of Citizen Participation. Normative Implications**. Baden-Baden: Nomos Verlag, 2010.
- MILBRATH, L.W.; GOEL, M.L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** 2da. ed. Chicago: RandMcNally & Company, 1967.
- MINETTI, R.A. El populismo desde la perspectiva de la cultura política. **Leviathan. Cuadernos de Investigación Política**, n.10, p. 1-21, 2015.
- MOISÉS, J. Á. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. Cultura política, instituições e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.66, p.11-43, fev. 2008.

_____. **Democracia e Confiança - Por que os Cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?**. 1ra. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **O mal estar da democracia brasileira nas manifestações de junho passado**. 2014. Disponível em: <<http://qualidadedademocracia.com.br/o-mal-estar-da-democracia-brasileira-nas-manifestacoes-de-junho-passado/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MOISES, J.Á.; CARNEIRO, G.P.O. Sobre o Enraizamento dos Partidos Políticos na Sociedade Brasileira. **Revista Interesse Nacional**. Jan-mar. 2015.

MOSELEY, M.; LAYTON, M. Prosperidad y protestas en Brasil: ¿la tendencia para el futuro en América Latina? **Perspectivas desde el Barómetro de las Américas**, n.93, 2013.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. Political activism: new challenges, new opportunities. In: **The Oxford Handbook of Comparative Politics**, 2007.

_____. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. London: Cambridge University Press, 2011.

O'DONNELL, G. ¿Democracia Delegativa? **Contrapuntos**. Buenos Aires: Paidós, p. 287-304, 1997.

_____. Acerca del Estado en América Latina contemporánea. In: PNUD, **La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos**. Washington D. C.: Naciones Unidas, 2004.

OLSON, M. La lógica de la Acción Colectiva. In: BATLLE I RUBIO, A. **Diez Textos Básicos de la Ciencia Política**. Barcelona: Ariel, 1985.

PNUD. **La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos**. 2a ed. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3ra. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

_____. **Bowling Alone. The collapse and revival of American community**. New York: Simon & Shuster, 2000.

RENNÓ, L.R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, v. 1, n. 7, p. 33-59, 2001.

_____. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 71-82, 2003.

RIBEIRO, E.A. **Valores Pós-Materialistas e Cultura Política no Brasil**. 2008a. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. Pós-materialismo e participação política no Brasil. **Sociedade e Cultura**. v. 2, n. 11, p. 375-387, 2008b.

RIBEIRO, E.A.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 28-63, 2010.

RIBEIRO, E.A.; BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, n. 20, p.11-36, 2011.

ROMAO, W. M. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v.4, p. 11-17, 2013.

SELIGSON, M.A.; BOOTH, J.A. **The Legitimacy Puzzle in Latin America. Political Support and Democracy in Eight Nations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

SMINK, V. 10 cosas que cambiaron en 10 años de kirchnerismo en Argentina. **BBC MUNDO**. Maio 2013. Disponível em <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/05/130516_argentina_diez_k_vs>. Acesso em: 17 fev. 2016.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and Equality. Civic Voluntarism in American Politics**. London: Harvard University Press, 1995.

WELZEL, C.; DALTON R. From Allegiant to Assertive Citizens. In: DALTON, R.; WELZEL, C. **The Civic Culture Transformed. From Allegiant to Assertive Citizens**. New York: Cambridge University Press, 2014.

BASES DE DADOS

BIRKHOLZ, T. **Cronologia Política do Brasil Contemporâneo, 1980-2006** (Banco de dados). São Paulo: Universidade de São Paulo. In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 4 jan 2016.

WORLD VALUES SURVEY **Wave 6 2010-2014 ARGENTINA**. v.2016.01.01. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Data Collection Organization: Voices. Research and Consultancy.

WORLD VALUES SURVEY **Wave 5 2005-2009 ARGENTINA**. v.2015.04.18. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Data Collection Organization: TNS Gallup Argentina.

WORLD VALUES SURVEY **Wave 2 1990-1994 ARGENTINA**. v.2014.04.18. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Data Collection Organization: Marita Carballo (participant network).

WORLD VALUES SURVEY **Wave 6 2010-2014 BRASIL**. v.2016.01.01. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Data Collection Organization: Data Quality Pesquisa.

WORLD VALUES SURVEY **Wave 5 2005-2009 BRASIL**. v.2015.04.18. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Data Collection Organization: Universidad de Brasilia.

WORLD VALUES SURVEY **Wave 2 1990-1994 BRASIL**. v.2014.04.18. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Data Collection Organization: [s.d.]

APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTA E TRATAMENTO DE VARIÁVEIS

World Values Survey. Ondas 1990-1994, 2005-2009 e 2010-2014, Argentina e Brasil.

1. Números de identificação nas bases do *World Values Survey*;
2. Redação das questões;
3. Codificações originais;
4. Recodificações.

1. Participação em abaixo-assinados

Identificação: v242 (1991) / v96 (2006) / v85(2014)

Redação: *Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.*

Assinar abaixo-assinados.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *já fiz*, 2= *poderia fazer* e 3= *não faria nunca*.

Recodificação: binária, sendo 0= *não faria nunca* e 1= *já fiz e poderia fazer*.

2. Participação em boicotes

Identificação: v243 (1991) / v97 (2006) / v86(2014)

Redação: *Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.*

Participar de boicotes.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *já fiz*, 2= *poderia fazer* e 3= *não faria nunca*.

Recodificação: binária, sendo 0= *não faria nunca* e 1= *já fiz e poderia fazer*.

3. Participação em manifestações

Identificação: v244 (1991) / v98 (2006) / v87(2014)

Redação: *Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.*

Participar de manifestações pacíficas.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=*já fiz*, 2=*poderia fazer* e 3=*não faria nunca*.

Recodificação: binária, sendo 0= *não faria nunca* e 1= *já fiz e poderia fazer*.

4. Participação em greves

Identificação: v245 (1991) / v88(2014)

Redação: *Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.*

Participar de greves.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=*já fiz*, 2=*poderia fazer* e 3=*não faria nunca*.

Recodificação: binária, sendo 0= *não faria nunca* e 1= *já fiz e poderia fazer*.

5. Atividade partidária

Identificação: v23 (1991)

Redação: *Por favor, olhe cuidadosamente a seguinte lista de organizações e atividades voluntárias e diga se você pertence.*

Partidos ou grupos políticos

Codificação: binária, sendo 1= *pertence* e 2= *não pertence*.

Recodificação: 0= *não pertence* e 1= *pertence*.

Identificação: v28 (2006) / v29 (2014)

Redação: *Agora vou ler uma lista de organizações voluntárias. Para cada uma, poderia me dizer se é membro ativo, membro inativo ou não é membro desse tipo de organização?*

Partido Político

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0= *não pertence*, 1= *membro inativo* e 2= *membro ativo*.

Recodificação: 0= *não pertence*, 1= *É membro (inativo ou ativo)*

6. Nível educacional

Identificação: v375 (1991)

Redação: *Qual é o maior nível de escolaridade que você alcançou?*

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1= *nenhum*, 2= *primário*, 3= *secundário/técnico* e 4= *graduado*.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *nenhum e primário*, 2= *secundário* e 3= *universitário*.

Identificação: v238 (2006)

Codificação: escala de 7 pontos, sendo 1= *nenhum*, 2= *primário incompleto*, 3= *primário completo*, 4= *secundário/técnico incompleto*, 5= *secundário/técnico completo*, 6= *universitário incompleto* e 7= *graduado*.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *nenhum e primário (incompleto e completo)*, 2= *secundário (incompleto e completo)* e 3= *universitário (incompleto e completo)*.

Identificação: v248 (2014)

Codificação: escala de 9 pontos, sendo 1= *nenhum*, 2= *primário incompleto*, 3= *primário completo*, 4= *secundário/técnico incompleto*, 5= *secundário/técnico completo*, 6= *secundário/pré-universitário incompleto*, 7= *secundário/pré-universitário completo*, 8= *universitário incompleto* e 9= *graduado*.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *nenhum e primário (incompleto e completo)*, 2= *secundário (técnico e pré-universitário, incompleto e completo)* e 3= *universitário (incompleto e completo)*.

7. Renda

Identificação: v363 (1991) / v253 (2006) / v239 (2014)

Redação: *Neste cartão existe uma escala de rendimentos sendo que 1 indica o grupo de rendimento mais baixo e 10 o grupo de rendimento mais alto no Brasil. Gostaria de saber em qual dos grupos se situa a sua renda familiar. Por favor, indique o número apropriado, contando com todos os salários, vencimentos, pensões e outros rendimentos que sua família recebe.*

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1= *rendimento mais baixo* e 10= *redimento mais alto*.

Recodificação: escala de 5 pontos, sendo 1= *rendimento mais baixo* e 5= *redimento mais alto*.

8. Etnia

Identificação: v369 (1991)–Só Brasil

Redação: *Grupo étnico (usando apenas a observação).*

Codificação: variável categórica, sendo 1= *branco*, 2= *negro*, 3= *sul-asiático*, 4= *leste-asiático*, 5= *árabe* e 6= *moreno*.

Recodificação: categórica, sendo 1= *branco*, 2= *negro* e 3= *outra*.

Identificação: v256 (2006) / v254 (2014)–Só Brasil

Codificação (Brasil): variável categórica, sendo 1400= *branco*, 220= *negro*, 80= *leste-asiático*, 522= *mestiço* e 640= *indígena*.

Recodificação (Brasil): categórica, sendo 1= *branco*, 2= *negro* e 3= *outra*.

Codificação (Argentina): categórica, sendo 1400=*branco*, 220=*negro*, 80= *outra*.

Recodificação (Argentina): binária, sendo 1=*branco* e 0= *outra*.

9. Idade

Identificação: v355 (1991) / v237 (2006) / v242 (2014)

Redação: *O(a) senhor(a) tem quantos anos?*

Codificação: contínua.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *até 29 anos*, 2= *de 30 a 49 anos* e 3= *50 anos ou mais*.

10. Sexo

Identificação: v353 (1991) / v235 (2006) / v240 (2014)

Redação: *observação*

Codificação: binária, sendo 1= *masculino* e 2= *feminino*.

Recodificação: binária, sendo 0= *feminino* e 1= *masculino*.

11. Satisfação financeira

Identificação: v132 (1991) / v68 (2006) / v59 (2014)

Redação: *Quão satisfeito(a) você está com a situação financeira da sua casa?*

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1= *completamente insatisfeito*, 2= 2, 3= 3, 4= 4, 5= 5, 6= 6, 7= 7, 8= 8, 9= 9, 10= *completamente satisfeito*.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *insatisfeito*, 2= *nem satisfeito nem insatisfeito* e 3= *satisfeito*.

12. Identificação partidária (Vencedores/perdedores)

Identificação: v351 (1991) – Brasil

Redação: *Se houvesse uma eleição amanhã, o(a) Sr(a) votaria em qual partido dessa lista?*

Fale o número do cartão. Se o(a) Sr(a) não tem certeza, qual partido o(a) atrai mais?

Codificação: variável categórica, sendo: *PMDB, PT, PSDB, PDT, PFL, PTB, PRN, PDS, Outro.*

Recodificação: 1= *PRN*, 0= *Todos os outros.*

Identificação: v231 (2006) – Brasil

Codificação: variável categórica, sendo: *PDT, PFL, PMDB, PP, PSDB, PSOL PT, PTB, PV, Nenhum, Outro.*

Recodificação: 1= *PT*, 0= *Todos os outros.*

Identificação: v228 (2014) – Brasil

Codificação: variável categórica, sendo: *PMDB, PT, PSDB, PDT, PTB, PC do B, PV, PSB, PPS, PSC, PSOL, DEM, PP, PR, Nenhum, Outro.*

Recodificação: 1= *PT*, 0= *Todos os outros.*

Identificação: v231 (2006) – Argentina

Codificação: variável categórica, sendo: *FPV, UCR, Recrear, PRO, ARI, UNA, Outro, Branco, Não votaria.*

Recodificação: 1=*FPV*, 0= *Todos os outros.*

Identificação: v228 (2014) – Argentina

Codificação: variável categórica, sendo: *FPV, UCR, Recrear, PRO, ARI, UNA, Outro, Nulo, Nenhum.*

Recodificação: 1=*FPV*, 0= *Todos os outros.*

13. Auto-posicionamento ideológico

Identificação: v248 (1991) / v114 (2006) / v95 (2014)

Redação: *Em questões políticas, as pessoas falam da “esquerda” e da “direita”. Como você colocaria sua opinião nessa escala, de modo geral?*

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1= *esquerda*, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9, 10= *direita*.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 1= *esquerda*, 2= *centro*, 3= *direita* e 11= *não sabe*.

14. Índice de pós-materialismo – 12 itens

Identificação: Y001 (1991) / Y001 (2006) / Y001 (2014)

Redação: Índice criado pelo WVS a partir da seleção sobre objetivos prioritários (manter a ordem no país, aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes, combater o

aumento de preços, proteger a liberdade de expressão, manter altas taxas de crescimento econômico, assegurar que o país tenha importantes forças de defesa, dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade, fazer das cidades e paisagens mais bonitas, manter a economia estável, progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana, lutar contra a delinquência, progredir em direção a uma sociedade onde as idéias são mais importantes do que o dinheiro).

Codificação: escala de 6 pontos, sendo 1= *Materialista*, 2= 2, 3= 3, 4= 4, 5=5 e 6= *Pós-materialista*.

Recodificação: 1= *materialista*, 2= *misto* e 3=*pós-materialista*.

15. Adesão normativa à democracia

Identificação: v162 (2006) / v140 (2014)

Redação: *Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a) escolheria?*

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1= *nada importante*, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9, 10= *totalmente importante*.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *não importante*, 2= *mais ou menos importante*, 3= *importante*.

16. Avaliação do desempenho democrático

Identificação: v163 (2006) / v141 (2014)

Redação: *Em que medida o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje? Usando novamente a escala de 1 a 10, em que 1 significa “nada democrático” e 10 significa “totalmente democrático”, qual ponto o(a) Sr(a) escolheria?*

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1= *nada democrático*, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9, 10= *totalmente democrático*.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 1= *não democrático*, 2= *mais ou menos democrático*, 3= *democrático*.

17. Consumo de informação

Identificação: v217, v218, v219, v220, v221, v222, v223 (2014)

Redação: *As pessoas usam diferentes fontes para se informar sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Para cada uma das seguintes fontes, indique se utiliza para ter informações diariamente, semanalmente, mensalmente, menos que mensalmente ou nunca* [noticiários de tv, jornais de rádio, internet].

Codificação: escala de 5 pontos, sendo 1= *diariamente*, 2= *semanalmente*, 3= *mensalmente*, 4= *menos que mensalmente*, 5= *nunca*.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 1= *diariamente*, 2= *semanalmente*, 3= *mensalmente e menos que mensalmente*, 4= *nunca*.

Identificação: v223, v224, v225, v226, v228 (2006)

Redação: *As pessoas usam diferentes fontes para se informar sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Para cada uma das seguintes fontes, indique se a usou semana passada ou não para obter informação* [jornais de tv ou rádio, programas de tv ou rádio, internet e email].

Codificação: binária, sendo 1= *usou semana passada* e 2= *não usou semana passada*.

Recodificação: binária, sendo 0= *não usou semana passada* e 1= *usou semana passada*.

18. Uso de computador

Identificação: v230 (2006) / v225 (2014).

Redação: *Com que frequência o(a) Sr(a) usa computador pessoal?*

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1= *nunca*, 2= *ocasionalmente*, 3= *frequentemente*, 4= *não sabe o que é um computador*.

Sem recodificação.

APÊNDICE B - LISTA DE ÍNDICES CONSTRUÍDOS A PARTIR DE DADOS DO WVS.

1. Índice de interesse político (IIP)

Variáveis originais:

1) Importância atribuída à política

Identificação: v8 (1990) / v7 (2005) / v7 (2014)

Redação: Para cada um dos seguintes aspectos, indique o quanto importante é em sua vida. Política.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1 = *muito importante*, 2= *importante*, 3 = *pouco importante* e 4 = *nada importante*.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 1 = *nada importante*, 2 = *pouco importante*, 3 = *importante* e 4 = *muito importante*.

2) Interesse por política

Identificação: v241 (1990) / v95 (2005) / v84 (2014)

Redação: Em que medida você se interessa por política?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1 = *muito*, 2= *algum*, 3 = *pouco* e 4 = *nenhum*.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 1 = *nenhum*, 2 = *pouco*, 3 = *algum* e 4 = *muito*.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas a cada uma das variáveis originais, com a posterior recodificação do índice.

1991:

IIP= v8+v241

2006:

IIP= v7+v95

2014:

IIP= v7+v84

Codificação do IIP: 1= *Interessado*, 2= *Algo interessado* e 3= *Pouco ou nada interessado*.

Argentina - 2013

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,4564988
Number of items in the scale:	2
Scale reliability coefficient:	0,6741

Brasil - 2014

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,5409306
Number of items in the scale:	2
Scale reliability coefficient:	0,6926

Argentina - 2006

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,5072557
Number of items in the scale:	2
Scale reliability coefficient:	0,7282

Brasil - 2006

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,4176215
Number of items in the scale:	2
Scale reliability coefficient:	0,6141

Argentina - 1991

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,7160197
Number of items in the scale:	2
Scale reliability coefficient:	0,7924

Brasil - 1991

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,6679841
Number of items in the scale:	2
Scale reliability coefficient:	0,7003

2. Índice de confiança nas instituições democráticas (ICI)

Variáveis originais:

- 1) Confiança no Congresso (v279-1991) / (v139-2006) / (v117-2014)
- 2) Confiança no Sistema judiciário (v275-1991) / (v133-2006) / (v114-2014)
- 3) Confiança no governo (v138-2006) / (v115-2014)
- 4) Confiança nos partidos políticos (v140-2006) / (v116-2014)

Redação: *Eu vou citar um número de organizações. Para cada uma, você poderia me falar o quanto você confia: grande confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança?*

Codificação das variáveis: escala de 4 pontos, sendo 1 = *muita*, 2 = *alguma*, 3 = *pouca* e 4 = *nenhuma*.

Sem recodificação.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas a cada uma das variáveis originais, com a posterior recodificação do índice.

1991:

$$ICI = v279 + v275$$

2006:

$$ICI = v139 + v133 + v138 + v140$$

2014:

$$ICI = v117 + v114 + v115 + v116$$

Codificação do ICI: 1= *Confia*, 2= *Confia algo* e 3= *Confia pouco ou nada*.

Argentina - 2013

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,3432841
Number of items in the scale:	4
Scale reliability coefficient:	0,8143

Brasil - 2014

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,3751565
Number of items in the scale:	4
Scale reliability coefficient:	0,7891

Argentina - 2006

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,2721411
Number of items in the scale:	4
Scale reliability coefficient:	0,8033

Brasil - 2006

Test scale = mean(unstandardized items)	
Average interitem covariance:	,39551
Number of items in the scale:	4
Scale reliability coefficient:	0,8067

APÊNDICE C – MODELOS ESTATÍSTICOS E PÓS-ESTIMAÇÃO.

Regressão Logística e o modelo Logit

Neste trabalho as variáveis empregadas (tanto dependentes quanto independentes) são categóricas. Variáveis categóricas ou qualitativas caracterizam-se por apresentar como escala de mensuração um conjunto de categorias, as quais diferem em qualidade, não em magnitude numérica. Como já mencionado, quando as variáveis categóricas apresentam categorias não ordenadas têm uma escala nominal, e as variáveis com categorias ordenadas têm uma escala ordinal. Há também variáveis categóricas binárias ou dicotômicas (*dummies*), que referem-se a atributos que levam em conta apenas dois valores: participa ou não participa. Quando a variável dependente é categórica, o modelo de regressão utilizado é o logístico, diferentemente de quando a variável apresenta uma escala de mensuração com valores numéricos, chamada de quantitativa, onde usa-se o modelo de regressão linear (Agresti e Finlay, 2012).

Nossas variáveis dependentes (y) são binárias, cujas duas categorias (os *outcomes*) são convencionalmente descritos como sucesso ($y=1$) ou fracasso ($y=0$). Com esse tipo de variável o objetivo é estimar ou prever a probabilidade de sucesso ou fracasso, condicionada por um conjunto de variáveis independentes. De acordo com Powers e Xie (1999), o *modelo logit* é especialmente apropriado quando o assunto de interesse é descrever as chances de sucesso, ou as chances de sucesso enfrentado por um grupo em relação a outro. As chances (*odds*) são definidas como a razão da probabilidade de um *outcome* para outro. O conceito de *odds* pode ser estendido para descrever as chances de sucesso relativas a pertencer a um grupo em oposição a outro; sendo a razão de chances (*odds-ratio*) a medida das chances de sucesso no primeiro grupo em relação ao segundo. Se os dois grupos têm as mesmas chances de sucesso, a razão de chances é igual a 1.

Pós-estimação

Pseudo R². A fim de testarmos o ajuste dos modelos examinamos, primeiro, o Pseudo R², o qual fornece uma medida geral sobre como o modelo se ajusta aos dados. É um "pseudo" R² porque, ao contrário do R² encontrado na regressão OLS, que mede a proporção da variância explicada pelo modelo, o pseudo R² não é medido em termos de variância, uma vez que na

regressão logística a variância é fixa de acordo com a variação da distribuição logística padrão. Embora tal coeficiente indique o quanto as variáveis independentes explicam do fenômeno estudado, em geral, quanto mais variáveis, maior o coeficiente, motivo pelo qual deve ser interpretado com precaução. Também é preciso assinalar que os valores do Pseudo R2 nos modelos de regressão logística tendem a ser baixos, muito mais do que nos modelos de regressão linear. Isto é porque tenta-se prever um *outcome*, enquanto que o modelo apenas fornece a probabilidade do *outcome*. Levando isso em consideração, para examinar o ajuste dos modelos são realizados também o *Hosmer-Lemeshow goodness-of-fit test* e o *Linktest*.

Hosmer-Lemeshow goodness-of-fit test. O teste compara o número de respostas positivas estimadas e observadas para diferentes subgrupos dos dados. Isto é, testa a hipótese nula de que o número de respostas observadas é igual ao número estimado. Se a hipótese nula é rejeitada o modelo não se ajusta bem; se não é rejeitada o modelo apresenta bom ajuste.

Linktest - Specification Error. A ideia por trás desse teste é que se o modelo for especificado corretamente, não deveríamos ser capazes de encontrar quaisquer preditores adicionais que sejam estatisticamente significativos exceto por acaso. O teste usa o valor linear predito (\hat{y}) e o valor linear predito ao quadrado (\hat{y}^2) como preditores para reconstruir o modelo.

Pseudo R2

Abaixo-assinados, 1991:

Constatou-se que nenhuma das variáveis do modelo II foi significativa no caso brasileiro. O Pseudo R2, entretanto, é de 0,6, o que novamente indica a necessidade de se olhar esse indicador com cautela. Nesse país o modelo III explicaria o 12 % da variação na participação em abaixo-assinados, sendo que o modelo relativo aos recursos explicaria sozinho 11 %. Já na Argentina o ajuste dos modelos parece melhor, com todas as variáveis do modelo I e a maioria das variáveis do modelo II significativas. Não obstante muitas variáveis perderem significância ao serem agregadas no modelo III, esse modelo consegue explicar 18 % da variação na participação.

Manifestações, 1991:

Os modelos agregados de ambos os países possuem boa capacidade explicativa, atingindo 21 % no Brasil e 20 % na Argentina. De fato, a maioria das variáveis do modelo I

quanto do modelo II mantêm a significância estatística ao serem agregadas no terceiro modelo, reforçando seu poder explicativo.

Greves, 1991:

Os modelos agregados (modelo III) conseguiriam explicar 13 % da variação no Brasil e 17 % na Argentina. No caso brasileiro o pior desempenho decorre do modelo relativo aos recursos, cuja capacidade explicativa atinge apenas 5 %.

Boicotes, 1991:

O modelo III, no caso argentino, explicaria 19 % da variação na participação em boicotes. Nesse país o modelo II parece ter um bom desempenho, pois explicaria 15 % da variação e são poucas as variáveis que perdem a significância ao serem agregadas no modelo III. Já no Brasil o modelo III atingiu 12 %, sendo que o modelo I e II alcançaram 8 % e 7 %, respectivamente.

Partidos políticos, 1991:

Apesar de variáveis que se mostraram chaves para explicar a participação não serem significativas no caso da atividade partidária, tais como a educação, o Pseudo R² para o modelo III atinge 0,18 no Brasil e 0,31 na Argentina. É importante apontar que justamente no caso argentino a distribuição da variável dependente foi de 1= 20 (participa) e 0= 982 (não participa), o que pode gerar problemas no ajuste do modelo.

Abaixo-assinados, 2006:

Em ambos os países o modelo I possui alta capacidade explicativa em relação com o modelo III. Ou seja, as variáveis relativas aos recursos – em sentido amplo – possuem bom poder explicativo, atingindo o 11 % no Brasil e o 12 % na Argentina. Já a capacidade explicativa do modelo III é de 14 % no Brasil e de 15 % na Argentina. Especialmente no caso brasileiro quase todas as variáveis mantêm a significância estatística ao passar do modelo reduzido para o agregado.

Manifestações, 2006:

O desempenho dos modelos para explicar a variação na participação em manifestações é moderado, com o modelo III atingindo o 13 % no Brasil e 15 % na Argentina.

Boicotes, 2006:

Principalmente no caso argentino, quando as variáveis relacionadas às duas abordagens (ou conjuntos de abordagens) pertencem a um mesmo modelo (modelo III) a capacidade explicativa não aumenta de modo considerável, alcançando 10 %. No Brasil o mesmo modelo

explicaria 12 %, também um valor moderado, porém em se tratando da participação em boicotes era mais esperável.

Partidos políticos, 2006:

Em conformidade com a escassez de variáveis que mostraram-se significativas, olhando para o *pseudo R2* percebe-se a baixa capacidade explicativa dos modelos. Ressalta-se que não devem ser feitas comparações entre modelos quando as amostras são diferentes. Assim vemos, na Tabela 17, que o modelo II do Brasil atinge 4 %, ao passo que o mesmo modelo na Argentina alcança 5 %, sendo que neste caso nenhuma das variáveis foi estatisticamente significativa.

Abaixo-assinados, 2013/4:

No caso argentino os modelos possuem maior capacidade explicativa, especialmente o modelo III – que agrega todas as variáveis –. A capacidade explicativa desse modelo foi de 19 %, já no caso brasileiro foi de 12 %. Constatou-se que nos dois países a significância estatística da maioria das variáveis é mantida ao passarmos do modelo reduzido para o modelo III, o de maior interesse⁶¹.

Manifestações, 2013/4:

O modelo III do caso argentino possui boa capacidade explicativa, novamente atingindo 19 %. No Brasil esse modelo explicaria o 15 % da variação na participação em manifestações. Não observa-se nenhum padrão de variáveis que percam significância ao serem agregadas no modelo III. Há, entretanto, variáveis tais como as de consumo de informação que apresentam nulo ou escasso efeito, tanto no modelo I quanto no III.

Greves, 2013/4:

Nesta modalidade de participação os modelos parecem ter menor poder explicativo do que nos abaixo-assinados e nas manifestações, especialmente no que diz respeito ao modelo I, o qual explicaria apenas 6% em cada país. Entretanto, uma vez que o interesse não radica em avaliar quais teorias explicam melhor a participação, a atenção está colocada no Modelo III. Mesmo assim, esse modelo atinge apenas 11 % no Brasil e 13 % na Argentina. Variáveis que vinham mostrando bom poder preditivo, como idade e interesse político, não têm efeito significativo quando escolhe-se participar em greves (na Argentina), o que reflete a particularidade deste tipo de participação.

⁶¹ Vale lembrar que neste trabalho não pretendemos confrontar as diferentes abordagens teóricas e testar qual delas possui maior poder explicativo, mas “usá-las” em conjunto, para compreendermos como impactam na participação e os possíveis efeitos que as mudanças acontecidas ao longo das últimas décadas podem ter sobre tais variáveis. Logo, é no Modelo III que temos maior interesse. Decidimos construir e testar três modelos principalmente para melhor avaliarmos o efeito de cada variável.

Boicotes, 2013/4:

O *Pseudo R2* atinge apenas 0,13 no modelo III do Brasil e 0,11 no modelo III da Argentina, ou seja, explicam o 13 % e o 11 % respectivamente. Surpreendentemente a variável educação é insignificante no caso argentino, e de fato a capacidade explicativa do modelo I alcança apenas o 5 %.

Partidos políticos, 2013/4:

O modelo III no caso brasileiro atingiu 23 % da capacidade explicativa. Embora muitas variáveis não sejam significativas nos modelos reduzidos (nem no modelo III), são poucas as variáveis que perdem a significância ao serem agregadas. O alto poder explicativo do modelo III nesse país decorre também do nível de significância das variáveis, majoritariamente de 99 %. Por outro lado, inesperadamente nenhuma variável do modelo II do caso argentino foi significativa, e o modelo I explicaria apenas 6 %. Assim, o modelo III alcança apenas 12 %, sendo o interesse político o único preditor cujo efeito permanece no modelo reduzido e agregado.

Tabela D.1. - Ajuste e especificação dos modelos: Hosmer-Lemeshow* e Linktest**

ARGENTINA - 2014

Abaixo assinado			Manifestação			Greve			Boicote			Partido político		
	Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest
Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	X	X
Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	X
Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	X(ok 10%)	OK

BRASIL - 2014

Abaixo assinado			Manifestação			Greve			Boicote			Partido político		
	Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest
Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	X
Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	X	Modelo II	X	OK
Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	X	OK

ARGENTINA - 2006

Abaixo assinado			Manifestação			Boicote			Partido político		
	Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest
Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	X
Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	X
Modelo III	X	OK	Modelo III	X	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	X(ok10%)

BRASIL

Abaixo assinado			Manifestação			Boicote			Partido político		
	Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest
Modelo I	X	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	X(ok10%)
Modelo II	OK	X	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	X
Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	X(ok10%)

ARGENTINA - 1991

Abaixo assinado			Manifestação			Greve			Boicote			Partido político		
	Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest
Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	X	Modelo I	X(ok 10%)	X	Modelo I	OK	X
Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	X	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	X	OK
Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	OK	X

BRASIL

Abaixo assinado			Manifestação			Greve			Boicote			Partido político		
	Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest		Hosmer-Lemeshow	Linktest
Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK	Modelo I	OK	OK
Modelo II	OK	X	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	OK	Modelo II	OK	X
Modelo III	X	X(ok10%)	Modelo III	OK	OK	Modelo III	X(ok %)	OK	Modelo III	OK	OK	Modelo III	X	OK